

Plano Estratégico da Educação 2012-2016



Vamos aprender

Construindo competências para o desenvolvimento de Moçambique



República de Moçambique
Ministério da Educação

Ficha Técnica

©2012 Ministério de Educação, Moçambique

Reservados todos os direitos. É autorizada a reprodução desta obra ou parte desta por qualquer meio (fotocópia, offset, fotografia, etc.) desde que seja mencionada a fonte. É proibido o uso das imagens separadamente do texto sem o consentimento escrito do Ministério da Educação, abrangendo esta proibição a fotografia, a ilustração e o arranjo gráfico.

Versão aprovada pelo Conselho de Ministros no dia 12 de Junho de 2012

Primeira impressão: 2013

Nº de exemplares: 6.000 (1ª impressão)

Ministério da Educação

Avenida 24 de Julho nº 167, C.P. 34

Maputo

Moçambique

www.mined.gov.mz

Texto:	Ministério da Educação/DIPLAC
Redacção:	Ministério da Educação/DIPLAC
Arranjo Gráfico:	Bert Sonnenschein/Íris Imaginações
Capa:	Stef Stevens/Íris Imaginações
Fotografias:	MINED e Stef Stevens/Íris Imaginações
Impressão:	Académica Lda

Índice

Lista de Quadros	vii
Lista de Gráficos	viii
Lista de Abreviaturas	ix
Prefácio	1
Resumo	3
A contextualização do Plano Estratégico da Educação	3
O racional para as prioridades e enfoques nos próximos anos	3
Principais implicações para a implementação	6
O financiamento	7
1. Contexto	9
1.1 Educação: factor crucial para o combate à pobreza e para o desenvolvimento do país	9
1.2 Enquadramento do plano estratégico no Sistema Nacional de Planificação	10
1.3 Contexto económico e social do país	11
1.4 Sistema Educativo	12
1.4.1 Ensino Geral	12
1.4.2 Ensino Técnico-Profissional	13
1.4.3 Ensino Superior	14
1.4.4 Modalidades de Ensino	14
1.4.5 Administração do Sistema	14
2. Visão e missão	15
2.1 Visão de longo prazo	15
2.2 Missão	16
2.3 Agendas internacionais e regionais	16
2.3.1 Educação para Todos	16
2.3.2 Integração na região	16
2.3.3 Eficácia da ajuda internacional	17
2.4 Parcerias	17
2.4.1 Participação das famílias e comunidades	17
2.4.2 Diálogo com os parceiros internacionais	18
2.4.3 Envolvimento da sociedade civil e do sector privado	19
3. A implementação do Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006-2010/11	21
3.1 Historial	21
3.2 As estratégias do PEEC 2006-2010/11	22
3.3 Resultados alcançados	24

3.3.1	Um sistema expandido	24
3.3.2	Um sistema mais equilibrado	25
3.3.3	Aumento dos recursos humanos e financeiros	26
3.3.4	Uma população mais educada	28
3.4	Grandes desafios	29
3.4.1	Em termos de acesso: crianças e jovens fora do sistema	29
3.4.2	Em termos de qualidade: preocupação com a eficácia do ensino-aprendizagem	30
3.4.3	Em termos de desenvolvimento institucional: fraquezas na implementação dos planos	31
3.5	Apreciação da avaliação do Plano Estratégico	31
4.	Prioridades e enfoques para o sector da Educação (2012-2016)	33
4.1	Prioridades para os anos 2012-2016	33
4.2	Ligação com os planos do Governo para o desenvolvimento do País	34
4.3	Grandes enfoques nos próximos anos	34
4.3.1	Inclusão e equidade no acesso e retenção	34
4.3.2	Aprendizagem do aluno	35
4.3.3	Boa governação	37
5.	Estrutura e Assuntos Transversais	39
5.1	Uma programação por nível do ensino	39
5.2	Tratamento de temas transversais	40
5.2.1	Uma abordagem de integração	40
5.2.2	Questões de género	41
5.2.3	Crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais	42
5.2.4	Prevenção e mitigação do HIV e SIDA	43
5.2.5	Ambiente escolar saudável e seguro	44
5.3	Programas específicos	45
5.3.1	Produção escolar	45
5.3.2	Alimentação escolar e nutrição	45
5.3.3	Desporto Escolar	46
5.4	Áreas programáticas	46
5.4.1	Formação, capacitação e motivação do professor	46
5.4.2	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	47
5.4.3	Educação Aberta e à Distância (EAD)	49
6.	Programas Sectoriais	51
6.1	Ensino (Pré) Primário	53
6.1.1	Visão	53
6.1.2	Estágio actual	54
6.1.3	Prioridades para os próximos anos	59

6.1.4	Enfoque especial: Desenvolvimento da Primeira Infância	59
6.1.5	Estratégias principais do Ensino Primário	61
6.1.6	Ações prioritárias	64
6.2	Alfabetização e Educação de Adultos	69
6.2.1	Visão	69
6.2.2	Estágio actual	70
6.2.3	Prioridades para os próximos anos	71
6.2.4	Estratégias principais	72
6.2.5	Ações prioritárias	73
6.3	Ensino Secundário Geral	75
6.3.1	Visão	75
6.3.2	Estágio actual	76
6.3.3	Prioridades para os próximos anos	79
6.3.4	Estratégias principais	80
6.3.5	Ações prioritárias	81
6.4	Ensino Técnico-Profissional	85
6.4.1	Visão	85
6.4.2	Estágio actual	86
6.4.3	Prioridades para os próximos anos	88
6.4.4	Estratégias principais	89
6.4.5	Ações prioritárias	90
6.5	Ensino Superior	93
6.5.1	Visão	93
6.5.2	Estágio actual	93
6.5.3	Prioridades para os próximos anos	95
6.5.4	Estratégias principais	95
6.5.5	Ações prioritárias	97
6.6	Desenvolvimento Administrativo e Institucional	101
6.6.1	Visão	101
6.6.2	Estágio actual	101
6.6.3	Prioridades para os próximos anos	102
6.6.4	Estratégias principais	103
6.6.5	Ações prioritárias	105
7.	Arranjo institucional da implementação	109
7.1	Plano e orçamento anual	109
7.2	Mandato do sector da educação	110
7.2.1	O Ministério de Educação (MINED)	110
7.2.2	Órgãos locais	111
7.3	Modalidades de financiamento	112
7.3.1	Fonte interna	113

7.3.2	Fonte externa	113
7.3.3	Receitas próprias (monetárias ou em espécie)	113
7.3.4	Contribuição do sector privado	114
7.4	Monitoria e avaliação	114
7.4.1	Acompanhamento e supervisão da implementação das intervenções do sector	114
7.4.2	Monitoria e avaliação do desempenho do sector	115
7.4.3	Envolvimento dos níveis subnacionais	116
7.4.4	Monitoria da implementação do Memorando de Entendimento do FASE	116
7.5	Plano de acção de combate à corrupção	117
7.6	Estratégia de comunicação e informação	118
8.	Custos da implementação	119
8.1	Modelo de custeamento	119
8.2	Previsões financeiras de médio-prazo	119
8.3	Pressupostos	121
8.3.1	Os efectivos	121
8.3.2	Custos unitários das acções prioritárias do sector	123
8.4	Despesa prevista por programa sectorial e tipo de despesa	126
9.	Pressupostos, oportunidades e riscos	129
9.1	Pressupostos	129
9.2	Oportunidades	129
9.3	Riscos	130
	Documentação	132
	Anexo 1: Matriz Estratégica	135
	Ensino (Pré-) Primário	136
	Alfabetização e Educação de Adultos	137
	Ensino Secundário Geral	138
	Ensino Técnico Profissional	139
	Ensino Superior	140
	Desenvolvimento Administrativo e Institucional	141

Lista de Quadros

Quadro 1: Instrumentos políticos, estratégicos e operacionais de Planificação, Orçamentação e Monitoria	10
Quadro 2: Rede escolar por nível de ensino leccionado, 2004, 2007 e 2011 (ensinos público, privado e comunitário)	24
Quadro 3: Número de alunos e percentagem de raparigas por nível de ensino, 2004, 2007 e 2011 (turnos diurno e nocturno, ensinos público, comunitário e privado)	25
Quadro 4: Evolução do número de novos professores recrutados e do rácio alunos-professor 2006-2011 (Ensino Primário público)	27
Quadro 5: Total de professores e percentagem de professoras no EP1, EP2 e ESG1, 2004-2011 (turno diurno, ensinos público e comunitário)	27
Quadro 6: Total de professores e percentagem de professores sem formação pedagógica no EP1, EP2 e ESG1, 2004-2011 (turno diurno, ensinos público e comunitário)	27
Quadro 7: Evolução do número de graduados, por nível de ensino e sexo, 2004-2010 (turnos diurno e nocturno, ensinos público, comunitário e privado)	29
Quadro 8: Taxas de escolarização por sexo e grupo etário, 2007-2011 (turnos diurno e nocturno, ensinos público, comunitário e privado)	29
Quadro 9: Programas sectoriais, objectivos estratégicos e acções prioritárias	40
Quadro 10: Objectivos, indicadores e metas gerais do sector para os anos 2012-2016, por programa sectorial	51
Quadro 11: Previsões financeiras para o período 2012-2016, baseadas na execução de 2010 e no orçamento para 2011 (em milhões de MT, 2010)	120
Quadro 12: Indicadores principais com impacto directo nos efectivos no sistema (alunos e professores)	121
Quadro 13: Taxas brutas de escolarização, 2010 (valores observados e projecções por cenário)	123
Quadro 14: Determinantes dos custos das intervenções principais do sector	124
Quadro 15: Custos previstos por nível de ensino e para as principais intervenções do sector (valores em milhões de MT, 2010)	126
Quadro 16: Custo por aluno por nível de ensino (em Meticais)	127
Quadro 17: Rácio do custo por aluno por níveis de ensino, por referência ao custo por aluno no EP1 (Ep1 = 1)	127
Quadro 18: Efectivos (alunos e professores), 2004, 2010 e projecções para 2016 (por cenário)	128

Lista de Gráficos

Gráfico 1:	Evolução do Sistema Educativo, 1974/5 – 2011, Ensino Primário público, (turnos diurno e nocturno)	22
Gráfico 2:	Evolução da percentagem de meninas frequentando o Ensino Primário e Secundário (1º e 2º ciclos), 2004-2011 (turno diurno, ensino público, privado e comunitário)	26
Gráfico 3:	Percentagem de meninas no Ensino Primário, 2004 e 2011 (turnos diurno e nocturno, ensinos público, privado e comunitário)	26
Gráfico 4:	Evolução do orçamento e sua execução no sector da Educação, 2005-2010	28
Gráfico 5:	Crianças com 6 e 7 anos na 1ª classe, 2007 e 2011, e taxas de escolarização aos 6 e 7 anos, 2011 (ensinos público, privado e comunitário)	55
Gráfico 6:	Número de alunos na 1ª classe (total e com 9 anos e mais), e percentagem dos alunos com 9 anos e mais, 2011 (ensinos público, comunitário, privado)	56
Gráfico 7:	Taxas de desistência na 2ª, 5ª e 7ª classes, 2007 e 2011 (ensinos público, comunitário, privado, turnos diurno e nocturno)	57
Gráfico 8:	Resultados dos testes de leitura: médias e percentagem (SACMEQ III)	57
Gráfico 9:	Número de professores no ESG1 e no ESG2 e percentagem de professores com formação pedagógica adequada, 2004–2011 (turno diurno, ensino público)	76
Gráfico 10:	Graduados no ESG1 e ESG2 e taxas de aproveitamento, por turnos, 2004-2010 (ensino público)	77
Gráfico 11:	Número de alunos no ESG 1 e 2 e rácios de alunos por turma, 2004-2011 (turno diurno, ensino público)	78

Lista de Abreviaturas

%M	Proporção de Mulheres (sexo feminino)
ADE	Apoio Directo às Escolas
AEA	Alfabetização e Educação de Adultos
AGO	Apoio Geral ao Orçamento
BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
CALE	Comissão de Avaliação para o Livro Escolar
CCDC	Centro Comunitário de Desenvolvimento de Competências
CEE	Construção e Equipamento Escolar
CES	Conselho do Ensino Superior
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CIREP	Comissão Interministerial da Reforma da Educação Profissional
CNAQ	Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior
CNECE	Conselho Nacional de Exames e Certificação do Ensino
CNES	Conselho Nacional do Ensino Superior
COPA	Comité Paritário de Acompanhamento
COREP	Comissão da Reforma da Educação Profissional
COVs	Crianças Órfãs e Vulneráveis
CUT	Conta Única do Tesouro
DAF	Direcção/Departamento de Administração e Finanças
DANIDA	Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional
DFID	Department for International Development (United Kingdom) Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)
DICES	Direcção de Coordenação do Ensino Superior
DINAEA	Direcção Nacional de Alfabetização e Educação dos Adultos
DINET	Direcção Nacional do Ensino Técnico
DIPE	Direcção de Programas Especiais
DIPLAC	Direcção de Planificação e Cooperação
DNEAP	Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (MPD)
DNFP	Direcção Nacional de Formação de Professores
DNO	Direcção Nacional do Orçamento
DPEC	Direcção Provincial de Educação e Cultura
DPI	Desenvolvimento da Primeira Infância
DPPF	Direcção Provincial de Plano e Finanças
DRH	Direcção de Recursos Humanos

DTS	Doenças de Transmissão Sexual
(e)-SISTAFE	Sistema (electrónico) de Administração Financeira do Estado
EAD	Educação Aberta e à Distância
EPT/EFA	Education For All / Educação Para Todos
EB	Ensino Bilingue
EP	Ensino Primário
EP1	Ensino Primário do 1º Grau (da 1ª à 5ª classe)
EP2	Ensino Primário do 2º Grau (6ª e 7ª classe)
EPC	Ensino Primário Completo (da 1ª à 7ª classe)
EPT	Educação para Todos
E-QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho do sector da Educação
ES	Ensino Superior
ESG	Ensino Secundário Geral
ESG1	Ensino Secundário Geral (1º ciclo, 8ª à 10ª classe)
ESG2	Ensino Secundário Geral (2º Ciclo, 11ª e 12ª classe)
ETP	Ensino Técnico-Profissional
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations Organização de Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FASE	Fundo de Apoio ao Sector da Educação
FC/CF	Fundo Catalítico / Catalytic Fund
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
FP	Formação de Professores
FTI	Fast Track Initiative / Iniciativa Acelerada
FUNDEC	Fundo para Desenvolvimento de Competências
GCC	Grupo Conjunto do Coordenação
GdM	Governo de Moçambique
GTPGF	Grupo de Trabalho de Planificação e Gestão Financeira
GTZ/GIZ	Deutsche Gesellschaft für technische Zusammenarbeit Cooperação Técnica Alemã
HIV e SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA)
HM	Total de ambos os sexos (Homens e Mulheres)
IBE	Instituto de Bolsas de Estudo
IEDA	Instituto de Educação Aberta e à Distância
IESs	Instituições do Ensino Superior
IFEA	Instituto de Formação e Educação de Adultos
IFP	Instituto de Formação de Professores
IGED	Inspecção Geral da Educação

INE	Instituto Nacional de Estatística
INED	Instituto Nacional de Educação à Distância
INEFP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INSIDA	Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
KFW	Kreditanstalt für Wiederaufbau / Banco Alemão para o Desenvolvimento
M	Mulheres (sexo feminino)
MdE	Memorando de Entendimento
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEPT	Movimento de Educação Para Todos
MESCT	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
MF	Ministério das Finanças
MICS	Multiple Indicator Cluster Survey
MINED	Ministério da Educação
MISAU	Ministério da Saúde
MITRAB	Ministério do Trabalho
MMAS	Ministério da Mulher e Acção Social
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MSS	Mundo Sem Segredos
MT	Metical
NEE	Necessidades Educativas Especiais
ODMs/ MDGs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio/ Millennium Development Goals
OE	Orçamento de Estado
ONG	Organização Não Governamental
ONP	Organização Nacional dos Professores
OTEO	Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias
PARP(A)	Plano de Acção para a Redução da Pobreza (Absoluta)
PCEB	Plano Curricular do Ensino Básico
PCs	Parceiros de Cooperação
PdA	Programa de Actividades
PEE	Plano Estratégico de Educação
PEEC	Plano Estratégico de Educação e Cultura
PEES	Plano Estratégico do Ensino Superior
PES	Plano Económico e Social
PESD	Programa de Ensino Secundário à Distância

PGB	Programa Geração Biz
PGE/GPE	Parceria Global da Educação/Global Partnership for Education
PIREP	Programa Integrado da Reforma de Educação Profissional
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POEMA	Planificação, Orçamentação, Execução, Monitoria e Avaliação
PQG	Plano Quinquenal do Governo
QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho
QIF	Quality Enhancement and Innovation Fund/ Fundo para a melhoria da Qualidade e Inovação
QNQP	Quadro Nacional de Qualificações Profissionais
QUANQES	Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior
RAR	Reunião Anual de Revisão
REO	Relatório de Execução do Orçamento
REP	Reforma da Educação Profissional
RET	Repartição do Ensino Técnico
SACMEQ	Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Educational Quality
SADC	Southern African Development Community
SAQEM	Sistema de Avaliação de Qualidade de Educação em Moçambique
SDEJTs	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIGEDAP	Sistema de Gestão de Desempenho da Administração Pública
SIGE	Sistema Integrado de Gestão para Educação
SINAQES	Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior
SNATCA	Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos
SNE	Sistema Nacional de Educação
SWAp	Sector Wide Approach / Abordagem Sectorial
TARV	Tratamento Anti-Retroviral
TdR	Termos de Referência
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UGB	Unidade de Gestão Beneficiária
UGE	Unidade de Gestão Executora
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	United Nations Children's Fund Fundo das Nações Unidas para a Criança

UNIFEM	United Nations Development Fund for Women Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNSIDA	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e SIDA
UP	Universidade Pedagógica
USAID	United States Agency for International Development Agência de Cooperação Internacional dos Estados Unidos
USD	United States Dollar / Dólar dos Estados Unidos da América
ZIP	Zona de Influência Pedagógica



$$\begin{array}{r} 154546 \\ 54546 \\ \hline 2 \end{array}$$

С Д Е Ф Г Ж З

Prefácio

O retorno socioeconómico da educação para o indivíduo, para as famílias e a nação em geral tem estado nas agendas políticas de desenvolvimento nacional e internacional, e motiva os pais e as famílias a enviar os seus filhos para a escola. A Educação é, por excelência, um instrumento crucial para o combate à pobreza, uma vida mais saudável, para sustentar o crescimento económico, bem como para reforçar a democracia e a participação de todos os cidadãos nas agendas nacionais.

Com a conquista da nossa Independência Nacional em 1975, a Educação passou a constar no topo das prioridades na Governação da nossa Pátria Amada. Moçambique encara a Educação como um direito humano e um instrumento chave para a consolidação da Paz, da unidade nacional e para o desenvolvimento económico, social e político do País através da formação de cidadãos com elevada auto-estima e espírito patriótico.

Com o advento da Paz em 1992, anualmente, cada vez mais crianças têm acesso à escola a todos os níveis o que permitiu que, desde então, o número de alunos passasse de um pouco mais de 1,5 milhões para mais de seis milhões em 2011. Hoje, uma parte significativa das nossas crianças e jovens têm a possibilidade de prosseguir os seus estudos em outros níveis, nas diferentes áreas de ensino. De ano para ano, vem-se registando uma redução significativa das disparidades regionais e de género principalmente no Ensino Primário e secundário.

Os sucessos que temos vindo a lograr, são, em larga medida, resultado das reformas introduzidas no nosso sistema educativo, sobretudo no Ensino Primário, com destaque para a provisão do livro escolar gratuito, a abolição das taxas de matrícula, a introdução do novo currículo, a construção acelerada de salas de aula, a reforma do programa de formação de professores e a introdução do programa Apoio Directo às Escolas.

Contudo, permanecem ainda grandes desafios por superar: há ainda um número considerável de crianças fora da escola, há muitas crianças que tendo ingressado na primeira classe não concluem as sete classes do Ensino Primário. O rácio alunos por professor é ainda muito alto. Na vertente da qualidade de ensino, constitui preocupação o facto de parte significativa de crianças atingirem o fim do primeiro ciclo do Ensino Primário sem que tenham desenvolvido as competências de leitura e escrita, plasmadas no currículo. O aproveitamento pedagógico, sobretudo na 10ª e 12ª classe do Ensino Secundário, constitui igualmente uma fonte de preocupação.

A jusante, a preocupação do sector reside na necessidade do aprimoramento da ligação do graduado dos diferentes níveis do Sistema Nacional de Educação com o mercado de trabalho, nomeadamente nas áreas do Ensino Técnico onde a Reforma da Educação Profissional tem como missão primordial, a formação de mão-de-obra qualificada para responder às necessidades do sector produtivo. A introdução de matérias profissionalizantes nas Escolas Secundário e nos centros de AEA fazem igualmente parte desse pacote de iniciativas com o objectivo de preparar os jovens e adultos para a vida.

Com base no diagnóstico assente numa auto-avaliação sectorial e na avaliação externa e independente, e tendo em conta as prioridades do Governo bem como a visão estratégica de longo prazo, foi elaborado o presente Plano Estratégico da Educação para o período 2012-2016, que tenho a honra de prefaciá-lo.

O novo Plano Estratégico 2012-2016 privilegia a continuação da expansão do Sistema Educativo, explorando várias modalidades de ensino, incluindo o ensino à distância, beneficiando do potencial das novas tecnologias, e dentro dos limites que permitam assegurar a qualidade dos serviços educativos prestados. Neste contexto, uma atenção particular é dada ao desenvolvimento da primeira infância, que é crucial para o sucesso académico e social das nossas crianças, e ao desenvolvimento de competências com vista a garantir a formação de capital humano qualificado necessário ao aumento da produção e da produtividade e inovar a produção de bens e serviços.

A elaboração do presente Plano Estratégico, foi caracterizada por um processo participativo, no qual alunos, professores, pais e encarregados de educação, organizações da sociedade civil, confissões religiosas, técnicos, quadros de diferentes Ministérios e parceiros de cooperação apresentaram preciosas contribuições, tendo juntos alcançado consensos em torno de certas matérias.

A todos, Muito Obrigado!

A implementação do Plano Estratégico 2012-2016, exige, uma vez mais, a união de todos os actores no processo educativo e de todos os segmentos da nossa sociedade. Sendo a educação de qualidade uma tarefa de todos nós e de cada um: Contamos consigo. Incondicionalmente.

Augusto Jone Luís

Ministro da Educação

Resumo

A contextualização do Plano Estratégico da Educação

A visão e missão

O presente Plano Estratégico define os objectivos, prioridades e as estratégias principais para o desenvolvimento do sector da Educação nos próximos cinco anos a partir da visão de longo prazo que promove a educação como um direito humano e um instrumento eficaz para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica e política, indispensável para o desenvolvimento do país e para o combate à pobreza.

O Plano guiará a programação, o financiamento e a monitoria das intervenções chaves do sector nos anos 2012-2016, virado para o a construção de um sistema educativo justo, inclusivo, eficaz e eficiente onde os alunos adquirem os conhecimentos, atitudes e habilidades, desenvolvendo as competências requeridas para realizar a visão de longo prazo.

O processo da sua elaboração

A elaboração do Plano Estratégico iniciou em Março de 2010. Desde então, tiveram lugar várias reflexões e consultas, internas e externas, aos diversos níveis do sector. As consultas abarcaram igualmente os parceiros da sociedade civil bem como os parceiros de cooperação internacional. A elaboração do Plano beneficiou ainda dos comentários de outros ministérios e indivíduos interessados. Foi realizada uma avaliação independente da implementação do Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC) 2006-2010/11 e foram realizadas outras análises sobre a situação actual do sector em termos de progressos feitos e dos grandes desafios para um melhor desempenho no futuro.

O Documento de Fundo para solicitar financiamento adicional ao Fundo Catalítico da Iniciativa Acelerada de Educação para Todos, EFA FTI¹ (Setembro, 2010), foi a primeira versão deste plano. A sua apresentação ao nível de parceria internacional resultou num financiamento adicional de 161 milhões² de dólares americanos para a sua implementação.

O racional para as prioridades e enfoques nos próximos anos

Educação: instrumento para o desenvolvimento do País

O aumento da oferta de uma educação de qualidade para todos é uma das estratégias principais do Governo para o desenvolvimento do País e para a redução da pobreza.

1 O nome actual desta iniciativa é “Parceria Global para Educação”.

2 USD 90 Milhões financiamento da parceria internacional através do Fundo Catalítico e USD 71 milhões IDA do Banco Mundial.

Evidências dos estudos internacionais, *apesar de nem todos serem relevantes para o contexto moçambicano*, comprovam os vários benefícios do aumento da escolarização para o indivíduo e para a sociedade em geral. É estimado que um ano adicional de escolarização da população pode resultar no retorno de cerca 10% em termos do PIB³. Uma melhor educação das mães explica em 50% a redução das taxas de mortalidade das crianças menores de cinco anos⁴. A educação da mãe é um factor importante para o sucesso escolar dos seus filhos.

Relativamente a Moçambique, o estudo conduzido pelo Banco Mundial⁵ comparando os níveis de renda e riqueza entre 2003 e 2008, mostrou que a educação é chave para a redução da dependência da família da produção agrícola e para o aumento do nível de renda⁶. O impacto é mais significativo e directo para as pessoas que têm concluído o Ensino Primário do que para os outros níveis de ensino.

Esta ligação positiva entre a escolarização e o desenvolvimento económico e social, justifica o compromisso internacional e nacional para atingir os Objectivos de Milénio e, sobretudo, para com o objectivo de universalização do Ensino Primário.

O estágio actual do sector

Nos últimos anos, o sector da Educação registou grandes progressos, particularmente no concernente ao aumento da oferta da educação. Mais crianças ingressaram anualmente nas escolas; mais crianças progrediram anualmente de um nível para outro. Destacou-se a expansão do Ensino Secundário e a redução das disparidades geográficas e de género.

Permanecem, contudo, grandes desafios para o futuro, principalmente quanto à capacidade de proporcionar um efectivo ensino inclusivo, através da retenção dos alunos no sistema e a sua progressão para o nível seguinte, bem como no que tange à melhoria da qualidade da educação, virada para um melhor desempenho dos alunos em todos os níveis de ensino em termos do seu aproveitamento e desenvolvimento das competências requeridas.

Os grandes constrangimentos

A manutenção e a melhoria do sistema educativo, ainda em fase de crescimento, anualmente precisa de mais recursos humanos e financeiros. Devido à crise económica, é previsível um crescimento do volume de recursos inferior às necessidades. Isto implica priorizar as intervenções e melhorar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Para assegurar uma implementação eficiente e eficaz, há necessidade ainda de continuar a elevar a capacidade do sector com quadros cada vez mais qualificados

- 3 “The Role of Education Quality in Economic Growth” Eric A. Hanushek and Ludger Wößmann, World Bank Policy Research Working Paper 4122, February 2007.
- 4 Increased educational attainment and its effect on child mortality in 175 countries between 1970 and 2009: a systematic analysis, Dr. Emmanuela Gakidou, et al, The Lancet, Volume 376, Issue 9745, Pages 959-974, 18 September 2010.
- 5 Primary Education Reform in Mozambique: feedback from the Ground, Lucrecia Santibanez e Louise Fox, Maio 2011, World Bank.
- 6 Uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial em 2003, mostra que ter completado algumas classes do Ensino Primário contribuiu para o aumento do nível de consumo per capita nas zonas rurais em 6% e nas zonas urbanas em 12%, enquanto a conclusão do EP1 fez duplicar este efeito.

e motivados para a gestão dos processos de mudança e para assegurar a consolidação das reformas iniciadas ao nível do sector da educação e do sector público na sua generalidade.

As prioridades para os próximos anos

A análise dos grandes desafios enfrentados resultou na formulação dos seguintes objectivos principais do sector da educação para o período 2012-2016:

- Assegurar a inclusão e equidade no acesso e retenção na escola;
- Melhorar a aprendizagem dos alunos;
- Garantir uma boa governação do sistema.

Consciente das limitações em termos de capacidade institucional existente, e considerando as previsões sobre os recursos humanos e financeiros de médio-prazo, o sector optou pela elaboração de um plano realístico que tenta otimizar o potencial das intervenções e os pré-requisitos para uma implementação eficiente e eficaz. Isto significa balançar entre o que é desejável e o que é possível.

Assim sendo, nos próximos anos, o sector continuará a privilegiar a universalização do Ensino Primário de 7 classes, com enfoque na aprendizagem e desenvolvimento de competências básicas de leitura, escrita e numeracia.

Ao mesmo tempo, a necessidade de ter uma visão holística do desenvolvimento do sistema educativo é chave para assegurar a aquisição de competências e habilidades avançadas e especializadas para sustentar e impulsionar o actual desenvolvimento do País. Neste contexto, o sector continua a criar as condições necessárias para uma expansão do ensino pós-primário de qualidade e relevante para as economias existentes e emergentes no País.

O compromisso do sector para preparar os alunos para a vida laboral realizar-se-á através i) do aumento dos graduados do Ensino Secundário Geral com competências gerais e profissionalizantes para facilitar a sua transição para a vida adulta e laboral; ii) da expansão do Ensino Técnico-Profissional de qualidade, baseado em competências necessárias e requeridas pelo mercado de trabalho, com enfoque nos sectores prioritários e nas indústrias emergentes; e iii) da criação de oportunidades de formação e capacitação profissionais de curta duração, respondendo melhor e de forma mais rápida às necessidades de ter uma mão-de-obra qualificada.

Ao mesmo tempo, a expansão dos programas de alfabetização e educação não-formal, concentrados na aquisição de habilidades para a vida, deverá contribuir para a redução do analfabetismo, e ao mesmo tempo, reforçando a capacidade dos alfabetizados de intervirem activamente no percurso da sua vida pessoal e da sua família.



A consolidação das reformas iniciadas no Ensino Superior deverá assegurar, entre outros, o fortalecimento da capacidade intelectual, científica, tecnológica e cultural necessária para o desenvolvimento sócio-económico do País.

Principais implicações para a implementação

Assegurar a inclusão e equidade no acesso e retenção na escola

A expansão do sistema será realizada através da rentabilização dos progressos feitos ao longo dos últimos anos significando o aumento do número de graduados através de uma maior eficiência interna das instituições, da diversificação das modalidades de ensino beneficiando das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias e da expansão da provisão de educação pelo sector privado.

Para evitar a exclusão dos alunos por razões de género, necessidades educativas especiais ou condição económica, é necessário introduzir-se programas de apoio social. Para o efeito, serão levadas a cabo acções como a oferta de lanche escolar e apoio material às crianças mais vulneráveis. Este apoio será dado através, por exemplo, do programa Apoio Directo às Escolas no Ensino Primário, e da concessão de bolsas no ensino pós-primário para estudantes com mérito, priorizando os mais jovens e as raparigas.

Motivando ainda a equidade e a inclusão, o Plano Estratégico promove a integração nos programas existentes de intervenções específicas viradas para as áreas transversais como sendo, entre outras, HIV e SIDA, género, necessidades educativas especiais e a construção de escolas saudáveis e seguras, bem como a produção escolar e o desporto escolar. Neste contexto, a produção escolar assumirá um papel importante, como complemento na educação dos jovens e no aumento da diversidade da dieta alimentar dos centros internatos e lares.

Melhorar a aprendizagem dos alunos

A melhoria do desempenho do aluno resulta de um processo multidimensional e complexo virado para melhorar a qualidade da educação.

O aumento dos recursos financeiros, materiais e humanos, beneficiando directamente as escolas, é prioritário num contexto onde a maioria das escolas são subfinanciadas, operando em condições precárias, com salas de aula superlotadas, não equipadas e com altos rácios de alunos por professor.

Para além do aumento dos recursos financeiros, é crucial ter professores melhor preparados, motivados e apoiados para assegurar a aprendizagem dos seus alunos. Isto implica investimentos na melhoria da sua formação, na elaboração dos instrumentos para uma avaliação contínua da aprendizagem do aluno, e em incentivos que motivem um melhor desempenho.

Para que o aumento de recursos financeiros, bem como humanos, tenha o impacto desejável no desempenho do aluno, o enfoque será na



gestão escolar, entre outros, através de uma maior atenção à selecção, colocação e capacitação dos gestores escolares, bem como a supervisão e monitoria do funcionamento das escolas, e a capacitação dos Conselhos de Escola na gestão e prestação de contas.

Considerando a importância dos primeiros anos para o desenvolvimento de uma criança e o seu sucesso escolar, uma atenção especial é dada ao desenvolvimento da criança na idade pré-escolar. Em estreita colaboração com o MMAS e outros ministérios relevantes serão preparadas as condições para a expansão de oportunidades de educação pré-escolar.

Boa governação

O desenvolvimento dos recursos humanos do sector é chave para uma boa governação do sistema educativo, promovido através de uma gestão integrada do pessoal docente e não docente em termos de recrutamento, selecção, contratação, progressão e avaliação, bem como na sua formação, capacitação, motivação e retenção. Ao mesmo tempo, é crucial a responsabilização de todos os envolvidos pelo seu próprio desempenho e pelo desempenho do sector como um todo.

Isto implica melhorar o controlo interno, reforçar a supervisão e a inspecção e um melhor envolvimento dos Conselhos de Escola na prestação de contas e na observância dos padrões e normas educativas, para garantir a qualidade do ensino.

Mais de metade do orçamento será descentralizado para os distritos que têm uma importante responsabilidade na implementação do plano. Isto requererá uma atenção particular ao desenvolvimento institucional e dos recursos humanos ao nível dos distritos, particularmente nos processos de Planificação, Orçamentação, Execução, Monitoria e Avaliação (POEMA).

O financiamento

O nível de ambição em termos de resultados a atingir (metas) depende, em grande parte, dos recursos disponíveis nos próximos anos. O plano apresenta dois cenários baseados nas previsões financeiras conhecidas para os próximos anos e prioriza as actividades viradas para a provisão de um ensino primário de qualidade para todos. O segundo cenário é um pouco mais ambicioso, prevendo a disponibilização de mais recursos, facilitando uma aceleração na expansão do ensino pós-primário.

A disponibilização de recursos adicionais ao longo do período da implementação do plano permitirá, ainda, acelerar as várias intervenções propostas como sendo a construção de salas de aula, apoio directo às escolas, aquisição de mobiliário e equipamento, apoio social aos mais vulneráveis, entre outros.

Assumindo a educação como uma responsabilidade partilhada entre o governo, os pais e as famílias, bem como o sector produtivo que beneficiará do aumento de qualidade dos recursos humanos, nos próximos anos, será encorajado uma maior contribuição das famílias, a expansão do ensino particular através de pacotes de incentivos a elaborar, bem como um aumento da contribuição do sector produtivo no contexto dos programas de responsabilidade social das grandes empresas.



1. Contexto

1.1. Educação: factor crucial para o combate à pobreza e para o desenvolvimento do país

Desde a independência, o Governo da República de Moçambique encara a Educação como um direito fundamental de cada cidadão, um instrumento para a afirmação e a integração do indivíduo na vida social, económica e política, um factor indispensável para a continuação da construção de uma sociedade moçambicana e para o combate à pobreza.

Neste contexto, o Governo tem priorizado a criação e a expansão de oportunidades para assegurar que todas as crianças possam ter acesso e completar uma educação básica⁷ de sete anos. Todavia, reconhece-se que a Educação Básica não é suficiente para apoiar e sustentar o desenvolvimento nacional num contexto de uma economia e sociedade globalizada em constante mudança. O Governo tem promovido uma visão holística do desenvolvimento do Sistema Educativo, o que implica tanto a universalização do Ensino Primário como a expansão, com qualidade, dos ensinos Secundário, Técnico-Profissional e Superior para reduzir a pobreza e estimular o desenvolvimento social, cultural, político e económico do país.

A pobreza é considerada numa perspectiva multidimensional. A definição usada nos Planos de Acção para a Redução da Pobreza (Absoluta) (PARPA II 2006-2009, PARP 2010-2014), define a pobreza como *“a impossibilidade por incapacidade, ou por falta da oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso às condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade”*. Neste contexto, a pobreza não se define apenas em termos de pobreza monetária, medida através do nível de consumo, mas também em termos de oportunidades de acesso aos serviços básicos como a educação, a saúde, o saneamento, a informação, etc. A terceira avaliação nacional da pobreza (Setembro 2010), baseada no inquérito nacional ao orçamento familiar (IOF08/09), indicou que a pobreza de consumo ao nível nacional no período 2002/03-2008/09 estagnou. Houve grandes avanços na expansão do acesso aos serviços públicos básicos feitos, principalmente nas áreas de Educação e de Saúde. Espera-se que os investimentos na Educação ao longo dos últimos anos produzam dividendos no futuro: mais pessoas habilitadas a entrar no mercado de trabalho com melhores qualificações, porque terão, entre outros requisitos, completado o Ensino Primário⁸.

O governo continua a priorizar, nos seus planos nacionais de desenvolvimento, o investimento na Educação, com o objectivo de educar os cidadãos a desenvolver a autoestima e o espírito patriótico, ou seja, a formar pessoas capazes de intervir activamente no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento económico, social, político e cultural do país.

7 É referida a definição de Jomtiem (1990): uma educação básica é a fundação que fornece as competências necessárias para que o indivíduo se possa desenvolver e participar no desenvolvimento do seu país. Aquilo que define uma educação básica depende das especificidades de cada país e pode mudar com o tempo. No caso de Moçambique, a educação básica compreende a alfabetização e o Ensino Primário de sete anos.

8 Fonte: Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional – MPD/DNEAP, Setembro, 2010.

1.2. Enquadramento do plano estratégico no Sistema Nacional de Planificação

O Plano Estratégico do sector da Educação concretiza a visão do Governo para o desenvolvimento do sector da educação em objectivos e estratégias implementáveis num determinado período de tempo.

O plano sectorial enquadra-se nos instrumentos de planificação, orçamentação e monitoria do sistema nacional de planificação do Governo (veja o Quadro 1).

Quadro 1: Instrumentos políticos, estratégicos e operacionais de Planificação, Orçamentação e Monitoria

Agenda 2025: reflecte a visão de longo prazo para o desenvolvimento do País.

Plano Quinquenal do Governo (PQG): apresenta os objectivos e prioridades-chave do Governo num horizonte de cinco anos.

Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP): apresenta a estratégia de médio prazo do Governo para reduzir o índice de pobreza.

Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP): define os limites para a implementação do PARP a médio prazo (três anos).

Planos Estratégicos Sectoriais e Provinciais: apresentam os objectivos principais do Governo (do PQG) que os ministérios e as províncias devem atingir a médio prazo e as estratégias específicas para os atingir.

(Balanço do) Plano Económico e Social ((Bd)PES): operacionaliza as linhas gerais do PQG e do PARP, traduzindo as estratégias sectoriais ou provinciais em acções concretas para serem implementadas no ano concernente. A sua implementação é avaliada semestralmente através do Balanço do PES.

(Relatório de Execução do) Orçamento de Estado ((R)OE): define os fundos disponibilizados para a implementação das acções especificadas no PES. A sua execução é monitorada trimestralmente através do Relatório de Execução do Orçamento.

O Programa de Actividades (PdA): traduz as acções do PES em actividades concretas relacionando-as com o orçamento disponibilizado para a sua implementação (através do Orçamento de Estado ou outras contribuições conhecidas, mas não inscritas no orçamento).

O Plano Estratégico do sector da Educação 2012-2016 especifica as prioridades do Governo para o desenvolvimento da Educação como reflexo do Plano Quinquenal do Governo 2010-2014 e do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014. O Plano é estruturado com base na nova abordagem de programação, organizada por níveis de ensino, que foi elaborada pelo Ministério ao longo dos últimos anos e adoptada em 2009.

O Plano é construído a partir da análise e avaliação dos progressos observados e dos desafios identificados durante a implementação do Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006-2010/11, com o objectivo de melhorar o desempenho do sector nos próximos anos.

O Plano integra e assume as estratégias subsectoriais e os programas específicos já elaborados e em curso e especifica as intervenções prioritárias do sector para os próximos anos (2012-2016), considerando a visão global do sector e a capacidade institucional e financeira disponível nos diferentes níveis.

O Plano contém, em anexo, a matriz estratégica de indicadores e a matriz operacional. O plano fornece um guia para a preparação dos planos e orçamentos anuais (PES, OE, PdA). Constitui, ainda, um instrumento-chave para as negociações sobre a alocação dos recursos (internos e externos) necessários e fornece um quadro para o acompanhamento e monitoria da sua implementação.

1.3. Contexto económico e social do país

Com uma população de 20,6 milhões em 2007, Moçambique tem 11 províncias com uma grande diversidade sociocultural, linguística e geográfica. Existem 18 línguas nacionais e muitos mais dialectos. Aproximadamente 70% da população vive na zona rural. Na capital do país, a Cidade de Maputo, vive cerca de 5,3% da população. Nas duas províncias mais populosas, Nampula e Zambézia, vive quase 40% da população. Segundo o Censo de 2007, mais de metade da população (51,8%) é do sexo feminino, variando de 55% nas províncias de Gaza e de Inhambane a 50,5% nas províncias de Nampula e Niassa. O crescimento anual da população é de 2,6%.

Mais de metade da população (52%) está no grupo etário 0-18 anos e 20% no grupo etário 6-12 anos. Uma população tão jovem, que ainda não produz, coloca uma forte pressão sobre a economia do país que tem que assegurar a realização das necessidades básicas deste grande grupo de consumidores de produtos económicos e de serviços públicos. Esta situação é ainda agravada pelas altas taxas de prevalência de HIV (veja 5.2.4, pág. 43).

Após a guerra dos 16 anos, a reconstrução do país começou em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz. Desde então, a economia do país vem crescendo a um ritmo de cerca de 7-8% por ano (PIB). A inflação é de cerca de 10%. A despesa do Estado representa cerca de 30% do PIB. A despesa financiada por recursos externos através de donativos e créditos atinge os 45% do Orçamento de Estado (OE).

O crescimento económico ao longo dos últimos anos tem facilitado a expansão dos serviços básicos em todo o país em termos de acesso à educação, saúde e saneamento, com maiores progressos nas zonas rurais. A proporção da população na escola aumentou de 30,8% em 2002-2003 para 37,3% em 2008-09⁹. A taxa de analfabetismo diminuiu de 60,1% em 2001 para 48,1% em 2008¹⁰.

Apesar do crescimento económico, 54% da população ainda vive abaixo da linha de pobreza em consequência de uma estagnação na diminuição da pobreza no período entre 2002/2003 e 2008/2009 ao nível nacional. Existem grandes diferenças entre regiões e províncias, com evolução positiva a Norte, mas com indicações de aumento da pobreza na zona Centro (províncias da Zambézia e de Sofala) no mesmo período. A zona Centro é a mais vulnerável aos choques climáticos.

Ademais, os indicadores de nutrição para crianças com menos de cinco anos de idade mostram pouco progresso a nível nacional, aparentemente sem grande correlação com o nível de pobreza e de consumo da família.

1.4. Sistema Educativo

A lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), de 1992¹¹, define o Sistema Educativo actual em 3 subsistemas: ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extra-escolar.

O *ensino pré-escolar* é actualmente oferecido por creches e escolinhas do Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS), das organizações não-governamentais ou comunitárias e pelo sector privado. Este subsistema, coordenado pelo MMAS, divide-se em dois níveis: o nível das creches, que cobre as crianças dos 0 aos 2 anos, e o nível dos jardins-de-infância que atende crianças entre os 2 e os 5 anos. A frequência é facultativa.

O *ensino escolar* compreende i) o Ensino Geral, ii) o Ensino Técnico-Profissional e iii) o Ensino Superior. O Português é a língua oficial e a língua de instrução.

O *ensino extra-escolar* engloba actividades de alfabetização e de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica realizadas fora do sistema regular do ensino.

1.4.1 Ensino Geral

Ensino Primário

O Ensino Primário público é gratuito e está dividido em dois graus: o Ensino Primário do 1º grau (EP1, da 1ª à 5ª classe) e o Ensino Primário do 2º grau (EP2, 6ª e 7ª classes). Com a introdução do novo currículo em 2004, este ensino foi estruturado em 3 ciclos de aprendizagem numa perspectiva de oferecer um ensino básico de sete anos para todos: o 1º ciclo (1ª e 2ª classes), o 2º ciclo (3ª à 5ª classe) e o 3º ciclo (6ª e 7ª classes). A idade oficial de ingresso na 1ª classe é de seis anos, completados no ano de ingresso.

9 Fonte: PARP 2011-2014, 3 de Maio de 2011.

10 Fonte: Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS), 2008.

11 Lei nº 6/92, publicada no BR nº 19 (1ª série), 6 de Maio, 1992. Deve-se notar que nalguns aspectos a Lei está desactualizada, principalmente no que concerne ao ensino técnico-profissional. Está prevista uma revisão da Lei após a aprovação deste Plano.

As escolas primárias funcionam normalmente em dois turnos de 6 tempos lectivos (45 minutos por tempo lectivo), um de manhã e outro à tarde. Para acomodar a expansão do sistema, algumas escolas primárias, principalmente nas cidades, funcionam em três turnos de 5 tempos lectivos (40 minutos). Algumas escolas leccionam também o EP2 no turno nocturno, mas esta situação tende a diminuir. Menos de 2% dos alunos frequentam o Ensino Primário em escolas privadas ou comunitárias.

Depois de concluir o Ensino Primário, os alunos podem continuar os seus estudos no Ensino Secundário Geral ou no Ensino Técnico-Profissional de nível básico.

Ensino Secundário Geral

O Ensino Secundário Geral tem dois ciclos: o primeiro compreende a 8ª, 9ª e 10ª classes. Depois de completar este nível de ensino, o aluno pode continuar os seus estudos no segundo ciclo do ensino geral (11ª e 12ª classes) que antecede a entrada no Ensino Superior.

O Ensino Secundário Geral não é gratuito, havendo cobrança de propinas. Não há exames de admissão. Para responder à grande procura de lugares no Ensino Secundário, este nível de ensino opera com turnos nocturnos, principalmente para os alunos mais velhos (com mais de 15 anos). Além disso, estão a surgir muitas escolas privadas neste nível de ensino, particularmente nas cidades. Em 2011, estas escolas privadas eram frequentadas por 10% do total de alunos do Ensino Secundário. Recentemente, o MINED introduziu um programa de Ensino Secundário Geral à distância cuja cobertura é ainda limitada.

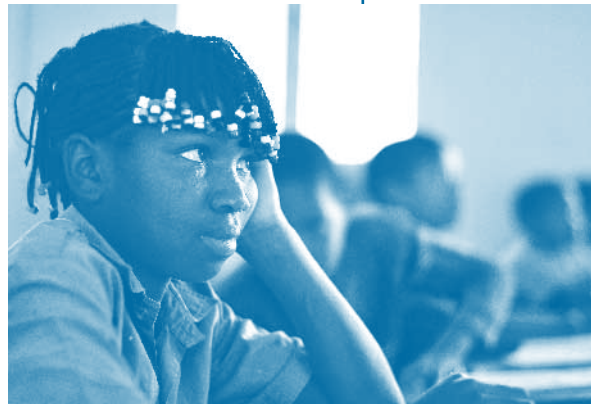
1.4.2 Ensino Técnico-Profissional

O Ensino Técnico-Profissional estrutura-se neste momento em dois níveis: o nível básico¹² e o nível médio, ambos com a duração de três anos, e é organizado por ramos: comercial, industrial e agrícola.

O critério mínimo de ingresso é a conclusão da 7ª classe para o nível básico, e, para o nível médio, a conclusão da 10ª classe do Ensino Secundário Geral ou do 3º ano do nível básico do Ensino Técnico-Profissional. Este nível de educação não é gratuito, havendo cobrança de propinas.

O Ensino Técnico-Profissional está numa fase de reforma, com enfoque na introdução de um sistema educativo modular, seja ao nível básico, seja ao nível médio, que vai resultar em diferentes tipos de certificados (veja também 6.4 a partir da pág. 85).

¹² O Ensino Técnico Elemental (pós 5ª classe) está em extinção. O nível básico incluirá as escolas profissionais.



1.4.3 Ensino Superior

O Ensino Superior inclui as universidades, escolas e institutos superiores públicos e privados bem como as Academias. Para ingressar no Ensino Superior, os alunos têm que concluir a 12ª classe do Ensino Secundário Geral ou o equivalente do Ensino Técnico-Profissional e aprovar num exame de admissão. Para evitar a exclusão para as classes com menor rendimento económico existe um sistema de bolsas.

As instituições do Ensino Superior gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa, regulamentado através da Lei do Ensino Superior.

Está em processo um alinhamento do currículo, graus e diplomas com os padrões internacionais como definido no contexto do acordo de Bolonha.

1.4.4 Modalidades de Ensino

Para além do Ensino geral, Ensino Técnico-Profissional e Ensino Superior, a Lei 6/92 considera o Ensino Especial, o Ensino Vocacional, o Ensino de Adultos, o Ensino à Distância e a Formação dos Professores como modalidades especiais que, sendo parte integrante do ensino escolar, regem-se por disposições especiais e podem envolver outros ministérios (por exemplo o MMAS, no caso de Ensino Especial).

A formação de professores para os diferentes níveis de ensino é oferecida por instituições especializadas.

1.4.5 Administração do Sistema

A responsabilidade pela administração dos serviços de educação e a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros é cada vez mais descentralizada até ao nível das escolas e das instituições com crescente autoridade financeira e poder de decisão (veja também 6.6, a partir da pág. 101).

O Ministério da Educação (MINED) é responsável pela elaboração das políticas nacionais e pelo seu acompanhamento e monitoria, assegurando a coerência contínua com as grandes prioridades e os objectivos do Governo. Ao nível das províncias existem Direcções Provinciais de Educação e Cultura (DPECs) e dos distritos os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJTs). Estas entidades são responsáveis pela gestão local do sistema de Educação, desde a abertura de escolas primárias até à colocação e movimentação de professores. Está em curso um processo de descentralização da gestão das escolas primárias para os municípios. As instituições de Ensino Superior são autónomas do ponto de vista administrativo, financeiro, patrimonial e científico-pedagógico. O subsistema do Ensino Superior é coordenado pela Direcção de Coordenação do Ensino Superior (DICES) do Ministério da Educação.

2. Visão e missão

2.1. Visão de longo prazo

Educação como um direito, bem como um dever de todos os cidadãos: um instrumento para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica e política, indispensável para o desenvolvimento do país e para o combate à pobreza.

A visão do governo sobre o papel da educação no desenvolvimento do país e do indivíduo implica que *“a educação e formação devem dar valor preponderante à capacitação do cidadão moçambicano fornecendo, especialmente aos adolescentes e jovens, os instrumentos práticos e teóricos para serem bem-sucedidos na vida”*. Isto expressa ainda a necessidade de maior ênfase na dimensão formativa da Educação e na introdução da Educação e Formação Profissional que permite aos cidadãos produzir *“riqueza e recursos de vida para si e para os seus dependentes e para o País, auto empregando-se e empregando outros moçambicanos...”*, (Agenda 2015, (2003))

A formação deve ainda estar voltada para cultivar, desde cedo, nas escolas pré-primárias e primárias, a educação cívica, ética, moral, patriótica e a educação para uma cultura de Paz. Para além das regras de bom comportamento, a ordem, a limpeza e higiene, o pudor, o amor-próprio, o respeito ao próximo e à sociedade são práticas a inculcar nos cidadãos.

Para o efeito, é necessário desenvolver uma educação baseada nos valores da família, no respeito pelas tradições africanas e na sua compatibilização com valores da sociedade moderna universalmente reconhecidos.

A implementação desta visão implica a construção de um Sistema Educativo de qualidade, recorrendo a várias opções e modalidades educativas, o que assegura que a futura geração seja melhor equipada com habilidades para a vida. Este facto, por sua vez, facilitará a participação e contribuição desta geração no desenvolvimento contínuo do país, no contexto de um mundo globalizado com necessidades diversificadas e em constante mudança.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO



2.2. Missão

A criação de um Sistema Educativo justo, inclusivo, eficaz e eficiente em termos de gestão, um sistema onde os alunos obtenham as competências requeridas em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes, para atingirem o objectivo principal da Educação, como reflectido na visão de longo prazo.

O sistema educativo será construído a partir do sistema existente (veja 1.4 na pág. 12) com o objectivo de ter um Sistema Educativo que, a longo prazo, esteja baseado num Ensino Básico de 9 ou 10 anos, obrigatório para todos no grupo etário relevante. Este Ensino Básico incluirá um ano pré-primário e o primeiro ciclo de Ensino Secundário.

O Sistema Educativo oferece ainda ao cidadão, para além do Ensino Básico, e ao longo da sua vida, oportunidades diversificadas de progredir no seu nível académico (Ensino Secundário, Técnico-Profissional e Superior), para o seu próprio desenvolvimento, da sua família e da sociedade em geral, quer através do ensino presencial, quer do ensino à distância ou outras modalidades educativas.

2.3. Agendas internacionais e regionais

2.3.1 Educação para Todos

A visão de longo prazo do Governo para o desenvolvimento do ensino básico e de uma educação ao longo da vida enquadra-se no seu compromisso com a Declaração de Dakar “*Educação para Todos (2000)*”¹³, que promove a aprendizagem de competências básicas para todos, crianças, jovens e adultos, para um desenvolvimento sustentável e para a criação e manutenção da Paz, numa perspectiva de assegurar uma educação básica para todos e a redução da actual taxa de analfabetismo para metade, até 2015.

A visão engloba ainda os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OdMs), adoptados na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2000. No que refere à Educação, os objectivos incluem:

- A eliminação da desigualdade de género no Ensino Primário e Secundário (2005);
- A conclusão do Ensino Primário, tanto para rapazes como para raparigas, até 2015.

O Plano Estratégico define os parâmetros para atingir estes objectivos de Dakar e os OdMs, cujos ritmos e prazos estão ajustados à realidade e à capacidade do país.

2.3.2 Integração na região

Em consonância com o Protocolo relativo à Educação e Formação da SADC e à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o país continua engaja-

¹³ Esta declaração baseia-se e reforça os compromissos internacionais expressa nas Declarações dos Direitos Humanos (1948), Direitos das Crianças (1959), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) relativa à Educação Inclusiva.

do no processo de integração regional, que se traduz no alcance gradual da equivalência, harmonização e padronização dos Sistemas de Educação e Formação na Região da SADC.

Isto implica, entre outros, a integração dos sistemas de educação e a harmonização dos diferentes currículos a nível regional, enfatizando a componente prática da formação pós-primária, além de uma formação universal de, pelo menos, 9 ou 10 anos.

2.3.3 Eficácia da ajuda internacional

Moçambique está comprometido com a agenda da eficácia da ajuda externa, na base dos princípios que foram acordados em 2005 no Fórum Internacional em Paris, na Declaração de Paris, e reconfirmados no 3º Fórum Internacional de Acra, em 2008.

Esta Agenda promove a eficiência e a eficácia da ajuda com o objectivo principal de reduzir os custos de transacção da ajuda externa para os países recipientes e melhorar o impacto no seu desenvolvimento, através dos seguintes princípios:

- **Apropriação:** os países beneficiários definem as prioridades e estratégias para o seu desenvolvimento e a ajuda é orientada para apoiar a sua implementação;
- **Alinhamento:** a ajuda externa é canalizada através dos mecanismos nacionais, usando os procedimentos estabelecidos ao nível do país em termos da sua planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação;
- **Harmonização:** o enfoque é orientado para a coordenação e harmonização das abordagens e programas entre os diferentes parceiros;
- **Gestão orientada para resultados:** a monitoria e a avaliação da implementação dos planos dos países beneficiários serão feitas com base nos resultados desejados e acordados;
- **Responsabilidade mútua:** além dos compromissos dos Governos em relação à implementação dos seus planos nacionais, os parceiros também se submetem à avaliação dos seus compromissos.

2.4 Parcerias

O direito de todos à Educação não é apenas responsabilidade e/ou obrigação do Estado, mas de todos: pais e encarregados de educação, famílias e comunidades, organizações não-governamentais e parceiros internacionais. Cada um destes grupos alvo desempenha um papel na oferta e procura de serviços educativos, dentro das suas capacidades e meios, em função das necessidades.

2.4.1 Participação das famílias e comunidades

O governo promove uma participação activa e democrática da sociedade na gestão das escolas, com base no princípio de que a escola é património da comunidade, local onde a sociedade formalmente transmite às novas gerações as experiências acumuladas de âmbito sociocultural e científico da humanidade.

As famílias priorizam a educação dos filhos ao nível da despesa. Mesmo considerando que as suas contribuições nem sempre são contabilizadas, elas são significativas. A abertura de uma escola acontece muitas vezes por iniciativa da própria comunidade que fornece a infra-estrutura básica.

A comunidade tem a oportunidade de participar na gestão da escola através dos Conselhos de Escola.

2.4.2 Diálogo com os parceiros internacionais

Ao longo dos últimos anos, o sector tem beneficiado de apoio técnico e financeiro dos vários parceiros internacionais. O diálogo entre o ministério e os seus parceiros tem diferentes formatos.

O diálogo com o grupo dos parceiros de cooperação subscritores da agenda internacional de eficácia da ajuda externa (veja 2.3.3, pág. 17) tem por base Termos de Referência (TdRs) que definem o diálogo entre o Ministério e os seus parceiros em termos de uma abordagem sectorial. Isto implica a canalização do seu apoio financeiro e técnico para a implementação de um Plano com um único orçamento, concebido, gerido e implementado pelo Governo.

O arranjo¹⁴ actual entre o Ministério e esse grupo de parceiros nasceu com a elaboração do primeiro plano estratégico do sector em 1998. Ao longo dos últimos anos, a cooperação desenvolveu-se, evoluindo para um diálogo aberto, transparente e franco, ao nível político e técnico.

Neste momento, o grupo é composto por 23 parceiros de cooperação¹⁵, entre parceiros bilaterais, organizações das Nações Unidas e diferentes bancos internacionais, que participam activamente numa ou noutra plataforma de diálogo.

Para facilitar o diálogo com o Ministério, os parceiros são coordenados por uma equipa, composta por duas ou três agências¹⁶ que faz o ponto de ligação entre o Ministério e os parceiros.

Ao mesmo tempo, existem várias parcerias bilaterais e/ou institucionais como, por exemplo, com o Brasil, Vietname, China, Austrália, Banco Islâmico para o Desenvolvimento (BID), cujo apoio também é alinhado com os planos de Governo e do sector, em particular, embora não estejam integrados no Grupo de Parceiros de Cooperação que subscreveram os Termos de Referência acima referidos.

Neste momento, os parceiros internacionais financiam cerca de 30% da despesa do sector da Educação através de diferentes modalidades¹⁷.

14 Veja os Termos de Referência para uma Abordagem Integrada do Sector de Educação (SWAp), actualmente em revisão.

15 Alemanha, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Canadá, Cuba, Dinamarca, DFID (Inglaterra), Espanha, FAO, Finlândia, Flandres, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, os Países Baixos, PMA, PNUD, Portugal, UNESCO, UNICEF, UNIFEM, USAID.

16 A composição desta equipa de coordenação é anualmente confirmada pelos parceiros e o Ministério.

17 As modalidades incluem Apoio Geral ao Orçamento de Estado, financiamento sectorial através do fundo comum FASE e através de vários projectos bilaterais. Para mais detalhes, veja 7.3, pág. 112.

2.4.3 Envolvimento da sociedade civil e do sector privado

Embora o diálogo ao nível das políticas do sector seja ainda dominado pelo MINED e pelos parceiros de cooperação, a participação da sociedade civil é cada vez mais forte. Esta, através da rede nacional “Movimento de Educação Para Todos (MEPT)”, participa nos grandes encontros, bem como nos grupos de trabalho, contribuindo para a elaboração dos Planos Estratégicos, dos Planos Anuais e da sua monitoria (veja 7.4, pág. 114).

A participação da sociedade civil, através das organizações não-governamentais e dos governos locais, é mais forte ao nível local, onde está directamente envolvida na provisão de Educação, em termos da planificação, financiamento, implementação e monitoria da oferta e procura.

O sector privado, como provedor, é particularmente importante no ensino pós-primário. Em 2011 cerca de 10% dos alunos no Ensino Secundário frequentavam escolas privadas ou comunitárias. Em 2010, cerca de 28% dos estudantes frequentavam Instituições de Ensino Superior privadas (veja Quadro 3, pág. 25).

Ao longo dos últimos anos, foram estabelecidas parcerias com o sector privado, numa perspectiva da sua responsabilidade social o que contribuiu para a construção de escolas, provisão de equipamento, oferta de bolsas ou outros tipos de apoio.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO





3. A implementação do Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006-2010/11

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

3.1 Historial

Desde a proclamação da independência, em 1975, Moçambique conheceu três períodos distintos na evolução do Sistema Educativo:

- O primeiro, entre 1974/5 e 1979, em que se assistiu a uma forte expansão da rede e dos efectivos escolares, como resultado da nacionalização da Educação no período pós-independência;
- O segundo, entre 1980 e 1992, que corresponde ao período do conflito armado, no qual se verificou a redução significativa da rede escolar e uma estagnação do número de alunos;
- O terceiro, a partir de 1992, com a assinatura do Acordo de Paz, até aos nossos dias, em que se voltou a registar uma sublinhada tendência de expansão da rede e dos efectivos escolares, primeiro do Ensino Primário e, mais tarde, particularmente durante os últimos anos (o período do PEEC), do Ensino Secundário.

A partir de 1992, o número de alunos passou de 1,2 milhões para 4,4 milhões (2011) no EP1, e de 130 mil para 871 mil no EP2 (2011).

No Ensino Secundário Geral, o número de alunos que frequentam o 1º ciclo passou de 43 mil em 1992 para 761 mil alunos em 2011 tendo a percentagem de raparigas passado de 37% para 47,5%. O número de distritos onde era leccionado o 1º ciclo passou de 44 em 1992 para 86 em 2000 e para 113 em 2005. Todos os distritos estão cobertos em 2011.

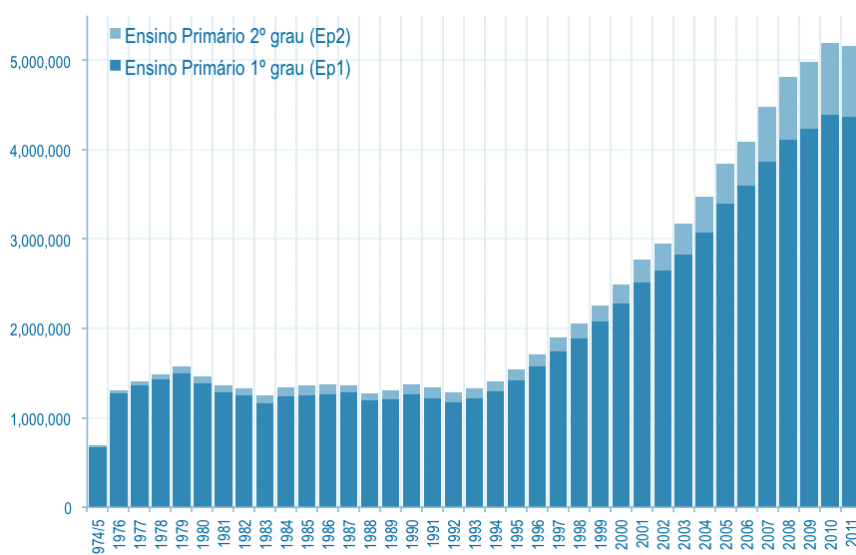
No 2º ciclo do Ensino Secundário Geral, em 1992, apenas 6 distritos possuíam pelo menos uma escola secundária que leccionava o 2º ciclo. Havia menos de 5 mil alunos e só 25% do total de alunos eram raparigas. Em 2011, 98 distritos possuem pelo menos uma escola secundária do 2º ciclo com um total de 191 mil alunos, dos quais quase 46% são do sexo feminino.

Em 1992, apenas 7.290 alunos frequentavam as 31 escolas de Ensino Técnico-Profissional (diferentes níveis). Em 2011, cerca de 45 mil alunos frequentam as 145 diferentes escolas e instituições técnicas (públicas e privadas, incluindo as instituições de formação profissional tuteladas por outros ministérios). Em 1992, existiam apenas 3 universidades que absorviam 4.654 alunos. Em 2011, existem 38 instituições de Ensino Superior (incluindo as privadas) que abrangem cerca de 100 mil estudantes.

As diversas intervenções no sector foram sendo definidas pela Política Nacional de Educação de 1995 e pelos vários Planos Estratégicos elaborados até ao mo-

mento. O primeiro Plano Estratégico da Educação (PEE) vigorou de 1998 a 2005 com o principal enfoque no Ensino Primário e teve como objectivos específicos aumentar o acesso, melhorar a qualidade e reforçar a capacidade institucional. No Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC, 2006-2010/11) foram reforçados os objectivos do Plano anterior. Contudo, o PEEC previa um aumento dos esforços para o desenvolvimento do ensino pós-primário e a redução do analfabetismo, com vista a criar a capacidade humana necessária para sustentar a economia em constante crescimento. Dava-se ênfase a medidas específicas que contribuíam para a melhoria da qualidade da Educação e a retenção dos alunos até à 7ª classe, de forma a atingir os objectivos do desenvolvimento do milénio na Educação. O PEEC incorporava, também, o subsistema de Ensino Superior e a área de Cultura.

Gráfico 1: Evolução do Sistema Educativo, 1974/5–2011, Ensino Primário público, turnos diurno e nocturno



3.2 As estratégias do PEEC 2006-2010/11

O enfoque do sector no período da implementação do Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006-2010/11 foi orientado para três grandes objectivos, nomeadamente:

1. Aumentar o acesso, reduzindo as disparidades geográficas e de género;
2. Melhorar a qualidade do ensino;
3. Fortalecer a gestão do sistema administrativo da Educação em todos os níveis.

O PEEC operacionalizou este enfoque através da implementação das seguintes acções principais:

- Para aumentar o acesso, as acções principais centraram-se na expansão da rede escolar em todos os níveis de ensino, através da construção de infraestruturas educacionais e, em simultâneo, na implementação de medidas específicas para evitar a exclusão de alunos do Sistema Educativo, por razões financeiras, culturais, de género ou por necessidades educativas especiais;
- Para melhorar a qualidade de ensino, o enfoque das intervenções foi dado às reformas curriculares, à provisão de livros escolares e de outros materiais didácticos fornecidos em quantidades suficientes e em tempo útil, ao desenvolvimento de um sistema integrado para a formação e capacitação de professores e ao aumento do recrutamento anual de novos professores formados. Na área do ensino pós-primário foram introduzidas reformas para melhorar os seus níveis de qualidade e a sua relevância para o desenvolvimento do país;
- Para o aumento da capacidade institucional, o enfoque do Ministério da Educação foi no sentido de tornar o Sistema Educativo, desde o nível central até à escola, menos burocrático, mais criativo, mais dinâmico, mais próximo dos agentes educativos e da comunidade, sublinhando a necessidade e a obrigatoriedade de o sistema prestar contas sobre a sua actuação.

Uma atenção especial foi dada à melhoria do sistema de planificação, gestão financeira e monitoria da implementação dos programas do sector, através da descentralização de responsabilidades e de recursos financeiros até ao nível da escola.

Na perspectiva de oferecer serviços educativos de qualidade, com equidade, as principais intervenções do sector integram acções específicas e assuntos transversais de modo a assegurar que todos tenham a oportunidade de beneficiar dos serviços educativos, independentemente do sexo, religião, condição económica e social ou de outras particularidades¹⁸.



VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

¹⁸ Incluindo ser pessoa com deficiência, estado de seroprevalência, etc.

3.3 Resultados alcançados¹⁹

A fonte de informação para esta parte do documento é a informação estatística produzida pelo sector. O sector possui uma rica base de dados a partir de 1992. As taxas de cobertura foram calculadas na base de projecções oficiais da população, a partir do censo da população de 2007. As taxas referidas no documento poderão variar em relação a documentos anteriores ou a outras fontes. Alguma cautela é necessária na interpretação dos valores observados destes indicadores.

3.3.1 Um sistema expandido

Os esforços do Governo ao longo dos últimos anos resultaram no desenvolvimento do Sistema Educativo em todos os níveis com particular realce para o nível pós-primário, quer em termos de expansão da rede escolar, quer em termos de crescimento dos efectivos escolares.

Entre 2004 e 2011, o número de alunos no Ensino Primário do segundo grau (EP2) quase duplicou, enquanto o número de alunos no Ensino Secundário Geral cresceu quase três vezes no primeiro ciclo e mais de quatro vezes no segundo ciclo.

Quadro 2: Rede escolar por nível de ensino leccionado, 2004, 2007 e 2011
(ensinos público, privado e comunitário)

Nível		Número das escolas			Crescimento
		2004	2007	2011	Δ 2004/ 2011
Ensino Primário	EP1	8.603	9.522	10.988	28%
	EP2	1.203	1.948	3.656	204%
	EP2/EP1	14%	20%	33%	
Ensino Secundário	ESG1	226	372	561	148%
	ESG2	70	120	228	226%
	ESG2/ESG1	31%	32%	41%	
Ensino Técnico-Profissional	Elementar/Básico	46	59	98	113%
	Médio	9	14	47	422%
	Médio/Básico	20%	24%	48%	
Ensino Superior*	Público	9		17	89%
	Privado	8		21	163%

(*) Para o Ensino Superior os dados referem-se aos anos 2004 e 2010.

¹⁹ Usado como base de comparação os anos 2004 (ano em que muitas das reformas no Ensino Primário foram introduzidas), 2007 (primeiro ano do PEEC depois da sua aprovação em Junho 2006) e 2011, o último ano da implementação do PEEC.

Quadro 3: Número de alunos e percentagem de raparigas por nível de ensino, 2004, 2007 e 2011 (turnos diurno e nocturno, ensinos público, comunitário e privado)

Nível		2004		2007		2011		Crescimento 2004/ 2011
		HM	%M	HM	%M	HM	%M	
Ensino Primário	EP1	3.138.576	45,9%	3.932.006	47,0%	4.442.260	47,7%	42%
	EP2	491.402	41,3%	712.370	43,6%	871.733	46,3%	77%
	Total	3.629.978	45,3%	4.644.376	46,4%	5.313.993	47,5%	46%
Ensino Secundário	ESG1	286.185	40,9%	519.236	43,2%	761.589	47,3%	166%
	ESG2	45.685	39,2%	95.779	40,7%	191.320	45,7%	319%
	Total	331.870	40,7%	615.015	42,8%	952.909	47,0%	187%
Ensino Técnico Profissional*	Elem. Básico	27.609	30,4%	33.709	31,1%	30.021	32,6%	9%
	Médio	4.616	28,9%	6.505	22,9%	14.655	36,4%	217%
	Total	32.225	30,2%	40.214	29,8%	44.676	33,9%	39%
Ensino Superior**	Público	15.113		51.001		72.636		381%
	Privado	7.143		12.475		28.726		302%
	Total	22.256	31,6%	63.476	38,1%	101.362	38,3%	355%

HM: Total de alunos (ambos os sexos). %M: Percentagem de alunos do sexo feminino.

(*) Para o Ensino Técnico-Profissional a informação dada restringe-se à informação disponível na base de dados do MINED, que não reflecte todos os institutos que oferecem este tipo de formação.

(**) Os dados referem-se ao ano 2010.



3.3.2 Um sistema mais equilibrado

Os dados apresentados no Quadro 2 e no Quadro 3 mostram que a estrutura do Sistema Educativo está a mudar. Embora a maior parte dos alunos esteja nas escolas primárias (principalmente no EP1), o número de alunos no Segundo Grau do Ensino Primário (EP2) e no Ensino Secundário está a aumentar.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

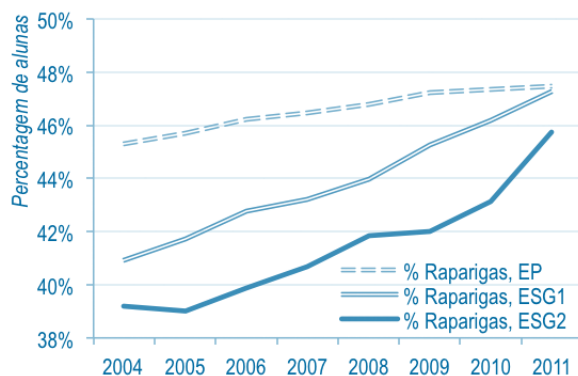
RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

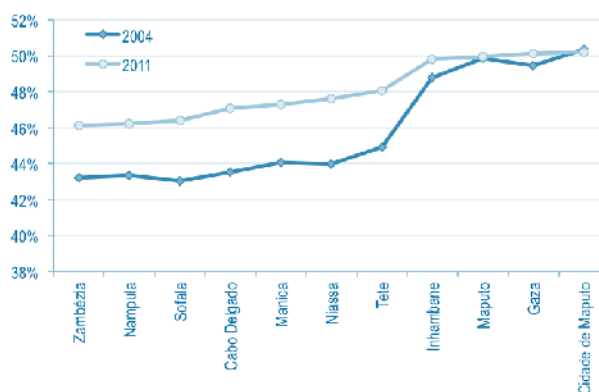
Gráfico 2: Evolução da percentagem de meninas frequentando o Ensino Primário e Secundário (1º e 2º ciclos), 2004-2011 (turno diurno, ensino público, privado e comunitário)



Ao longo dos últimos anos, e tal como o ilustra o Gráfico 2, a proporção de raparigas frequentando o Ensino Primário e o 1º ciclo do Ensino Secundário aumentou de forma constante, com maior destaque para o Ensino Secundário Geral de 1º ciclo, onde a percentagem de raparigas subiu de 41% para 47%.

O Gráfico 3 revela a redução da diferença entre as percentagens mais altas e as mais baixas, no que respeita ao número de alunas frequentando o Ensino Primário nas diferentes províncias, entre 2004-2011. Verificou-se, igualmente, uma evolução positiva ao nível dos distritos: em 2004, havia 22 distritos com uma população estudantil feminina inferior a 40%; em 2010, havia apenas um distrito, Morrumbala; e em 2011 nenhum distrito registou uma percentagem inferior a 40%.

Gráfico 3: Percentagem de meninas no Ensino Primário, 2004 e 2011 (turnos diurno e nocturno, ensinos público, privado e comunitário)



3.3.3 Aumento dos recursos humanos e financeiros

O crescimento do sistema foi acompanhado pelo aumento de recursos humanos e financeiros, em termos quantitativos e qualitativos, ao nível do Ensino Primário.

Quadro 4: Evolução do número de novos professores recrutados e do rácio alunos-professor 2006-2011 (Ensino Primário público)

	2006	2008	2009	2010	2011
Número de novos professores contratados, EP	4.000	7.717	9.400	9.800	8.500
Rácio Alunos-Professor, EP1	75	72	69	66	63

O aumento de contratação de novos professores contribuiu para a redução do rácio alunos-professor, no EP1.

Quadro 5: Total de professores e percentagem de professoras no EP1, EP2 e ESG1, 2004-2011 (turno diurno, ensinos público e comunitário)

Ano	EP1		EP2		ES1	
	Total	%M	Total	%M	Total	%M
2004	47.573	30%	10.815	23%	5.507	16%
2005	46.821	31%	11.276	23%	6.187	16%
2006	48.023	33%	12.747	25%	7.108	17%
2007	53.964	35%	15.350	27%	8.379	16%
2008	57.502	37%	17.823	29%	9.517	16%
2009	62.174	39%	19.688	30%	10.611	18%
2010	67.121	42%	22.084	31%	11.978	18%
2011	70.448	44%	23.149	30%	12.776	19%

%M: Percentagem de professoras.

O Quadro 5 mostra um aumento significativo da percentagem de professoras, particularmente no Ensino Primário, o qual se deveu ao facto de se ter dado prioridade à formação inicial e à contratação de professoras.

Quadro 6: Total de professores e percentagem de professores sem formação pedagógica no EP1, EP2 e ESG1, 2004-2011 (turno diurno, ensinos público e comunitário)

Ano	EP1		EP2		ES1	
	Total	%S/F	Total	%S/F	Total	%S/F
2004	47.573	44%	10.815	34%	5.507	44%
2005	46.821	42%	11.276	32%	6.187	43%
2006	48.023	38%	12.747	26%	7.108	41%
2007	53.964	40%	15.350	26%	8.379	43%
2008	57.502	36%	17.823	23%	9.517	38%
2009	62.174	32%	19.688	21%	10.611	30%
2010	67.121	26%	22.084	19%	11.978	25%
2011	70.448	21%	23.149	17%	12.776	21%

%S/F: Percentagem de professores sem formação pedagógica.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

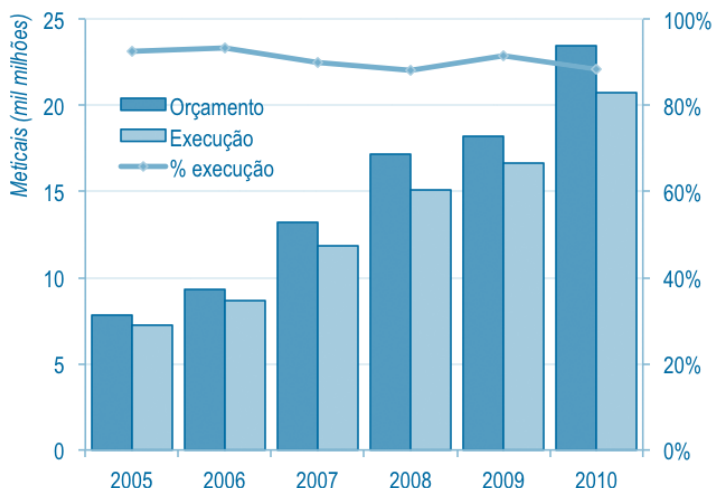
VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

A proporção de professores sem formação pedagógica (Quadro 6) reduziu significativamente no EP, bem como no 1º ciclo do ESG, a partir de 2008, um ano após a introdução do novo modelo de formação de professores para estes níveis de ensino.

O orçamento do sector da Educação, bem como a sua execução, cresceu de forma significativa ao longo dos últimos anos (veja o Gráfico 4).

Gráfico 4: Evolução do orçamento e sua execução no sector da Educação, 2005-2010



Fonte: CGE 2004-2009, REO 2010).

O peso da despesa para a Educação no Orçamento do Estado (OE) variou entre 20% e 23,4%, o que reflecte o grande compromisso do Governo e dos vários parceiros que apoiam este sector. O financiamento externo directo²⁰ cresceu consideravelmente entre 2005 e 2010, principalmente através do Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE). Este financiamento representa um pouco menos de 30% do orçamento e da despesa no sector.

3.3.4 Uma população mais educada

Os esforços do Governo contribuíram para um aumento significativo do número de graduados em todos os níveis de ensino, com particular realce para o ESG (Quadro 7).

Como se pode verificar, os progressos, quer ao nível do acesso, quer ao nível do aproveitamento, foram maiores para as raparigas (veja Quadro 3, Quadro 7 e Gráfico 3).

Estes progressos têm contribuído para uma população cada vez mais educada. A proporção da população com acesso à escola aumentou de 30,8% em 2002-03 para 37,3%, em 2008-09²¹.

²⁰ Sem tomar em conta o Apoio Geral ao Orçamento do Estado. O valor exacto é difícil de estabelecer uma vez que a informação sobre os fundos externos não inscritos no orçamento (principalmente antes de 2007) não é fiável.

²¹ PARP 2011-2014, pág. 7.

Apesar do aumento significativo dos números de graduados desde 2004, a redução do aproveitamento escolar verificada desde 2008 em todos os níveis é preocupante.

Quadro 7: Evolução do número de graduados, por nível de ensino e sexo, 2004-2011 (turnos diurno e noturno, ensinos público, comunitário e privado)

Classe	Sexo	2004		2007		2011		Variação em nº de Alunos 2004/2011
		Nº de Alunos	% de Aprov.	Nº de Alunos	% de Aprov.	Nº de Alunos	% de Aprov.	
5ª classe	M	98.632	68%	169.071	72%	184.462	65%	87%
	HM	240.354	69%	377.905	71%	393.262	64%	64%
7ª classe	M	66.658	73%	97.736	72%	127.680	63%	92%
	HM	165.174	75%	228.824	73%	275.727	63%	67%
10ª classe	M	12.219	39%	30.486	60%	46.404	42%	280%
	HM	32.728	44%	74.674	64%	101.872	44%	211%
12ª classe	M	2.877	37%	6.817	47%	16.953	47%	489%
	HM	7.917	41%	17.861	50%	38.651	49%	388%

3.4 Grandes desafios

Com base na análise dos resultados conseguidos ao longo dos últimos anos, os grandes desafios para os anos seguintes são claros.

3.4.1 Em termos de acesso: crianças e jovens fora do sistema

Houve muitos progressos, em termos de expansão da rede escolar, em todos os níveis de ensino. Reduziram-se as disparidades de cobertura geográfica e de género em todos os níveis de ensino, beneficiando-se, gradualmente, de ano para ano, mais crianças.

Quadro 8: Taxas de escolarização por sexo e grupo etário, 2007-2011 (turnos diurno e noturno, ensinos público, comunitário e privado)

Grupo etário	2007			2011			Δ2007/2011		
	Rapa-rigas	Rapa-zes	Totais	Rapa-rigas	Rapa-zes	Totais	Rapa-rigas	Rapa-zes	Totais
Idade 6-10	89%	97%	93%	91%	96%	94%	3%	-1%	1%
Idade 11-12	80%	98%	89%	89%	98%	93%	11%	0%	5%
Idade 13-15	57%	79%	68%	62%	76%	69%	9%	-4%	2%
Idade 16-17	27%	44%	35%	34%	49%	41%	27%	11%	18%

VAMOS APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

Não obstante os progressos alcançados, as taxas de escolarização específicas por grupo etário, independentemente do nível de ensino frequentado (Quadro 8), mostra que ainda há crianças fora da escola. Existem diferenças acentuadas entre as províncias, em termos de género e de condição económica, principalmente ao nível da participação das crianças e dos jovens com mais de 10 anos. A inclusão das crianças com necessidades educativas especiais nas escolas regulares ou especiais ainda é muito limitada.

Enquanto no EP, no norte e no centro do país, é necessário continuar a expandir a rede escolar para assegurar o acesso à escola primária, no sul do país, o Ensino Primário já se está a estabilizar, o que permite que a maior parte das crianças inicie o seu percurso escolar na idade estabelecida.

É de notar que as taxas de repetição, apesar de terem reduzido com a introdução do novo currículo para o Ensino Primário em 2004, permanecem altas. O mesmo acontece com as taxas de desistência interanual, principalmente no norte e centro do país.

Dada a expansão significativa do EP, crianças cada vez mais jovens, concluem o EP. Por essa razão, existe ainda uma pressão social elevada para uma expansão mais célere do ESG.

Uma vez que o ensino pós-primário não é gratuito, a iniquidade no acesso a este ensino aumentou²².

3.4.2 Em termos de qualidade: preocupação com a eficácia do ensino-aprendizagem

O Sistema Educativo, ao longo dos últimos anos, tem vindo a introduzir reformas importantes para a melhoria do desempenho escolar dos alunos do Ensino Primário, com particular destaque para a introdução do novo currículo, a distribuição do livro escolar, a afectação de recursos às escolas, a formação de professores e de gestores educacionais e o incremento das acções de supervisão pedagógica, entre outras.

Contudo, há sinais de que a qualidade do processo de ensino-aprendizagem não está a melhorar. Por exemplo, o nível de rendimento escolar dos alunos registou uma ligeira queda a partir de 2008, comparativamente aos anos lectivos precedentes.

Ao mesmo tempo, existe a percepção de que há muitas crianças que no fim do 1º ciclo do EP (2ª classe) ainda não conseguem ler e escrever, contrariando as taxas de aproveitamento na 2ª classe que são relativamente altas. Os resultados do estudo SACMEQ III (2007) mostram que a maior parte dos alunos na 6ª classe ainda não atingiu as competências básicas em leitura e matemática. O desempenho dos alunos no Ensino Secundário também é preocupante.

Uma das grandes preocupações neste contexto é a preparação insuficiente das crianças para o processo de aprendizagem no ingresso na primeira classe. No período da implementação do PEEC houve poucos avanços na área da primeira infância.

²² Fonte: Pobreza Infantil e disparidades em Moçambique 2010, UNICEF, Maputo, 2011.

Ao nível do ensino pós-primário a qualidade ainda é mais prejudicada pela expansão explosiva da rede escolar, a qual não é acompanhada por um nível suficiente de investimentos, particularmente nas áreas de formação de professores, aquisição e distribuição de livros e materiais didácticos, entre outros.

3.4.3 Em termos de desenvolvimento institucional: fraquezas na implementação dos planos

Os progressos registados beneficiaram do aumento da capacidade de implementação. Isto deveu-se à crescente descentralização de fundos e responsabilidades, à introdução de um sistema único de gestão financeira no sector público, às melhorias na integração dos processos de planificação, de orçamentação e de monitoria e à crescente disponibilização de fundos (internos e externos).

No entanto, estes factores de sucesso também representam alguns obstáculos na implementação do programa do sector. A capacidade ao nível local, distrital e provincial, ainda é limitada, não apenas nas áreas de planificação e gestão financeira, mas também nas de monitoria da implementação dos programas descentralizados como, por exemplo, o programa de construção acelerada de salas de aulas para o Ensino Primário e a formação dos professores em exercício.

A manutenção e a melhoria de um sistema ainda em crescimento requerem, de ano para ano, mais recursos humanos e financeiros e a consolidação das reformas iniciadas. Devido à crise económica e à consequente redução do apoio externo, agravada pela necessidade do Governo financiar outros programas prioritários, prevê-se que o orçamento para a Educação nos próximos anos cresça a um ritmo inferior ao das necessidades.

Todos esses factores fazem com que haja necessidade de uma maior priorização das intervenções e a continuação da racionalização dos recursos disponíveis para assegurar que os progressos realizados não sejam prejudicados.

3.5 Apreciação da avaliação do Plano Estratégico

O MINED promoveu uma avaliação independente sobre a implementação do Plano Estratégico do Sector da Educação e Cultura 2006-2010/11. O objectivo principal desta avaliação era criar uma base sólida e documentada sobre o ponto da situação do sector em 2010 em relação aos seus indicadores principais e ao impacto das reformas principais que foram introduzidas nesse período.

Além de uma avaliação global sobre o estágio actual do sector e a implementação do PEEC, realizaram-se quatro estudos específicos nas áreas de género, formação de professores, currículo do Ensino Primário e cultura.

A avaliação resultou num volume de documentos com observações e recomendações importantes para a tomada de decisões no contexto da elaboração e implementação do próximo plano estratégico.

A avaliação confirmou os progressos feitos ao longo dos últimos anos, particularmente no que refere à expansão do sistema e ao aumento de equidade na participação. Reafirmou, ainda, os grandes desafios, em termos da melhoria da

aprendizagem em cada nível do ensino. Segundo a avaliação, o PEEC apresentou um plano que tentou responder aos grandes desafios na altura da sua concepção. Embora muitas medidas tenham sido implementadas, nem sempre teve os resultados esperados. Em alguns casos, registou-se um atraso na implementação, principalmente por falta de capacidade institucional, humana e financeira. Nesta perspectiva, o plano concebido revelou-se demasiado ambicioso.

Para o próximo PEE, a avaliação recomendou, entre outros, um enfoque no desenvolvimento da capacidade dos recursos humanos, incluindo um maior rigor na sua gestão, uma programação mais realística em termos de metas a realizar, uma supervisão virada para a dinâmica da pedagogia na sala de aula.

Destaca-se, particularmente, a necessidade de tornar a formação de professores para o Ensino Primário mais prática, com enfoque na aprendizagem do Português e na metodologia de ensino-aprendizagem. As recomendações por nível de ensino e área programática foram consideradas na concepção dos programas sectoriais, seja ao nível estratégico, seja na perspectiva da sua operacionalização.



4. Prioridades e enfoques para o sector da Educação 2012-2016

4.1. Prioridades para os anos 2012-2016

Nos próximos anos, o sector continuará os seus esforços orientados para a criação das condições necessárias para a transformação do sistema actual num Sistema de Educação como reflectido no ponto 2.2, pág. 16²³.

Tomando em conta o estado actual do sector da Educação (veja capítulo 3, a partir da pág. 21), o Governo continuará a privilegiar o *Ensino Primário de sete anos para todas as crianças*, de modo a que elas tenham a oportunidade de frequentar e concluir a escola primária de sete classes, de qualidade. O Ensino Primário deve assegurar que todas as crianças adquirem as habilidades básicas nas áreas da comunicação, das ciências matemáticas, das ciências naturais e sociais, bem como na área da educação física, estética e cultural para que estejam preparadas para continuar os seus estudos no nível seguinte. Ainda na perspectiva do direito a uma educação básica, o sector continuará os seus esforços na expansão dos programas de alfabetização, mobilizando vários parceiros dentro e fora de Governo.

Considerando que a qualidade da aprendizagem, sobretudo no Ensino Primário, está directamente ligada ao desenvolvimento físico e cognitivo das crianças no momento de ingresso na escola, será dada uma *maior atenção ao desenvolvimento da primeira infância*, na perspectiva de integrar o pré-primário no Sistema Nacional de Educação e encorajar uma abordagem holística e integrada ao nível do Governo visando o desenvolvimento da criança na idade pré-escolar (0-5 anos).

O sector continuará a melhorar a qualidade e relevância do ensino pós-primário para reforçar o seu papel no desenvolvimento económico, social e político da nossa sociedade. Nesta perspectiva, o enfoque será dado à melhoria dos processos e condições de ensino-aprendizagem, bem como ao aumento da capacidade da sua gestão, através da consolidação das reformas já iniciadas nestes subsistemas. Atenção particular será dada à relevância e à diversificação dos programas e currículo oferecidos, em termos da sua capacidade de dar resposta às necessidades da economia e, particularmente, das indústrias emergentes. Tendo em conta as potencialidades das novas tecnologias de comunicação e informação, será dado um maior enfoque à diversificação e uso de diferentes modalidades de ensino. A expansão do ensino pós-primário resultará do aumento da capacidade institucional e financeira para garantir a sua qualidade.

23 Como indicado no capítulo sobre a visão e missão do Governo para o desenvolvimento do sector, o futuro sistema educativo baseia-se num ensino básico de 9 a 10 anos que inclui o pré-primário. Ao fim da implementação do plano estratégico deve-se tomar uma decisão sobre a estrutura deste ensino básico. Existem diferentes opções: 1+6+3 (ou 2); 1+7+2; 3+3+3; etc. O mais importante será definir o que se pretende com um ensino básico (o que é que os alunos devem saber ao fim de 9 ou 10 anos) e depois trabalhar para encontrar a melhor forma de estruturação deste subsistema de educação.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

Para assegurar uma melhor implementação dos programas do sector, continuar-se-á a priorizar o aumento da capacidade institucional, principalmente ao nível dos distritos e das instituições que têm uma crescente responsabilidade na gestão do sistema e na implementação do Plano Estratégico. O enfoque será no desenvolvimento e na gestão dos recursos humanos, promovendo uma boa governação do sistema e dos seus recursos, através de um melhor controlo interno em termos da implementação correcta dos planos do sector.

4.2 Ligação com os planos do Governo para o desenvolvimento do País

As prioridades do Plano Estratégico enquadram-se nas orientações do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014) que prioriza o Ensino Primário de qualidade para todos e promove uma maior relevância da Educação para estimular e sustentar o desenvolvimento do país.

O Plano está alinhado com o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP 2011-2015) que indica a necessidade de melhorar e expandir as oportunidades de Educação e de Formação Profissional, de modo a formar cidadãos educados para “...incrementar a produção e produtividade agrícola e assegurar maior promoção de (auto) emprego” e, ao mesmo tempo, “... responder às necessidades das indústrias emergentes nos sectores estratégicos”.

Reconhecendo que a economia moçambicana é basicamente agrícola, com um sector formal ainda muito pequeno, e uma actividade económica informal concentrada no comércio de pequena escala, adquirir competências básicas em larga escala, através da universalização do Ensino Primário, será crucial para aumentar a produtividade²⁴ do País a curto e a médio prazo.

Ao mesmo tempo, é importante criar uma base de especialistas bem formados para servirem e desenvolverem o sector formal através de um Ensino Técnico-Profissional e Superior de boa qualidade.

A expansão e criação de oportunidades no contexto da educação não-formal, complementando o Ensino Primário para os jovens e adultos fora do Sistema Educativo, será importante para se ter resultados de curto prazo, em termos de criação de uma população melhor preparada para tomar conta do seu próprio desenvolvimento e da sua família, e se envolver em actividades no sector informal.

4.3 Grandes enfoques nos próximos anos

4.3.1 Inclusão e equidade no acesso e retenção

Não obstante os grandes avanços em termos de acesso à escola em todos os níveis de ensino, existem muitas crianças que ainda não frequentam a escola ou não conseguem concluir o Ensino Primário ou transitar para o nível seguinte.

²⁴ Um estudo do Banco Mundial sobre a reforma no Ensino Primário (Maio, 2011) comprova que a existência de uma educação básica de sete classes é um dos factores-chave para a redução da pobreza e o aumento da produtividade ao nível das comunidades e do sector informal.

Há várias razões que podem explicar a não participação ou retenção no sistema, como a distância até à escola nas zonas de população dispersa, as condições económicas das famílias para suportar os custos directos e/ou indirectos da educação, a falta de condições para atender crianças com necessidades educativas especiais, aspectos culturais, precariedade das condições das escolas o que desmotiva a ida à escola, ausências frequentes dos professores, entre outros.

Muito destes motivos estão ligadas às fraquezas na implementação dos vários programas existentes. Neste sentido, e conforme as recomendações da avaliação do PEEC, é necessária a consolidação de reformas que promovam a inclusão como, por exemplo, a construção de escolas cada vez mais próximo das comunidades, a distribuição do livro escolar a todas as crianças nas escolas primárias, um melhor controlo sobre o uso do tempo lectivo, o aumento do envolvimento dos conselhos de escolas e dos próprios pais e encarregados da educação, a implementação da política de educação inclusiva, entre outras acções.

Além disto, nos próximos anos, um enfoque especial será dado à inclusão das crianças mais vulneráveis que estão fora do sistema, através da introdução de medidas de apoio social, evitando a sua exclusão ou desistência por razões económicas.

Ademais, o sector promoverá a diversificação das modalidades de educação através da expansão da Educação Aberta e à Distância, entre outros, criando mais oportunidades e flexibilidade na participação em actividades educativas em todos os níveis de educação, ao longo da vida.

4.3.2 Aprendizagem do aluno

A grande preocupação com a qualidade da educação e, sobretudo, com o desempenho do aluno, é central neste plano estratégico.

Melhorar a qualidade do ensino é um assunto complexo. O resultado do processo educativo não depende apenas dos recursos disponibilizados, mas sim de um conjunto de factores internos, incluindo as condições físicas, psicológicas e socioculturais onde a educação tem lugar, bem como do processo de ensino e de aprendizagem na sala de aula. Inclui também factores externos como as condições socioeconómicas das famílias, a distância casa-escola, o cometimento dos pais e encarregados de educação, entre outros, que não apenas podem contribuir para a exclusão na participação, mas também na aprendizagem.

Assim, um melhor desempenho no futuro exige melhorias através de:

- Um(a) aluno(a) predisposto (a) para aprender em termos do seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social;
- Um professor melhor preparado, motivado e apoiado para assegurar a aprendizagem dos seus alunos;
- Um ambiente na escola e em casa que estimula a aprendizagem;

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES



- Um sistema de acompanhamento e monitoria que mostra evidências do desempenho do aluno, do professor e da escola na base de um conjunto de indicadores.

É cada vez mais consensual que uma melhor gestão da escola é chave para um melhor desempenho da escola e dos alunos. Uma melhor gestão implica um melhor controlo e responsabilização por parte, entre outros, do director da escola sobre o que está a acontecer dentro e fora da sala de aula (*os professores e alunos estão presentes na escola (assiduidade)? As aulas começam à hora marcada? Todas as crianças têm livros, cadernos e lápis? O professor usa o livro? Quais os procedimentos de substituição no caso de ausência dos professores?, etc.*).

O sector, ao longo dos próximos anos, vai dar prioridade à melhoria da gestão da escola nas suas intervenções: isto implicará uma melhor atenção à formação, uma melhor definição de perfil e a aplicação dos critérios de selecção do director, mas também, e sobretudo, implicará instigar uma melhor supervisão e monitoria do funcionamento das escolas, dos seus directores e professores, baseada em padrões de qualidade, assegurando que todos assumam a responsabilidade pelo desempenho da escola e do aluno.

A descentralização da gestão do sistema é uma grande oportunidade para melhorar a gestão da escola a partir da instituição, de um ponto de vista holístico, reforçando o papel da comunidade e do conselho da escola, tornando *a escola num polo para o desenvolvimento da criança.*



4.3.3 Boa governação

Na gestão dos seus programas e recursos, o sector promove uma boa governação baseada nos seguintes princípios:

- Garantia dos direitos humanos das crianças, jovens e adultos, independentemente da sua condição económica, da sua origem sexual, religiosa ou étnica;
- Transparência dos actos governativos, alocação e gestão de recursos humanos e financeiros, prestação de contas para se atingirem os objectivos do sector;
- Oportunidade para os cidadãos influenciarem as decisões políticas, a gestão e monitoria da sua implementação.

Um aspecto central na governação dos programas e recursos do sector consiste na aplicação eficiente e eficaz dos recursos disponíveis para obtenção de melhores resultados: *fazer mais e melhor com aquilo que temos!*

Isto implica um maior controlo interno em termos da implementação dos programas do sector e gestão dos seus recursos. Simultaneamente, vai-se dar enfoque à responsabilização dos vários actores no sector para contribuírem para o seu desempenho. Isto não se aplica apenas à gestão dos recursos financeiros e humanos, mas também à observância dos padrões e normas educativas para garantir a qualidade do ensino. No contexto da descentralização da governação até ao nível das próprias instituições, deve-se potenciar os conselhos das escolas de modo a que estes assumam a sua responsabilidade na formulação dos planos de desenvolvimento da escola e a aplicação e prestação de contas sobre os recursos disponibilizados ao sector, bem como sobre o desempenho da escola, em termos da aprendizagem das crianças, e a garantia que as escolas sejam lugares saudáveis e seguros, livres do abuso e da violência.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

sumario:



5. Estrutura e Assuntos Transversais

5.1. Uma programação por nível do ensino²⁵

O Plano Estratégico reflecte a nova abordagem de programação que foi elaborada pelo Ministério da Educação²⁶ ao longo dos últimos anos com o objectivo de facilitar a ligação entre os processos de planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação.

Esta nova abordagem é baseada numa estrutura tridimensional (veja o Quadro 9, pág. 40) que toma como base os níveis do ensino e a área de desenvolvimento administrativo e institucional (os programas sectoriais da Educação), nomeadamente:

1. Ensino Pré-primário e Primário;
2. Alfabetização e Educação para os Adultos;
3. Ensino Secundário Geral;
4. Ensino Técnico-Profissional;
5. Ensino Superior;
6. Desenvolvimento Administrativo e Institucional.

Ao nível de cada um dos programas sectoriais é definido um objectivo geral²⁷ e três objectivos estratégicos que concretizam o objectivo geral do programa relativamente aos grandes enfoques nos próximos anos em termos de (veja 4.3, pág. 34):

- i) Acesso e retenção: assegurar a inclusão e equidade;
- ii) Qualidade: melhorar a aprendizagem do aluno;
- iii) Desenvolvimento institucional: promover uma boa governação.

Para cada um dos objectivos estratégicos são definidas as metas, prioridades e estratégias principais para assegurar o seu alcance.

Esta programação por nível de ensino, enquadrada em três grandes objectivos, implica que os temas transversais (HIV e SIDA, Género, Saúde Escolar, etc.), os programas específicos (desporto escolar, alimentação escolar, etc.) e as áreas programáticas (formação de professores, construção, provisão do livro escolar e materiais didácticos, ensino à distância, entre outras) sejam tratados numa perspectiva transversal. Isto é, que sejam operacionalizados por nível de ensino ao invés de serem tratados como programas específicos (como no plano estratégico anterior).

25 Segundo a Lei 6/92, o programa sectorial Alfabetização e Educação para os Adultos é considerado no contexto do sistema extra-escolar. Ainda mais a programação inclui a área programática de desenvolvimento institucional, com um enfoque no aumento da capacidade ao nível do apoio e administração institucional.

26 A abordagem elaborada pelo sector enquadra-se no conceito de uma orçamentação por programa, promovida ao nível do governo.

27 Estes objectivos gerais por programa reflectem as prioridades do sector (veja 4.1, pág. 33) para os anos seguintes em termos de atingir a sua visão e missão de longo prazo.

Quadro 9: Programas sectoriais, objectivos estratégicos e acções prioritárias

Os objectivos estratégicos		Ensino Pré- e Primário	Alfabetização e Educação dos Adultos	Ensino Secundário Geral	Ensino Técnico Profissional	Ensino Superior	Desenvolvimento Administrativo e Institucional
Acesso	Inclusão no acesso e retenção	Melhoria das condições físicas das escolas					
		Advocacia e comunicação sobre a importância de educação, evitando a exclusão					
		Diversificação e flexibilização na oferta através de diferentes modalidades (EAD, ENF...)					
		Medidas de apoio social, assegurando a participação dos mais vulneráveis					
Qualidade	Aprendizagem do aluno	Disposição de livro escolar e materiais didáctica					
		Revisão e actualização do currículo					
		Formação, capacitação e acompanhamento dos professores					
		Formação, capacitação e acompanhamento dos professores					
Desenvolvimento Institucional	Boa governação	Observância dos padrões de qualidade da educação					
		Desenvolvimento e gestão profissional dos recursos do sector (humanos, materiais e financeiros)					
		Melhoria de sistemas de planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação					
		Integração dos assuntos transversais nos programas, garantindo os direitos humanos					
		Divulgação da informação e comunicação interna e externa					

Esta abordagem foi introduzida com o objectivo de reflectir melhor a missão principal do sector: melhorar a oferta de serviços educativos de qualidade, em cada nível de ensino, para todos os cidadãos.

5.2 Tratamento de temas transversais

5.2.1 Uma abordagem de integração

O programa quinquenal do Governo 2010-2014 chama a atenção dos sectores para a observância e integração dos temas transversais nas políticas e programas sectoriais. O mesmo princípio foi promovido no PEEC 2006-2010/11 com o objectivo principal de assegurar maior coerência ao nível sectorial e assegurar a cobertura nacional através de intervenções sustentáveis.

Esta coerência deve ser assegurada pela integração efectiva dos temas transversais (igualdade e equidade de Género, Saúde Escolar, HIV e SIDA, Desporto Escolar e Produção e Alimentação Escolar) em todos os programas do sector e nos processos de planificação, orçamentação e monitoria.

A integração dos temas transversais registou algum progresso particularmente na área de igualdade e equidade de género, permanecendo, contudo, como desafio a questão de prevenção e mitigação do HIV e SIDA. Este tema continuou a ser tratado através de programas específicos (pacote básico-habilidades para a vida, programa Geração Biz, programa de HIV e SIDA no local de trabalho), com uma estrutura organizacional e financeira adicional que orienta a sua implementação e monitoria.

Neste plano estratégico, e de acordo com a nova abordagem de programação, os temas transversais são tratados ao nível dos diferentes programas sectoriais através de três vertentes, a saber:

- Transversalidade, através da sua integração nos programas-chave do sector, como sendo o desenvolvimento curricular, a formação dos professores, a construção de salas de aula, a produção de livros e materiais didácticos;
- Igualdade de oportunidades, através da promoção de uma participação inclusiva;
- Acção afirmativa, através de intervenções orientadas para assegurar uma atenção especial para problemas específicos.

Os temas transversais traduzem-se num enfoque específico no contexto da sua programação em cada um dos níveis de ensino e na área programática de desenvolvimento administrativo e institucional. Isto implica uma atenção especial na sua integração ao nível da administração (central, provincial e/ou distrital) no acompanhamento e monitoria da implementação das intervenções do sector ao nível dos programas sectoriais.

5.2.2 Questões de género

O governo comprometeu-se a ter em consideração as questões de género na planificação e implementação das actividades em todas as áreas, promovendo, para isso, a igualdade das relações de género, incluindo a remoção de barreiras que afectam os cidadãos, em particular, as mulheres e as raparigas, como condição essencial para um desenvolvimento sustentável centrado na pessoa humana.

Assim, o sector da Educação, desenvolveu, desde o seu primeiro plano estratégico, instrumentos específicos²⁸ para orientar a implementação dos seus planos na perspectiva de género, promovendo, particularmente, a integração de uma perspectiva de género em todo o sistema da Educação. Durante a implementação do PEEC 2006-2010/11, deu-se um grande enfoque à igualdade de oportunidades através da promoção da entrada para a escola aos seis anos, particularmente das raparigas (principalmente através da construção de escolas mais próximas das comunidades). Ao mesmo tempo, encorajou-se o ingresso das raparigas nos Institutos de Formação de Professores, no Ensino Técnico-Profissional e no Ensino Superior (nas áreas de ciências, matemáticas e engenharias). Promoveu-se a integração de questões de género no currículo e de materiais didácticos sobre este assunto em todos os subsistemas de ensino.

Ao nível institucional, promoveu-se o equilíbrio de género na planificação e gestão dos recursos humanos, por via do recrutamento de um número significativo de professoras e de gestoras. Foram criadas unidades de género ao nível do Ministério, bem como ao nível das províncias, para a elaboração das acções específicas e para a monitoria da sua implementação.

Todas estas políticas contribuíram para a redução das disparidades de género como já referido em 3.3.2, pág. 25, não apenas em termos de acesso, mas tam-

28 Referimo-nos ao Plano de Acção para a Integração de Género (PAIG) que acompanhou a implementação do PEE 1999-2005. Neste momento está em elaboração um Plano Estratégico para o período 2012-2016.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

bém em termos de retenção no sistema como se pode verificar no Gráfico 2, pág. 26. No entanto, apesar dos progressos registados, permanecem ainda grandes desafios na redução da desigualdade de género. A solução depende de vários factores internos e externos ao sector, ligados à procura e oferta de oportunidades educativas, que são muito influenciadas pela situação socioeconómico e cultural do país.

Também, ainda é necessário rever os currículos, particularmente os materiais didácticos em termos da sua sensibilidade a questões de género. A avaliação do PEEC observou que “...*Globalmente as questões de género não são majoradas no currículo e materiais do Ensino Primário (incluindo os da formação de professores).*”

A estratégia de género (ainda em elaboração), define as acções na perspectiva de três grandes enfoques do sector em termos de:

- **Inclusão e equidade:** assegurar o acesso, a retenção e a conclusão com sucesso em todos os níveis de ensino, diminuindo o fosso de género;
- **Aprendizagem do aluno:** aumentar a capacidade de rapazes e raparigas de desafiarem as relações de género desiguais, questionando os estereótipos e atitudes que geram a desigualdade;
- **Boa governação:** reforçar a capacidade técnica, financeira e organizacional, assegurando a transversalidade do tratamento de questões de género de uma forma eficaz, e a garantia dos direitos humanos.

Nesta perspectiva, destaca-se, de forma particular, o enfoque no ingresso das crianças na escola na idade certa²⁹ e na sua retenção, assegurando a sua transição, em condições de igualdade, para os níveis de ensino seguintes. É também necessário aumentar a participação das raparigas nas escolas técnico-profissionais e em cursos industriais e agrários, bem como em cursos de ciências naturais, engenharias, geologia e minas. A estas duas necessidades, acresce-se a de colocação de professoras em zonas rurais, bem como a consolidação da perspectiva de género nos currículos, materiais educativos, na formação dos professores e gestores do sistema. Ainda, é necessário consolidar a perspectiva de género em campanhas de advocacia que promovam a procura da Educação, e a integração das acções que visem a criação de um ambiente favorável às questões de equidade e igualdade de género, por meio de escolas seguras e saudáveis (veja 5.2.5, pág. 44).

5.2.3 Crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais

O MINED promove o direito de todas as crianças, jovens e adultos, a uma educação básica, incluindo aquelas que apresentam dificuldades físicas e/ou de aprendizagem e, portanto, necessitam de uma atenção educativa especial. A estratégia assenta no princípio da inclusão, com vista a assegurar que as crianças, os jovens e os adultos com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência, possam frequentar escolas regulares, em vez de serem segregadas em escolas especiais.

Neste momento, cerca de 24 mil crianças com necessidades educativas especiais frequentam as escolas do Ensino Primário. Contudo, a sua participação no Ensino Secundário é limitada a apenas pouco mais de 200 alunos. Existem 6 escolas

²⁹ A taxa de escolarização aos seis anos parece estar a estagnar nos 70% (veja 6.1.2, no ponto sobre “Entrada na idade certa” na pág. 55).

especiais (ensino especial) na cidade de Maputo e nas províncias de Sofala e da Zambézia, que também têm como responsabilidade o apoio às escolas inclusivas. Neste momento, cerca de 600 alunos frequentam estas escolas.

A implementação do conceito de escola inclusiva é complexa e exige competências e habilidades adicionais dos professores para lidar com diferentes habilidades físicas e cognitivas dos seus alunos. Uma Educação Inclusiva requer um ensino-aprendizagem centrado no aluno. Ao mesmo tempo, é necessário uma atenção especial às características físicas da própria infra-estrutura da escola. Para promover uma melhor participação dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares, é ainda necessário integrar melhor a abordagem da Educação Inclusiva para a diversidade nas políticas e regulamentos que orientam a (gestão da) Escola e na formação de professores para todos os subsistemas e níveis de ensino.

É nesta perspectiva que os três Centros de Recursos para a Educação Inclusiva (CREI) constituem, efectivamente, um laboratório de referência para os processos e estratégias de inclusão escolar, através de cursos modulares, capacitação de professores, mobilização e sensibilização da comunidade, entre outros. Os Centros são multifuncionais, orientados para os níveis primário e secundário, abrangendo áreas de formação e de capacitação profissional, serviços de diagnóstico e orientação, produção de materiais, entre outros.

5.2.4 Prevenção e mitigação do HIV e SIDA

Moçambique continua a observar taxas altas de prevalência. De acordo com o INSIDA (2009), 11,5% de moçambicanos no grupo etário 15-49 anos estavam infectados pelo HIV e SIDA. A prevalência entre as raparigas de 15-24 anos é de 8,2% contra 3,1% dos rapazes. Estima-se que existem cerca de 670.000 órfãos no grupo etário 0-17 anos, representando 6% deste grupo etário.

O levantamento preliminar de dados do sector, indica que cerca de 2.000 funcionários e agentes do Estado (casos declarados) vivem com HIV e SIDA (cerca de 2% do total dos funcionários). A maior parte destes estão a seguir o tratamento anti-retroviral (TARV). Estima-se que entre 700 e 800 funcionários e agentes do Estado tenham falecido³⁰ anualmente entre 2008 e 2010, representando 0,6% do total dos funcionários.

O sector da Educação estabeleceu quatro níveis de actuação no combate ao HIV e SIDA, nomeadamente:

- Como empregador: desenvolvimento de acções de prevenção e de redução do impacto do HIV e SIDA nos professores, gestores e funcionários da Educação;
- Como educador: desenvolvimento de acções de formação e de redução do impacto do HIV e SIDA nos alunos e estudantes, incluindo o apoio às crianças órfãs e mais vulneráveis;
- Como sistema: desenvolvimento de um quadro institucional que permita ao sector responder apropriadamente à pandemia do HIV e SIDA, de modo

30 Refere-se ao total de falecidos sem especificar a causa de morte.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA



a que as principais missões do sector da Educação não sejam colocadas em risco;

- Como parte da resposta nacional: desenvolvimento de relações com os parceiros governamentais e não-governamentais para um apoio efectivo no combate à propagação do HIV e SIDA.

Apesar de sector considerar o HIV e SIDA como tema transversal, os programas do sector nesta área foram inicialmente concebidos como projectos específicos, com um orçamento próprio e com um modelo de implementação também específico. Os maiores desafios para o futuro são:

- Assegurar que intervenções de prevenção e mitigação do HIV e SIDA tenham uma cobertura nacional;
- Assegurar o desenvolvimento de capacidade institucional (humana e financeira) que permita a execução e sustentabilidade das intervenções a médio e a longo prazos.

Estes propósitos só podem ser realizados através da integração e inclusão efectiva dos conteúdos de prevenção e mitigação do HIV e SIDA no Sistema Educativo, nos diferentes subsistemas e níveis de ensino, no livro escolar e noutras formas pertinentes. Impõe-se, igualmente, um apoio directo e permanente às escolas e à gestão dos recursos humanos do sector da Educação.

Neste sentido, iniciou-se uma revisão dos vários programas na área de prevenção e mitigação do HIV e SIDA, que visa assegurar que os conteúdos relacionados com esta problemática sejam integrados no sistema de planificação, orçamentação, gestão e monitoria através dos mecanismos existentes (sistema de informação de rotina, supervisão central, provincial e distrital e outros), de modo a garantir uma resposta contínua e sustentável para mitigar os efeitos nefastos a médio e a longo prazos.

5.2.5 Ambiente escolar saudável e seguro

Para um bom desempenho dos alunos é necessário que os alunos estejam saudáveis, emocionalmente estáveis e tenham uma alimentação adequada.

Um ambiente escolar saudável e seguro deve oferecer condições mínimas para que as crianças sejam saudáveis e se sintam seguras. Ao mesmo tempo, deverá contribuir para a melhoria do ambiente de saúde em casa e nas comunidades. A escola tem um papel importante para melhorar a saúde da comunidade escolar, da comunidade circunvizinha, cabendo aos alunos e aos professores o papel de agentes multiplicadores de mensagens sobre a saúde. Um ambiente escolar saudável e seguro inclui muitos aspectos: acesso a água potável e saneamento, acesso a uma alimentação equilibrada, espaço para o exercício físico, os conhecimentos sobre como evitar DTS, HIV e SIDA e outras doenças como a diarreia, a malária, como evitar os perigos do álcool e das drogas, como lidar com o abuso sexual e a violência, como prevenir acidentes e desastres naturais, entre outros.

Um ambiente escolar saudável e seguro não é apenas responsabilidade da Educação e exige parcerias com outras instituições governamentais e não-governamentais, bem como com as próprias famílias e comunidades. O enfoque do sector nesta área consiste em:

- Desenvolver uma Educação para a saúde, baseada em habilidades, o que implica a inclusão destes assuntos nos currículos escolares, na formação de professores, nos programas de (pós-) alfabetização;
- Continuar a fortalecer parcerias com os Ministérios da Saúde para a priorização das escolas nas campanhas de vacinação, desparasitação, provisão de ferro, etc.; das Obras Públicas para a criação de condições de acesso a água potável e ao saneamento eficaz; da Mulher e Acção Social em termos de acções de protecção social; da Justiça em termos de registo de nascimento, etc.;
- Promover, no contexto da descentralização e governação local, uma dimensão holística da escola, como pólo de desenvolvimento da criança, da sua família e da comunidade. Isto implica, entre outros, um melhor envolvimento dos conselhos das escolas na sua gestão.

Atenção particular continua a ser dada ao controlo do abuso sexual, da violência, das drogas e do álcool nas escolas, como responsabilidade de todos.

5.3 Programas específicos

Além da integração dos assuntos transversais anteriormente referidos, há outras áreas que merecem uma atenção particular.

5.3.1 Produção escolar

A produção escolar deve ser considerada como um contributo para a educação integral do aluno e deve ser principalmente uma actividade curricular em que se liga a teoria à prática, desenvolvendo-se nos alunos habilidades para a vida quotidiana e/ou profissionalizante.

Neste sentido, para garantir a sua implementação, as actividades devem ser integradas no actual sistema de organização e gestão escolar e noutros programas, como a formação de professores, os currículos, a provisão de materiais e equipamentos, entre outros, em cada nível de ensino.

Uma atenção particular é dada ao nível das escolas/instituições técnicas profissionais, cuja produção escolar poderá contribuir para o aumento das receitas próprias da escola, beneficiando o seu funcionamento.

5.3.2 Alimentação escolar e nutrição

A importância de uma alimentação equilibrada e adequada para a retenção dos alunos e o seu desempenho escolar é inquestionável. Há uma elevada percentagem de desnutrição crónica (cerca de 44% nas crianças até aos cinco anos), com um impacto negativo no desenvolvimento cognitivo da criança, difícil de recuperar. De acordo com dados do Programa Mundial de Alimentação (PMA), estima-se que perto de 1.000.000 de crianças em idade escolar vivem em zonas de extrema insegurança alimentar. Muitas crianças começam o dia sem refeição, o que torna difícil a sua concentração na sala de aula. Para além disso, 15% das crianças no grupo etário 6-12 anos têm sinais físicos de deficiência de iodina, o que poderá contribuir para problemas físicos ou mentais graves. O estágio de nutrição de uma

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

criança está, por um lado, directamente ligado à pobreza da sua família e, por outro lado, também aos conhecimentos sobre o que é uma boa alimentação e o seu valor.

Melhorar o estado nutricional das crianças requer uma abordagem multisectorial. Estudos recentes mostram que o sector da Educação em Moçambique precisaria de 25%³¹ do seu orçamento anual para garantir alimentação escolar a cerca de seis milhões de crianças matriculadas em todas escolas primárias do país.

Assegurando que as intervenções sejam sustentáveis, o enfoque do sector nesta área será na:

- Integração de conteúdos sobre nutrição nos currículos dos diferentes níveis de ensino e nos programas de educação parental (veja 5.2.5, pág. 44), complementando os programas desenvolvidos pelo sector da Saúde;
- Atenção maior ao desenvolvimento da primeira infância (veja 6.1.4, pág. 59) através de parcerias com outros Ministérios;
- Introdução de um programa de alimentação escolar no EP para as crianças mais vulneráveis (veja 6.1.6, pág. 64).

5.3.3 Desporto Escolar

O desenvolvimento de capacidades psicomotoras é de importância vital para o processo de ensino-aprendizagem. A prática do desporto nos estabelecimentos de ensino, a formação e a massificação desportiva cresceu nos últimos anos em todo o país.

O enfoque do PEE 2012-2016, nesta área, deverá ser o de fortalecer o processo de formação de professores e agentes desportivos, construir e reabilitar infra-estruturas desportivas e fornecer à comunidade escolar equipamento básico desportivo.

5.4 Áreas programáticas

5.4.1 Formação, capacitação e motivação do professor

Um professor motivado, preparado e apoiado é crucial para a aprendizagem dos seus alunos. Neste contexto, a qualidade da formação, a provisão e o apoio pedagógico aos professores continuarão a merecer atenção central neste plano.

A formação de um professor deve ser considerada no contexto da profissionalização da profissão. Isto implica, além de atenção para a sua formação inicial, um maior enfoque na formação em serviço e o seu acompanhamento ao nível da escola e da sala de aula. Isto requer uma orientação curricular centrada nas competências do professor e implicará uma maior ligação entre o seu desempenho na sala de aula e a evolução na sua carreira (veja 6.6.4, pág. 103).

É necessária uma maior articulação entre os diferentes intervenientes nesta área, os formadores (nas instituições de formação, públicas e privadas, em cada nível de ensino), os gestores (das direcções de recursos humanos nos distritos e nas províncias, os gestores das próprias escolas, etc.), e os responsáveis pelos currículos escolares.

³¹ Na base de 0,1 USD por aluno/dia.

Reconhecendo a complexidade e importância do assunto, foi criada uma Direcção Nacional para a Formação de Professores (DNFP) com o mandato principal de melhorar o desempenho dos professores, através de, entre outras acções, assegurar uma melhor integração da formação com o desenvolvimento profissional e da promoção de uma melhor cooperação entre os vários intervenientes dentro e fora do Governo.

5.4.2 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Os sistemas de ensino, hoje mais do que nunca, desempenham um papel chave na preparação equitativa dos cidadãos para os novos desafios do desenvolvimento multifacetado da sociedade. Ao longo dos últimos anos, houve grandes avanços em termos de acesso às tecnologias de informação e de comunicação (TICs) ao nível do País. A partir de 2000 adoptou-se uma política de promoção e expansão das novas tecnologias que toma em conta o seu potencial para o desenvolvimento do País.

A introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação, aliada com a infra-estruturação das escolas e com as reformas necessárias no sistema de ensino, é um factor chave para a melhoria da qualidade do ensino e para o desenvolvimento institucional, sendo uma aposta que já começou a acontecer nos países mais desenvolvidos e que, nos próximos anos, se alastrará a todo o mundo.

A avaliação do PEEC notou que, embora se verifiquem progressos no uso de TICs como um instrumento de apoio à gestão ao nível do Ministério, das DPECs e até mesmo em alguns distritos já electrificados, a sua integração no currículo como meio do ensino e de comunicação é ainda limitada.

As maiores dificuldades relacionam-se com a disponibilidade de infra-estruturas adequadas, a falta de manutenção dos computadores e insuficiência de verbas para manter operacionais as salas de informática.

O Plano Tecnológico da Educação (PTE), apresenta uma abordagem política integrada, com uma visão estratégica sólida e um referencial de acção, que pretende articular e mobilizar os ecossistemas de financiamento e de implementação em torno de uma estratégia cuja implementação vai promover não só a melhoria do sistema de ensino, mas também o desenvolvimento económico e social.

O reforço da presença das TICs tem três grandes áreas de intervenção:

- Professores – são essenciais para dinamização das TICs como instrumento ao serviço do processo de ensino-aprendizagem. O Plano coloca um grande enfoque não só no acesso dos professores a equipamentos e conectividade, mas sobretudo na sua mobilização e capacitação para a utilização e produção de conteúdos;
- Gestão Escolar – as TICs são um instrumento de gestão essencial para a criação de um sistema administrativo mais transparente, eficiente e eficaz

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA



ao nível da escola e da articulação entre os diferentes níveis de governação do sistema de ensino. O Plano prevê que a existência de computadores para gestão escolar em todos os níveis de ensino seja complementada por sistemas de gestão eficientes e adequados à realidade e aos desafios do país;

- Sala de Aula – a introdução das TICs na sala de aula, enquanto ferramenta de aprendizagem, é chave para a melhoria da qualidade do ensino e para a transformação gradual do paradigma de aprendizagem. Nos próximos anos, o desafio consiste em não só leccionar a disciplina de TIC, mas, sobretudo, introduzir, de forma faseada, as TICs como ferramenta para aprendizagem das diferentes disciplinas tornando o processo de aprendizagem mais rico e completo. Está previsto o reforço significativo de salas de aula infra-estruturadas (PCs, videoprojector, ponto wireless) e com acesso à internet, bem como a adequação curricular e a introdução de conteúdos interactivos para proporcionar ao aluno uma experiência educativa mais rica e mais capaz de o preparar para os desafios da economia moçambicana.

A estratégia de longo prazo pretende caminhar para um ensino interactivo, apoiado pela tecnologia (ou seja *e-learning*). Isto requer a actualização e a adopção dos currículos e materiais existentes, da formação de professores, do equipamento das escolas e instituições de ensino, colocando um peso grande na capacidade existente do sistema.



Portanto, no quinquénio 2012-2016, a presença das TICs no sistema de ensino será reforçada abrangendo, gradualmente a formação de professores, o Ensino Secundário Geral e o ensino técnico-profissional, com enfoque no apoio à gestão das instituições (IFPs, escolas secundárias e técnicas) e na introdução das TICs como uma disciplina curricular. Dependendo da capacidade do sector de atrair mais recursos para esta área, será expandida a sua aplicação e cobertura a outros níveis de ensino.

Espera-se, também, neste contexto, a criação de capacidade entre os provedores de Educação à Distância para o uso de *uma plataforma de e-learning*, que servirá os vários níveis de ensino, garantindo-se uma maior e melhor expansão da Educação Aberta e à Distância (EAD).

5.4.3 Educação Aberta e à Distância (EAD)

O PEEC 2006-2010/11 promoveu a educação aberta e à distância para expandir o acesso a todos os subsistemas e níveis de Educação. Neste contexto, esta modalidade de ensino deve ser considerada como mais uma opção viável para todos, e não apenas como uma alternativa para aqueles que não conseguem entrar no sistema presencial.

Foi criado, no país, o Instituto Nacional de Educação à Distância (INED), uma instituição coordenadora e reguladora da Educação à Distância no âmbito do Sistema Nacional de Educação e o Instituto para a Educação à Distância e Aberta (IEDA), instituição implementadora de programas de ensino à distância.

Para os próximos anos, dar-se-á enfoque à avaliação e à consolidação das acções nesta área, que incluem a elaboração de uma política e estratégia de Educação à Distância, o desenvolvimento do sistema de acreditação e garantia de qualidade, a consolidação dos vários programas e iniciativas em curso, a implementação dos projectos-pilotos do INED, a construção e a consolidação da rede dos Centros Provinciais de Educação à Distância. Estas acções tomam em conta o seu custo-benefício, e têm como objectivo principal aumentar e diversificar a oferta educativa nos diferentes níveis de ensino.

A prioridade será dada à expansão ao nível do ensino pós-primário e à formação de professores (*para mais detalhes veja os programas sectoriais relevantes*), beneficiando do potencial da *plataforma de e-learning* a ser criada.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA



6. Programas Sectoriais

Como já referido em 5.1, pág. 39, o Plano Estratégico é abordado através de seis programas sectoriais que são a substância do Plano Estratégico da Educação.

O Quadro 10 reflecte por programa sectorial, o objectivo geral e o seu indicador e meta para avaliar o impacto da implementação destes programas ao longo dos próximos cinco anos.

Quadro 10: Objectivos, indicadores e metas gerais do sector para os anos 2012-2016, por programa sectorial

Programa Sectorial	Objectivo Geral	Indicador Principal de Resultado	Base 2011	Meta 2016	
Ensino (Pré) Primário	Assegurar que todas as crianças tenham oportunidade de concluir uma educação básica de 7 classes com qualidade	1. Taxa bruta de conclusão ¹	Total	49% (2010)	54% (2015)
			Raparigas	45% (2010)	51% (2015)
Alfabetização e Educação para os Adultos	Aumentar as oportunidades para que mais jovens e adultos, com especial atenção à mulher e rapariga, sejam alfabetizados	2. Taxa de analfabetismo	Total	48,1% (2008)	30%
			Mulheres	62,7% (2008)	45%
Ensino Secundário	Expandir, de forma controlada, equitativa e sustentável, o acesso ao Ensino Secundário profissionalizante, com enfoque na sua qualidade e relevância	3. Taxa bruta de escolarização (ESG1)	Total	46%	50%
			Mulheres	43%	47%
Ensino Técnico profissional	Melhorar o acesso, a relevância, a eficiência, a eficácia e a qualidade do Ensino Técnico-Profissional visando o desenvolvimento do País	4. % de graduados absorvidos pelo mercado de trabalho de acordo com a sua formação (programa PIREP)	27% (2007)	60%	
Ensino Superior	Promover a participação e o acesso a um ensino superior que responde às necessidades para o desenvolvimento socioeconómico do país, garantindo a sua eficácia, equilíbrio e sustentabilidade	5. Número de estudantes no Ensino Superior por 1.000 habitantes	3 (2009)	5	
Desenvolvimento Administrativo e Institucional	Fortalecer a gestão profissionalizada do Sistema Educativo aos vários níveis, particularmente nos distritos, com vista a melhorar a qualidade de prestação dos serviços educativos, com equidade, em todo o país	6. Índice de satisfação da população com a qualidade dos serviços educativos	n.a	Satisfatório	

¹ Este indicador relaciona o número de crianças que concluem o Ensino Primário (7ª classe) (turnos diurno e nocturno, ensinos público, privado e comunitário), independentemente da sua idade (numerador) com a população de 12 anos (denominador).

VAMOS APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

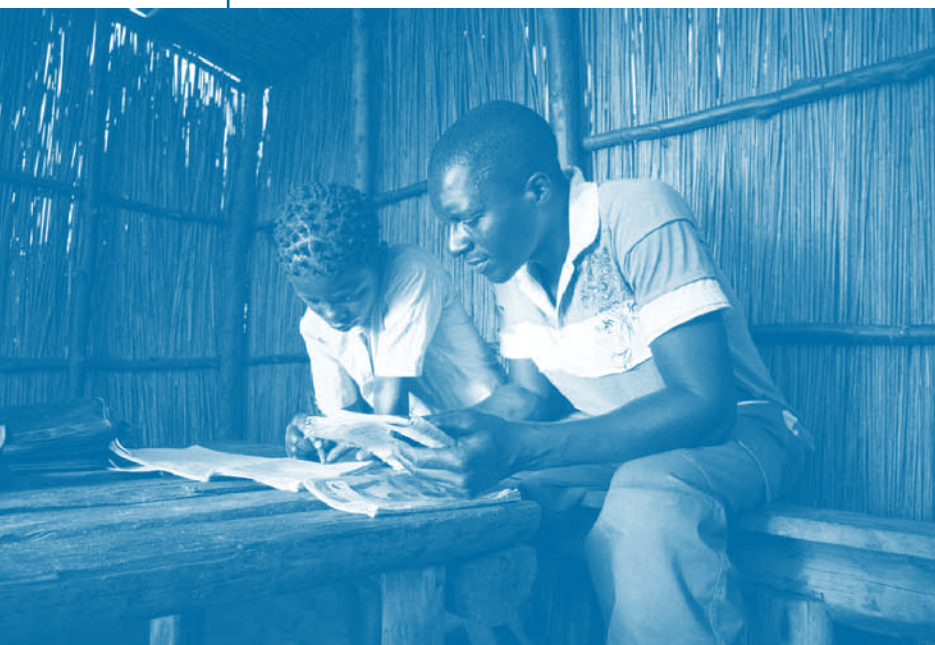
PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

Estes seis programas sectoriais são elaborados e apresentados em duas partes:

- i) Neste capítulo, aborda-se, por programa sectorial, uma discussão sobre os progressos realizados durante a implementação do PEEC e os desafios principais da área referente. São apresentados os enfoques e os objectivos estratégicos para os próximos anos, bem como as estratégias principais e as acções prioritárias;
- ii) A segunda parte é constituída pelas matrizes do plano de implementação (em anexo):
 - A primeira matriz (*matriz estratégica*) apresenta um resumo do Plano Estratégico por programa sectorial em termos de objectivos gerais e estratégicos bem como as acções prioritárias identificadas para atingir os objectivos estratégicos. A matriz ainda define os indicadores de resultado e as suas respectivas metas para orientar a monitoria anual da implementação do plano estratégico;
 - A segunda matriz (*matriz operacional*) define, por cada acção prioritária especificada na matriz estratégica, as actividades principais, os resultados esperados, as metas físicas³², os determinantes de custos, os responsáveis e o cronograma de implementação. Este plano operacional é a base para o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) do sector e o guia para a preparação dos planos e orçamentos anuais. Este plano operacional reflecte a integração dos assuntos transversais, os programas específicos e as áreas programáticas ao nível dos seis programas sectoriais (veja o Quadro 9, pág. 40).



³² Refere-se a metas que influenciam a orçamentação das actividades (ou seja indicadores de “input”) como sendo o número de salas de aula a construir, o número de professores a capacitar, etc.

6.1 Ensino (Pré) Primário

Objectivo geral:

Assegurar que todas as crianças tenham oportunidade de concluir uma educação básica de 7 classes com qualidade.

Objectivos estratégicos:

- Assegurar que todas as crianças ingressem no ensino na idade certa (6 ou 7 anos) e que permaneçam até completar a sétima classe;
- Melhorar o desempenho escolar dos alunos, sobretudo no que tangere às competências críticas de leitura, escrita, cálculo numérico e habilidades para a vida;
- Melhorar a eficiência e eficácia no uso dos recursos disponibilizados ao Ensino Primário.

6.1.1 Visão

O Governo prioriza o Ensino Primário de sete anos para todas as crianças (veja 4.1, pág. 33) reconhecendo contudo que, a longo prazo, o Ensino Primário (EP) de sete anos não é suficiente para a preparação da nova geração com conhecimentos, habilidades e atitudes que facilitem a sua melhor integração na sociedade como cidadãos activos. Moçambique é parte da “aldeia global”, que está em constante mudança e, neste sentido, a cidadania é um processo dinâmico e as habilidades básicas devem ser entendidas como flexíveis, de modo a adaptar-se às especificidades e dinâmicas dos contextos e aos seus desafios.

A longo prazo, o Governo tem o objectivo de garantir uma educação básica de 9 a 10 anos para todos os cidadãos. Essa futura Educação Básica incluirá também o pré-primário (um ano), como uma estratégia crucial para assegurar que todas as crianças tenham a melhor base possível para se potenciar o seu desenvolvimento.

A médio prazo, contudo, dar-se-á enfoque à expansão e melhoria da qualidade do Ensino Primário, garantindo o acesso e a retenção de todas as crianças. O principal objectivo deste nível de ensino é formar um cidadão capaz de se integrar na vida e aplicar os conhecimentos adquiridos em benefício próprio, da sua família, e da sua comunidade.

No plano curricular do ensino básico (PCEB), define-se que, ao concluir o ensino básico de sete classes, o graduado deve ter adquirido conhecimentos, habilidades e valores que lhe permitam uma inserção efectiva na sua comunidade e na sociedade em geral.

Compete ao Ensino Primário formar um aluno capaz de reflectir, ser criativo, isto é, capaz de questionar a realidade, de modo a intervir sobre ela, em benefício próprio e da sua comunidade. O Ensino Primário desempenha um papel importante no processo de socialização das crianças, na transmissão de conhecimentos fundamentais como a leitura, a escrita e o cálculo, e na transmissão de conhecimentos e habilidades aceites pela nossa sociedade.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

A escola primária, como um pólo para o desenvolvimento da criança, deve cultivar os valores de cidadania em geral, da moçambicanidade e do respeito pela(s) cultura(s).

6.1.2 Estágio actual

Progressos

Registaram-se progressos no período da implementação do PEEC em termos de aumento da oferta e da procura do Ensino Primário.

Participação

O número de alunos no Ensino Primário passou de 3,6 milhões em 2004 para 4,6 milhões em 2007 e 5,3 milhões em 2011. A taxa de escolarização das crianças entre os 6 e os 12 anos é estimada em 93% (2011) contra 89% em 2007.

Anualmente, um número crescente de alunos conclui a 7ª classe. A taxa de conclusão aumentou de 34% em 2004 para 49% em 2010.

Equidade de género e regional

A paridade de género melhorou de 0,83 em 2004 para 0,90 em 2011 com reduções significativas na disparidade entre as províncias e os distritos com as mais altas e mais baixas percentagens de raparigas entre 2004 e 2011.

Os dados do Inquérito ao Orçamento Familiar de 2008 (IOF) revelam que a diferença entre os mais ricos e os mais pobres evoluiu de 43% em 2003 para 23% em 2008, como resultado da política de Ensino Primário gratuito para todos.

Investimentos

Foram feitos grandes investimentos para assegurar que o aumento do número de alunos fosse acompanhado pelos recursos necessários em termos de provisão de professores, livros escolares, materiais didácticos e o apoio financeiro directo às escolas.

O rácio alunos-professor no EP1 reduziu de 75 em 2006 para 63 em 2011 devido ao aumento significativo de recrutamento de novos professores e à melhoria do sistema de gestão de recursos humanos, o que permitiu uma substituição mais rápida e abrangente dos professores que, por diversas razões, abandonam o sistema.

Para melhorar a eficiência interna, a qualidade e a relevância da Educação, foram introduzidas reformas na área do currículo, na formação dos professores, na política do livro escolar e na construção de salas de aula.

Desafios

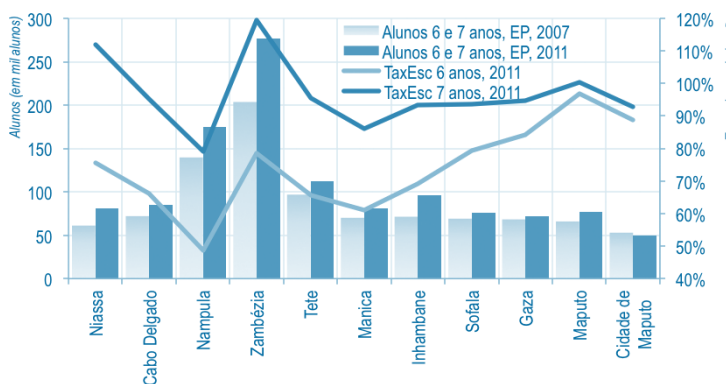
Permanecem, contudo, outros desafios.

Entrada na idade certa

Embora tenha havido grandes avanços nesta área, nem todas as crianças ingressam na escola aos seis anos. A escolarização aos 6 anos, na 1ª classe, estima-se em 70%, em 2010 e 2011. A escolarização aos 7 anos, em 2011, estima-se em 97%.

O Gráfico 5 mostra que há grandes diferenças entre as províncias. Assim, a província de Maputo tem uma cobertura de quase 100%, mas a província de Nampula tem uma cobertura de apenas 48,4%.

Gráfico 5: Crianças com 6 e 7 anos na 1ª classe, 2007 e 2011, e taxas de escolarização aos 6 e 7 anos, 2011 (ensinos público, privado e comunitário)



Estudos indicam que uma razão importante para a não participação das crianças aos 6 anos, principalmente nas zonas rurais, tem a ver com o facto de muitos pais considerarem que as crianças ainda são pequenas para ir à escola e, por isso, adiam o seu ingresso na escola.



VAMOS APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

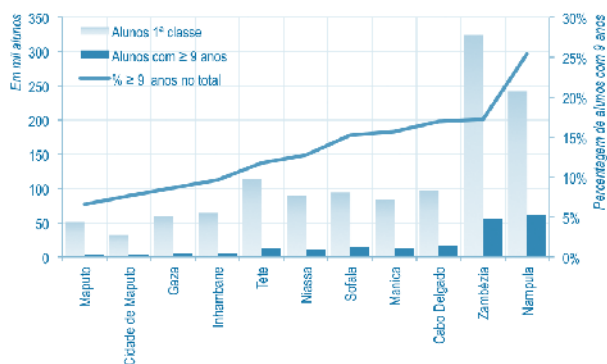
PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

Em 2011, na 1ª classe, cerca 200.000 alunos (16% dos alunos) tem 9 anos ou mais. Existe uma grande diferença entre as províncias de Nampula (25%) e de Maputo (7%).

Gráfico 6: Número de alunos na 1ª classe (total e com 9 anos e mais), e percentagem dos alunos com 9 anos e mais (ensinos público, comunitário, privado) (2011)



Retenção até à 7ª classe

Embora a maior parte dos alunos entre os 6 e os 12 anos frequentem a escola primária, a sua retenção até à 7ª classe ainda é baixa, estimando-se em 41%³³, num intervalo de seis anos, entre 2004 e 2010.

A entrada tardia poderá contribuir para as elevadas taxas de desistência. Misturar crianças de diferentes idades na sala de aula poderá afectar negativamente o desempenho dos alunos. Além disso, o currículo e os materiais escolares para a 1ª classe são desenhados para crianças que têm 6 ou 7 anos.

As taxas de desistência permanecem altas com tendência a aumentar nos últimos anos, principalmente na 5ª classe (14% anual em 2011) e 7ª classe (13% em 2011). Estudos recentes indicam que o factor pobreza é um motivo a considerar para a desistência dos alunos ao longo do ano. Embora a educação primária seja gratuita, ela acarreta custos directos e indirectos para as famílias (despesas com aquisição de cadernos, lápis, vestuário, etc., versus custos de oportunidade).

33 O indicador relaciona o número de alunos na 7ª classe num determinado ano (ano n) com o número de alunos que frequentavam a 1ª classe 6 anos antes (ano $n-6$). O indicador assenta no pressuposto teórico, ideal, de que todos os alunos que começam a frequentar a 1ª classe num determinado ano deveriam estar a frequentar a 7ª classe 6 anos mais tarde. Sendo assim, o indicador constitui apenas uma aproximação à taxa de retenção e deve ser interpretado com cautela.

Gráfico 7: Taxas de desistência anual na 2ª, 5ª e 7ª classes, 2007 e 2011 (ensinos público, comunitário, privado, turnos diurno e nocturno)

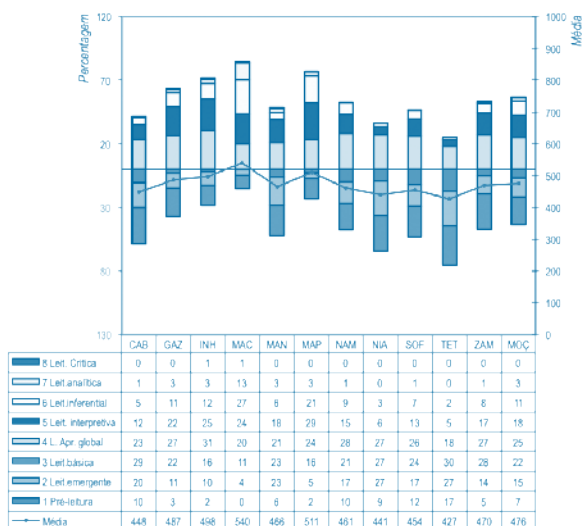


Não obstante o facto das elevadas taxas de repetição terem baixado (de mais de 20% no período até 2004 para 5%-7% a partir de 2005) com a introdução do novo currículo, em 2010, a taxa média de desistência subiu para valores acima dos 10%.

Desempenho dos alunos

A queda nas taxas de aproveitamento que se verifica desde 2008 em todas as classes, e na 5ª classe já desde 2006, transmite um sinal preocupante sobre o processo de aprendizagem ao nível da sala de aula.

Gráfico 8: Resultados dos testes de leitura: médias e percentagem (SACMEQ III)



VAMOS APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

O estudo do SACMEQ 2007 mostra não apenas que o desempenho em Moçambique está abaixo da média da região, mas também que a maior parte dos alunos na 6ª classe não desenvolveu competências básicas de leitura e de matemática que garantam o seu sucesso escolar nos níveis de ensino mais altos.

Falta ainda um instrumento diagnóstico para um melhor acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem ao nível da sala de aula no dia-a-dia.

Capacidade de gestão e implementação de reformas

A avaliação do Plano Estratégico revelou fraquezas na implementação das estratégias e reformas principais do sector. Apesar de ter beneficiado de um aumento de recursos humanos e financeiros, as necessidades do sector ainda estão muito acima dos recursos disponibilizados. A título de exemplo:

- O sector não conseguiu construir salas de aula com a qualidade e nas quantidades necessárias para responder à demanda, devido a limitações financeiras e à falta de capacidade técnica, ao nível local;
- Apesar de se ter conseguido contratar mais professores, o rácio alunos-professor ainda permanece alto, tanto por causa das necessidades elevadas, como por falta de racionalização do seu uso, principalmente no EP2, e atrasos nos processos de substituição dos docentes que abandonam o sistema;
- Embora a reforma na formação dos professores tenha resultado no aumento do número de professores formados, o currículo de formação inicial ainda se revela muito teórico e não foi dada atenção adequada à formação em serviço e ao acompanhamento aos novos professores, ao nível da sala de aula;
- Embora as Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias (OTEOs) indiquem que o ano lectivo no Ensino Primário deve ter cerca de 1.140 horas lectivas no caso de 2 turnos (1.026 nas escolas com três turnos), valor que se aproxima à média internacional de 1.200 tempos lectivos, visitas de supervisão revelam que, na realidade, é desperdiçado muito tempo e o contacto instrutivo e efectivo entre os alunos e o professor é muito inferior. Uma pesquisa na província de Cabo Delgado indicou que a percentagem do tempo lectivo efectivo (em termos de contacto directo entre o professor e o aluno) corresponde a apenas 15-20% em relação ao previsto (ou seja, 30 dias lectivos por ano)³⁴;
- A redução do tempo na sala de aula está directamente relacionada, entre outros, com o elevado rácio alunos-professor, a manutenção dos três turnos, principalmente nas cidades, a sobrecarga das infra-estruturas e dos professores com outras tarefas bem como o insuficiente controlo sobre o funcionamento da escola e a assiduidade dos professores e alunos, por parte do corpo directivo;
- Apesar de se ter aumentado o financiamento directo às escolas, persistem alguns problemas, como sejam o insuficiente valor alocado à escola para garantir o funcionamento e manutenção da escola, uma cobertura abaixo de 100% de livro escolar, falta de mobiliário, resultando em condições deficitárias para o ensino-aprendizagem;

34 Estudo de campo conduzido pela Aga Khan em colaboração com Equip 2 com financiamento de USAid em 2010, apresentado e discutido com o Ministério da Educação.

- Devido à falta da preparação dos professores e à deficiente comunicação sobre as inovações do novo currículo, entre outros, a implementação do novo currículo foi desarticulada, principalmente em relação à introdução do conceito de aprendizagem e de progressão por ciclos;
- A introdução do ensino bilingue atrasou devido à complexidade da sua expansão ao nível nacional e às implicações financeiras;
- A integração dos temas transversais, nomeadamente o HIV e SIDA, Saúde Escolar, Nutrição, Água e Saneamento é ainda limitada;
- Apesar da política de inclusão, a participação na escola e atendimento na sala de aula dos alunos com necessidades educativas especiais ainda é muito limitada, devido, entre outros factores, à falta dos materiais didácticos e à preparação dos professores.

6.1.3 Prioridades para os próximos anos

Para os próximos anos, a universalização do Ensino Primário de sete classes permanece central na estratégia do Governo no combate à pobreza. O sector compromete-se a criar condições para que todas as crianças tenham a oportunidade de frequentar e concluir a escola primária.

Para atingir o objectivo principal deste programa, o enfoque nos próximos anos será dado aos objectivos e estratégias ligados aos principais desafios do sector, como sejam:

- A entrada da criança na escola na idade certa (aos 6 ou 7 anos) e a sua retenção na escola;
- Um melhor desempenho do aluno em termos de aquisição de competências básicas, com enfoque na aprendizagem no 1º ciclo;
- Maior eficiência no uso dos recursos disponibilizados para o EP.

6.1.4 Enfoque especial: Desenvolvimento da Primeira Infância³⁵

A importância dos primeiros anos da vida é reconhecida internacionalmente³⁶ como sendo crucial para o desenvolvimento equilibrado de uma criança: a maior parte do cérebro é formada ao longo dos primeiros três anos de vida. O seu desenvolvimento é influenciado pela nutrição (já a partir da concepção), estimulação cognitiva e emocional e estado de saúde. Estima-se que cerca de 200 milhões das crianças estão em risco de não desenvolver o seu potencial, devido à pobreza e deficiências nutricionais, bem como a poucas oportunidades de estimulação cognitiva precoce. É importante notar que atrasos no seu desenvolvimento, nesta fase de vida, são difíceis de recuperar mais tarde.

35 De acordo com a definição internacional, a Primeira Infância vai desde o momento da concepção até aos 8 anos de vida. O enfoque nos planos de Governo é na idade pré-escolar (0-5), pelo facto das intervenções dirigidas a este grupo etário serem ainda limitadas. O enfoque do Ministério da Educação neste plano estratégico, nas primeiras classes do Ensino Primário, revela que o Ministério assume a definição mais ampla da primeira infância.

36 Engle PL, Fernald LCH, Alderman H, et al, and the Global Child Development Steering Group. Strategies for reducing inequalities and improving developmental outcomes for young children in low-income and middle-income countries. Lancet series, 2011.

Apesar dos progressos registados em termos de aumento do acesso aos serviços de saúde, educação e na área de nutrição, Moçambique tem indicadores muito baixos³⁷ relativos ao bem-estar das crianças na idade pré-escolar. Estima-se que cerca de 20% da população (ou seja 4,5 milhões) está na faixa etária dos 0 aos 5 anos. A taxa de mortalidade por HIV e SIDA é de cerca de 13% nas crianças de 1 a 4 anos de idade. A prevalência da desnutrição crónica (medida em termos de baixa altura para a idade para as crianças com menos de cinco anos), era de 44% em 2008 (ao mesmo nível do que em 2003). A percentagem de crianças menores de cinco anos com baixo peso-idade é de 18% em 2008 (22% em 2003). Actualmente, a cobertura dos serviços e cuidados educativos para as crianças dos 0 aos 5 anos é muito limitada (apenas 4% através de intervenções formais).

O governo reconhece a importância de investir no desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar para melhorar a qualidade da sua vida pessoal, da sua família, e, conseqüentemente, a sua participação no desenvolvimento do País. Neste sentido, o Plano Quinquenal do Governo 2010-2014 e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza dão uma atenção especial ao desenvolvimento da primeira infância por meio de uma abordagem holística e integrada que envolve diferentes ministérios, nomeadamente o Ministério da Educação, da Mulher e Acção Social, da Saúde, do Interior, da Justiça, da Agricultura e das Obras Públicas e Habitação.

O sector reconhece, já no PEEC 2006-2010/11, a importância de dar um maior enfoque ao desenvolvimento integrado e holístico da primeira infância e à necessidade de expansão das oportunidades para as crianças beneficiarem de uma educação pré-primária para que elas sejam melhor preparadas para o ingresso na escola na idade certa (aos 6 anos), melhorando a sua retenção e desempenho.

No entanto, devido a muitas outras prioridades, não houve avanços significativos nesta área ao longo dos últimos anos. Para os próximos anos, o Ministério assume uma responsabilidade mais forte nesta área através das seguintes vertentes:

- O Ministério assume um papel mais activo na elaboração de uma estratégia para o desenvolvimento da primeira infância bem como na coordenação e monitoria da sua implementação em conjunto com os principais intervenientes. Para este efeito, foi criada uma comissão multisectorial que, neste momento, sob liderança do Ministério, está a finalizar a Estratégia para o Desenvolvimento da Criança em Idade Pré-escolar. Esta estratégia vai definir as responsabilidades de cada um dos intervenientes, com o principal objectivo de garantir uma abordagem integral e holística para o desenvolvimento da criança e uma maior eficiência e eficácia no uso dos escassos recursos do país.
- Em paralelo, tomando em conta a urgência de uma melhor preparação das crianças para o processo de aprendizagem, o Ministério considera igualmente importante a expansão do acesso à educação pré-primária. Considerando as limitações financeiras e institucionais, a introdução de um ano pré-primário como parte do ensino básico é ainda prematuro. O enfoque para os próximos anos será na testagem de diferentes modalidades de intervenção com o objectivo de preparar uma futura expansão do acesso à educação pré-primária (quarto/quinto anos de vida) de forma sustentável no sistema educativo. A prioridade será dada aos mais vulneráveis,

³⁷ Fonte: Estratégia de Primeira Infância, versão 1, Setembro 2011.

assegurando a sua inclusão e retenção no sistema³⁸. Ao mesmo tempo, considerando a importância da nutrição e saúde para o desenvolvimento cognitivo da criança, o Ministério vai reforçar outras intervenções com impacto indirecto na melhoria das condições na primeira infância da criança e da sua mãe, como sendo: i) promover a transição das raparigas do EP1 para o EP2 e, subsequentemente para o ESG; ii) continuar a promover a política de entrada na idade certa, dando atenção especial às meninas; iii) promover a integração de uma educação nutricional no currículo aos diferentes níveis e iv) promover, através dos programas de (pós)alfabetização, a educação parental.

6.1.5 Estratégias principais do Ensino Primário

A maior parte das estratégias que concorrem para a prossecução deste programa já foram concebidas no âmbito do Plano Estratégico de Educação e Cultura e a sua implementação já está bem encaminhada. Contudo, com base na avaliação da implementação do PEEC, a realização destes programas será ajustada, ao longo dos próximos anos, com o objectivo principal de melhorar e consolidar os progressos alcançados em anos anteriores.

Entrada na idade certa para assegurar a retenção até à 7ª classe

O sector continua a promover o acesso à escola primária na idade certa. Prevê-se que, se se der uma melhor atenção à primeira infância, haverá um aumento de crianças a entrarem mais cedo na escola primária.

Para evitar que os alunos completem a 1ª classe com 5 anos³⁹, a idade de entrada será redefinida. Um enfoque na entrada aos 6 ou 7 anos obriga a que se dê particular atenção às crianças com 9 e mais anos. Isto pode ser conseguido, por exemplo, através da criação de turmas específicas para este grupo que devem ter um currículo adaptado. Jovens com mais de 15 anos que ainda não tenham ingressado ou concluído o Ensino Primário do 1º Grau vão continuar a ser integrados em programas de alfabetização.

A transformação das EP1s em EPCs facilitará a retenção dos alunos até à 7ª classe na mesma escola onde ingressaram na 1ª classe, eliminando a necessidade de percorrer longas distâncias para continuar a frequentar o EP2. Isto implicará, entre outros, maior desempenho do programa de construção de salas de aulas⁴⁰ através

38 O investimento na área de Educação Pré-escolar poderá ser considerado como uma estratégia de aumentar a aprendizagem dos alunos no Ensino Primário, bem como de inclusão, assegurando a sua entrada na escola primária aos seis anos, aumentando a probabilidade da sua retenção no ensino. Experiências nos outros países indicam que as crianças mais vulneráveis beneficiam mais das intervenções nesta área. A avaliação do impacto das intervenções da Save the Children (Província de Gaza) realizadas pelo Banco Mundial mostra que as crianças que frequentam a pré-escola têm maior probabilidade de continuar a sua educação na idade certa. "A promessa da Pré-Escola em África: A Avaliação de Impacto Randomizado de Desenvolvimento da Primeira Infância na zona Rural em Moçambique", WB, Fevereiro 2012.

39 Isto é considerado cedo em termos do seu desenvolvimento holístico e poderá contribuir para problemas sociais e cognitivos, nas classes seguintes.

40 Trata-se do programa com pior desempenho ao longo dos últimos anos por várias razões, entre outras, a fraca capacidade técnica ao nível das províncias e distritos na área de construção, bem como fraco controlo interno em termos de observância dos padrões de qualidade e regras de gestão estabelecidas. Para responder às fraquezas deste programa, foi introduzida uma nova abordagem em 2010, com o objectivo principal de aumentar a qualidade e a sustentabilidade das

da realização das metas estabelecidas, observando, com rigor, as regras e normas existentes em termos de gestão deste programa.

O sector continuará a sua política de inclusão, o que implica construir e equipar salas de aula que facilitem a participação das crianças com necessidades educativas especiais.

Está prevista a introdução de medidas de protecção social através do aumento do Apoio Directo às Escolas (ADE) para apoiar os alunos mais carentes, e a introdução de um programa de alimentação escolar. Considerando as limitações financeiras, o grande desafio será definir e especificar o grupo-alvo para este tipo de intervenções. A prioridade deverá ser sempre dada às crianças de menor idade.

Ao mesmo tempo, serão testadas, em colaboração com o Ministério de Mulher e Acção Social, inovações em termos de transferências monetárias ou outras para as famílias, visando estimular a participação e retenção das crianças na escola.

Melhorar o desempenho do aluno

O objectivo principal é de reverter a tendência negativa do aproveitamento dos alunos na 2ª, 5ª e 7ª classes, através de uma maior atenção para a aprendizagem de competências básicas de leitura, escrita e cálculo numérico.

Isto implicará, entre outros, uma revisão da metodologia de ensino-aprendizagem da leitura, como tem sido recomendação de vários estudos, uma mudança fundamental na preparação inicial e em serviço dos professores e o seu acompanhamento ao nível da escola, bem como um melhor acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos na sala de aula. Esta medida implicará, por sua vez, rever a formação e afectação dos formadores de professores.

Melhorar a implementação do currículo

Nos próximos anos, o sector continuará a implementação do novo currículo que inclui a promoção por ciclos de aprendizagem⁴¹. Vai-se priorizar a aprendizagem de competências básicas no primeiro ciclo, através da afectação dos melhores professores e de mais recursos.

Ao mesmo tempo, será analisado e revisto o currículo e o plano de estudo em termos das metodologias de aprendizagem promovidas, do tratamento dos temas transversais e do tratamento de crianças com necessidades educativas especiais. Neste contexto, vai-se continuar a realizar esforços conducentes à primarização do Ensino Primário do 2º grau (EP2), bem como da integração dos temas transversais no contexto de habilidades para a vida.

Atenção especial será dada à observância das normas estabelecidas nas OTEOs em termos do plano de estudo e, sobretudo, a observância das horas lectivas através de um maior enfoque na gestão e supervisão escolar.

obras, bem como acelerar a sua construção e melhor controlar a sua gestão. A reforma, neste momento, está numa fase experimental. Ainda é cedo para tirar conclusões sobre a eficácia da nova abordagem.

41 Isto implica a realização de campanhas de sensibilização dos pais e dos encarregados de educação. Implica também que os professores percebam o racional desta abordagem e a assumam.

Estratégia integrada de formação e capacitação dos professores

Vai-se continuar a refinar a estratégia de formação e capacitação dos professores, virada para uma abordagem integrada para o seu desenvolvimento profissional através uma maior ligação entre a formação inicial e em serviço, e a supervisão e o acompanhamento adequado no seu local do trabalho, segundo o novo paradigma: formação baseada em competências, preparando melhor o professor para, entre outros:

- Atender os alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Trabalhar com o livro escolar na sala de aula;
- Implementar o currículo do Ensino Primário e, em particular, o sistema de avaliação e utilizar os programas de ensino na sua planificação de aulas;
- Ensinar a leitura e escrita;
- Implementar o Ensino Bilingue;
- Trabalhar em equipa;
- Trabalhar com os pais e encarregados de educação, promovendo a escola e os seus valores.

Nesta perspectiva, além do reforço da implementação do programa de formação em serviço, será introduzido o novo modelo de formação inicial do professor que é modular, organizado em blocos de aprendizagem, flexível, integrado num sistema de formação e capacitação que garante a continuação do desenvolvimento de competências reflexivas, mesmo no local de trabalho, e orientado para a resolução de problemas, com experiências de aprendizagem diversificadas.

O novo modelo habilita o graduado a leccionar em regime de monodocência no Ensino Primário (1^a-7^a classe), com ênfase no ensino-aprendizagem da oralidade, leitura e escrita iniciais, contagem, cálculo e resolução de problemas. A formação inicial compreende dois anos, na componente presencial, que inclui um estágio de 300 horas lectivas no 2^o trimestre do 2^o ano do curso.

Este aumento da duração reduzirá o número anual de graduados, estando previsto que, em parceria com outros provedores, o sector continue a formar professores em quantidades que permitam, por um lado, uma base mais ampla que possibilite a selecção e o recrutamento dos melhores e, por outro lado, a existência de um “stock” de professores para substituir os que abandonam a docência ao longo do ano lectivo. Isto implica que o sector continuará, nos próximos anos, em paralelo, a formar professores na base do modelo existente de 10+1.

Acompanhamento da aprendizagem do aluno

Será introduzido, no médio e longo prazo, um instrumento para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem ao nível da sala de aula (veja também 6.6.4, na pág. 103). Este instrumento (“*provinha*”) deve ser entendido principalmente como um instrumento diagnóstico para o professor acompanhar o nível de aprendizagem dos seus alunos para a tomada de medidas correctivas. A eficácia deste instrumento dependerá da capacidade do professor na sua aplicação e na análise da informação.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

Recursos aplicados com maior eficiência e eficácia

A prioridade no EP, com o enfoque na melhoria do desempenho do aluno, está reflectida também ao nível da alocação dos recursos humanos e financeiros.

Para se obterem melhores resultados, será necessário criar condições básicas nas escolas, em termos de qualidade das salas de aulas, mobiliário escolar, água potável e saneamento. Será também necessária a disponibilização anual de mais professores, livros escolares e outros materiais didácticos.

A alteração do actual modelo de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas (no EP2) para um professor por turma, a integração das funções de director de escola e de adjunto-pedagógico nas escolas mais pequenas, combinada com a obrigatoriedade de estes darem aulas, libertará recursos humanos para a redução do rácio alunos-professor.

A racionalização do programa Livro Escolar em termos de número de títulos, e a redução do preço unitário dos livros através de melhorias no processo de aquisições, criará espaço para incluir outros livros no programa, como sendo o livro para o ensino bilingue e para as bibliotecas escolares, entre outros.

Além disso, um maior controlo sobre a aplicação dos recursos disponíveis está no centro das intervenções do sector, o que deverá resultar numa maior eficiência e eficácia na sua aplicação. A capacitação dos Conselhos de Escola na gestão dos recursos ao nível da escola será também crucial.

6.1.6 Acções prioritárias

Na área da primeira infância

- Promover a expansão do acesso a oportunidades educativas na idade pré-escolar, através de:
 - A realização e/ou encorajamento de projectos-piloto (serviços mistos, com base na comunidade e no sector institucional), com o objectivo de identificar a melhor forma de expandir a cobertura nacional da educação pré-escolar e pré-primária;
 - A preparação da integração do (um ano) pré-primário no Ensino Primário a partir de 2015/2016, beneficiando de experiências obtidas com os projectos-pilotos.
- Monitorar e contribuir para a implementação, em conjunto com outros Ministérios, da estratégia holística e integrada para o desenvolvimento da criança na idade pré-escolar, que incluirá:
 - A definição de padrões e perfis nas áreas de i) currículo, ii) materiais didácticos e iii) formação e/ou capacitação de animadores/professores, com vista a assegurar a qualidade das diferentes intervenções e a integração do pré-primário no Ensino Básico;
 - A elaboração, na base dos padrões, de currículo e materiais didácticos;
 - A formação e capacitação dos educadores;
 - A garantia do funcionamento das instituições em termos administrativos e pedagógicos.

No Ensino Primário

Acesso

- Organizar campanhas de mobilização e sensibilização, promovendo o ingresso na escola na idade certa (6 ou 7 anos);
- Continuar a melhorar a implementação do programa de construção acelerada de salas de aulas (incluindo o seu equipamento) através da nova abordagem, com o objectivo de acelerar a construção de salas de aula com qualidade, com base numa planificação de médio prazo (3 a 5 anos) ao nível das províncias, para assegurar uma melhor cobertura, transparência e responsabilidade, em função das prioridades definidas como, por exemplo, a transformação das escolas incompletas em escolas completas;
- Harmonizar os diferentes programas de protecção social para assegurar a participação e a retenção dos alunos mais vulneráveis, na escola, através da:
 - Introdução gradual de um programa de alimentação escolar nos distritos que apresentem maiores índices de vulnerabilidade à insegurança alimentar, de desistências e de baixo nível de aproveitamento;
 - Introdução de uma componente de protecção social no programa Apoio Directo às Escolas (ao nível da escola);
 - Coordenação com o MMAS/INAS em relação aos programas de apoio monetário para as famílias mais vulneráveis com o objectivo de assegurar que os seus filhos se matriculem e concluem o Ensino Primário.
- Elaborar estratégias para reduzir as disparidades regionais, de idade e de género, como sendo o alargamento de formas alternativas de oferta do EP2, entre outros, tomando em conta as especificidades das diferentes regiões do País;
- Assegurar que as escolas sejam lugares seguros e saudáveis;
- Expandir o atendimento a crianças com NEE, através do alargamento do Projecto Escola Inclusiva, em termos de:
 - Melhoria do sistema de identificação, antes e durante o percurso escolar, de crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
 - Realização de adaptações arquitectónicas nos edifícios escolares;
 - Promoção da língua de sinais e do Sistema Braille;
 - Incentivo, às famílias, para manterem os seus filhos na escola, através de programas de protecção social.

Qualidade

- Continuar a produção e a distribuição gratuita do livro escolar, assegurando a sua racionalização para a inclusão do livro para o ensino bilingue, bem como de livros de leitura complementar para estimular a cultura de leitura e a compra de livros em braille para os deficientes visuais;
- Assegurar a expansão do Ensino Bilingue (EB) garantindo a sua qualidade;

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

- Dar continuidade à revisão do currículo, tendo em conta o reforço das áreas de leitura, escrita e cálculo numérico em termos de competências definidas por ciclo de aprendizagem, e a “primarização” do Ensino Primário;
- Reformar a formação e capacitação de professores através das seguintes acções:
 - A introdução, com base num projecto-piloto, do novo modelo de formação inicial de professores, garantindo uma componente prática na sala de aulas e a introdução de aspectos de gestão da escola (a sua generalização está prevista a partir de 2015);
 - A concepção e implementação de um plano de formação contínua dos professores em serviço, que permanecerá sob responsabilidade dos IFPs e do IEDA, assegurando uma melhor ligação com a evolução da carreira de professor;
- Melhorar a monitoria e o acompanhamento do desempenho escolar dos alunos e dos professores através das seguintes acções:
 - A concepção e aplicação de um instrumento para a monitoria do desempenho dos alunos nas áreas-chave, com enfoque na leitura, bem como um instrumento para um melhor acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem na sala de aula (veja também 6.6.5, pág. 105);
 - O reforço da estrutura das ZIPs para melhorar a monitoria e o acompanhamento da gestão e do desempenho escolar dos alunos e dos professores, beneficiando, entre outros, das oportunidades oferecidas pelas TICs;
- Melhorar a gestão da escola através da:
 - Priorização da capacitação na área de gestão escolar dos Directores de escolas;
 - Melhoria da supervisão integrada e descentralizada, privilegiando o processo da aprendizagem na sala de aula e a gestão da escola;
 - Previsão, no programa ADE, para além do financiamento fixo para o funcionamento da escola, de um apoio monetário ajustado ao desempenho da escola, baseado num sistema de monitoria do seu desempenho alicerçado num conjunto de padrões de qualidade que definam a qualidade em termos do ambiente e funcionamento.

Desenvolvimento institucional

- Racionalizar o uso dos recursos humanos no Ensino Primário através das seguintes acções:
 - A racionalização e optimização do uso do pessoal nas escolas através da “primarização” do EP2;
 - A diferenciação dos modelos de gestão das escolas com base nos tipos já estabelecidos: escolas do tipo 3 (com menos de 500 alunos) terão, apenas, um Director; escolas do tipo 1 e 2 terão um Director e um adjunto pedagógico;

- Continuar as reformas na área de aquisições e reduzir os custos unitários sem diminuir a qualidade em relação ao livro escolar, à construção acelerada de salas de aulas e à provisão de mobiliário escolar;
- Aumentar a transparência na gestão da escola através das seguintes acções:
 - A introdução gradual de uma selecção dos candidatos para cargos de Direcção das Escolas por via de concurso;
 - A capacitação dos Conselhos de Escola;
- Desenhar e implementar estratégias para a integração dos temas transversais com enfoque na saúde sexual e reprodutiva e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (especialmente HIV e SIDA).

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS





6.2 Alfabetização e Educação de Adultos

Objectivo geral:

Aumentar as oportunidades para que mais jovens e adultos, com especial atenção à mulher e à rapariga, sejam alfabetizados, com vista à redução do analfabetismo para a promoção da cidadania e da participação no processo de desenvolvimento político, social, económico e cultural do país.

Objectivos estratégicos:

- Garantir o acesso e a retenção dos alfabetizandos nos programas de Alfabetização e Educação de Adultos;
- Melhorar a qualidade e relevância dos programas de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação Não Formal;
- Reforçar a capacidade institucional e organizativa.

6.2.1 Visão

O Governo considera a alfabetização um direito humano dos cidadãos e uma estratégia crucial no combate à pobreza.

A alfabetização é definida, por um lado, como a aquisição de noções básicas de leitura, escrita e cálculo e, por outro lado, como um processo que estimula a participação nas actividades sociais, políticas e económicas, permitindo uma educação permanente e contínua⁴². Esta definição de alfabetização enquadra-se no conceito de Educação Básica (veja 2.3.1, pág. 16).

O Governo está comprometido a eliminar o analfabetismo por meio de duas vertentes principais:

- Promoção da universalização do Ensino Primário de sete anos (veja 6.1.1, pág. 53);
- Expansão dos programas de Alfabetização e de Pós-Alfabetização para adultos e jovens.

Os programas de Alfabetização, Pós-Alfabetização e Educação Não-formal destinam-se à provisão de oportunidades para os cidadãos não alfabetizados ou que não tenham completado o Ensino Primário com 15 ou mais anos de idade.

O enfoque dos programas de (pós-) alfabetização é na aquisição das competências de leitura, escrita e cálculo, com vista a resolver problemas do dia-a-dia e a desenvolver habilidades para a vida nas áreas relevantes para o contexto do indivíduo ou da sua família (áreas de agricultura, gestão de pequenos negócios, saúde, educação parental, entre outras).

⁴² Fonte: Estratégia de Alfabetização e Educação dos Adultos, MINED, Moçambique (2011).

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

O governo reconhece a contribuição dos diferentes intervenientes governamentais e não-governamentais no desenvolvimento da alfabetização (nomeadamente os Ministérios da Agricultura, da Defesa Nacional, da Mulher e Acção Social, da Juventude e Desportos, da Saúde), parceiros de cooperação multilateral e bilateral, sociedade civil, empresas públicas e privadas, confissões religiosas, entre outros. Compete ao Ministério dinamizar o sector, agindo como entidade reguladora, articulando e coordenando os diferentes intervenientes e intervenções, definindo as regras e procedimentos de actuação através da concepção de políticas e padrões de qualidade e, ainda, através de criação de um currículo padronizado.

6.2.2 Estágio actual

Progressos

A taxa de analfabetismo reduziu de 60,5% em 2001 para 51,9% em 2005 e para 48,1% em 2008. A taxa, relativamente ao sexo feminino, reduziu de 66,7% em 2005 para 64,2% em 2008, enquanto a dos homens estagnou passando de 34,3% em 2005 para 34,6% em 2008. Em 2007, o índice de analfabetismo nas zonas rurais era de 65,5% e de 26,3% nas zonas urbanas⁴³.

De ano para ano tem-se verificado cerca de 300.000⁴⁴ novos ingressos nos diferentes programas, dos quais 70% são mulheres. Destacam-se a oferta e a procura de diversos programas de alfabetização, tais como o Alfa regular, o Alfa rádio, o Alfa funcional, o Alfalit, o Família Sem Analfabetismo, o Reflect e o Alfa em línguas locais.

A partir de 2009, começou a ser progressivamente implementado através de um piloto, um novo currículo baseado numa nova estrutura da oferta formal de AEA, que inclui:

- Alfabetização: nível 1, conducente ao certificado de alfabetizado;
- Pós-Alfabetização: nível 2, conducente ao certificado de 2º nível, correspondendo à 5ª classe;
- Nível 3, conducente ao certificado de 3º nível, correspondendo à 7ª classe.

O novo currículo dá mais atenção, além do aprender a ler e a escrever, ao desenvolvimento das habilidades para a vida.

Desafios

Os grandes desafios são:

Redução do analfabetismo

Embora se tenha verificado um aumento gradual do acesso de alfabetizandos aos diferentes programas de AEA, a taxa de analfabetismo apenas tem reduzido entre 1,5% a 2% anualmente.

O baixo índice de retenção dos alfabetizandos, nos programas, é preocupante. Os dados indicam taxas altas de desistência, mais de um terço no primeiro ano, por várias razões: fraco conhecimento dos métodos de ensino-aprendizagem e

⁴³ Fonte: INE, censos e vários inquéritos aos agregados familiares.

⁴⁴ O número é indicativo na base da informação apresentada pelas DPECs, uma vez que o sistema de recolha de dados na área de AEA não formal ainda está em fase de elaboração.

motivação dos alfabetizadores, falta de material didáctico e de leitura, grandes distâncias entre os locais de residência e os centros de alfabetização, horários incompatíveis com as actividades profissionais dos alfabetizandos, casamentos prematuros das raparigas, entre outras.

Embora não haja dados que comprovem a hipótese, poderá estar a ocorrer um retrocesso dos níveis de sucesso da alfabetização alcançados em anos passados. A falta de um ambiente literário, principalmente nas zonas rurais, e a pouca relevância dos programas para o dia-a-dia da maior parte das pessoas, poderão estar a contribuir para este fenómeno.

Coordenação e articulação entre os diferentes intervenientes

A abordagem do MINED, reflectida no PEEC, tem sido de promover a expansão das intervenções nesta área, através do apoio de parceiros externos, incluindo o sector privado.

Embora haja diferentes intervenientes, a sua contribuição é ainda limitada, principalmente devido à falta da capacidade financeira e à fraca coordenação e articulação entre eles e o Ministério. Faltam padrões mínimos e instrumentos reguladores para a avaliação e certificação dos diferentes programas oferecidos.

Ainda não foi bem estabelecida uma ligação entre o MINED e outras instituições que desenvolvem acções na área de capacitação das comunidades, como, por exemplo, ONGs que trabalham em Educação não-formal e outros Ministérios (Saúde, Agricultura, Mulher e Acção Social, entre outros).

Motivação, valorização e capacitação dos alfabetizadores

A implementação dos programas na área de AEA depende principalmente dos alfabetizadores. Muitos deles são voluntários⁴⁵ que têm baixa formação académica e não têm formação específica em AEA. Muitos alfabetizadores desistem, porque estão pouco motivados, uma vez que esta profissão é pouco valorizada e há pouco investimento na sua formação.

6.2.3 Prioridades para os próximos anos

A grande prioridade do Governo no PQG e no PARP na redução da pobreza é aumentar a contribuição dos indivíduos e das suas famílias no aumento da produtividade.

Neste contexto, o enfoque nos programas de AEA será a transmissão/aquisição de habilidades e aptidões profissionalizantes bem como para o desenvolvimento de comportamentos e atitudes socialmente positivas. Este enfoque implica uma maior atenção aos programas de educação não formal (ou formação profissional) e habilidades para a vida e empoderamento.

Assim, definiram-se os seguintes objectivos estratégicos:

- Garantir o acesso e retenção dos alfabetizandos nos programas de Alfabetização e Educação de Adultos;

⁴⁵ Alfabetizadores Voluntários – com vínculo contratual precário.

- Melhorar a qualidade e a relevância dos programas de Alfabetização e Educação de Adultos;
- Reforçar a capacidade institucional e organizativa.

6.2.4 Estratégias principais

Acesso e retenção

Serão feitos esforços na criação das condições para que jovens (a partir de 15 anos) e adultos não alfabetizados estejam suficientemente motivados para frequentarem os cursos oferecidos até obterem um nível de alfabetização necessário para beneficiar da informação escrita disponível através de várias fontes, e/ou prosseguir outros tipos de capacitações e/ou Educação formal.

Isto implicará acções de mobilização e sensibilização de todos os actores, a todos os níveis, bem como uma coordenação entre os vários (possíveis) intervenientes (fora e dentro o Governo) para aumentar e diversificar a oferta de programas de alfabetização e Educação não formal e também incentivar a retenção dos participantes.

Ao nível do sector, será promovido um maior envolvimento das Zonas de Influência Pedagógica (ZIPs) e das escolas primárias (como epicentros) e dos respectivos directores na provisão e gestão da Educação de Adultos. Os alunos do Ensino Primário e do pós-primário serão também motivados a participar e a ajudar na alfabetização dos seus familiares.

Evitar o retorno ao analfabetismo significa um maior investimento na criação de ambientes literários para estimular o desenvolvimento pessoal nos centros de AEA, nas escolas e na comunidade. Em relação a este factor, vão ser priorizadas as províncias com elevadas taxas de analfabetismo. Far-se-á uso do potencial das novas tecnologias e meios de comunicação para garantir a info-inclusão dos adultos.

Qualidade e relevância

Serão elaborados padrões de qualidade a serem observados pelos diferentes programas de ensino-aprendizagem nas áreas de alfabetização e de pós alfabetização de nível básico (incluindo aspectos curriculares, materiais, perfil e formação do alfabetizador).

Na revisão e disponibilização do currículo, de materiais didácticos, de leitura e de lazer, o enfoque será dado na diversificação do conteúdo dos programas, ligando as actividades de alfabetização a outras iniciativas que promovam o desenvolvimento das comunidades.

Os vários meios de informação (televisão, rádio, telemóveis, jornais, internet) serão usados para explorar diferentes temas abordados nos programas de AEA.

Será reforçado o papel dos Institutos de Formação de Educação de Adultos (IFEAs) na capacitação e acompanhamento dos alfabetizadores voluntários, beneficiando dos educadores profissionais formados pelos IFEAs⁴⁶.

⁴⁶ Os IFEAs formam, em primeiro lugar, educadores profissionais para a pós-alfabetização. Isto implicará evitar a colocação dos graduados dos IFEAs nas escolas primárias.

Desenvolvimento institucional

Interligar as várias iniciativas por um lado, e, ao mesmo tempo, assegurar a observância dos padrões pelos diferentes intervenientes, vai exigir um forte papel do Ministério na coordenação e a articulação dos diferentes programas de alfabetização e educação para os adultos. Isto implica um melhor alinhamento vertical e horizontal, aos níveis nacional, provincial e local, e uma coordenação intra-sectorial de esforços entre o subsector de Alfabetização e Educação de Adultos, do Ensino Primário e Secundário e do Ensino Técnico-Profissional.

Serão estabelecidos mecanismos de coordenação ao nível central e ao nível local entre os vários actores governamentais e não-governamentais, com vista a melhorar a provisão, qualidade e relevância dos programas de (pós) alfabetização.

Para apreciar, analisar, avaliar e validar os processos e resultados nas diferentes fases de implementação das Estratégias de AEA, em termos de retenção e desempenho dos alfabetizadores e alfabetizandos, será implementado um sistema de recolha e processamento de dados estatísticos referentes à educação não-formal.

6.2.5 Acções prioritárias

São consideradas as seguintes acções prioritárias:

Acesso

- Mobilizar e sensibilizar todos os actores, ao nível nacional e local, sobre a importância de ter uma população alfabetizada;
- Encorajar o aumento de oferta de vários tipos de programas na área de alfabetização e educação não formal através das seguintes acções, entre outras:
 - O encorajamento massivo dos vários agentes, movimentos e forças sociais, usando os meios de comunicação, na implementação de programas de alfabetização e educação não-formal para jovens e adultos fora do sistema;
 - O envolvimento, em coordenação com o Ministério de Defesa Nacional, de jovens a cumprir o serviço cívico através da realização de acções na área de alfabetização e educação de adultos;
 - A criação de condições para que jovens e adultos não alfabetizados estejam suficientemente motivados a frequentar os cursos oferecidos nos programas de AEA e prosseguirem com os seus estudos até aos níveis mais altos de escolaridade. Trata-se aqui de garantir que os grupos alvo beneficiem, de forma igual, das oportunidades existentes;
 - O encorajamento de capacitações de curta duração viradas para o aumento da produtividade agrícola, em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura (veja 6.4.4, pág. 89);
 - O encorajamento das diferentes oportunidades de aprendizagem de habilidades diversas viradas para o desenvolvimento social e económico do País;

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

- Criar ambientes de leitura e de uso de informação ao nível das comunidades, através das escolas primárias e dos centros comunitários de desenvolvimento de competências (veja 6.4.4, pág. 89) para evitar o retorno ao analfabetismo.

Qualidade

- Elaborar padrões de competências para garantir a qualidade dos diferentes programas oferecidos pelos diferentes intervenientes (em termos de currículos, materiais e alfabetizadores);
- Rever e harmonizar os programas oferecidos actualmente pelo Ministério da Educação na área de Alfabetização e Pós-alfabetização, com o objectivo de desenvolver um currículo único baseado em princípios de uma Alfabetização Integrada (literacia, numeracia e habilidades para a vida). Isto implica uma adaptação e alinhamento dos programas de Alfabetização e pós-alfabetização ao novo currículo;
- Conceber e implementar, em parceria com outros intervenientes relevantes, programas de habilidades para a vida (educação parental, prevenção e mitigação de HIV e SIDA, saúde materno-infantil, promoção de equidade/direitos humanos/democracia, etc.);
- Rever e implementar o currículo de formação de educadores e alfabetizadores, assegurando a integração, no Plano de Estudos, de temas transversais sobre “habilidades para a vida”.

Desenvolvimento institucional

- Reforçar a capacidade institucional e organizativa para uma implementação efectiva das acções inerentes ao subsector através das seguintes acções, entre outras:
 - A institucionalização de programas de capacitação dos alfabetizadores como uma das tarefas prioritárias dos IFEAs;
 - A recolha e processamento anual de dados de alfabetização e educação não formal através do sistema de informação estatística do sector;
- Desenvolver políticas e mecanismos de articulação entre as entidades públicas, privadas e da sociedade civil envolvidas na Alfabetização, Educação de Adultos e Educação Não Formal, para assegurar uma melhor coordenação e cobertura nacional, aproveitando todas as estruturas existentes (educativas e outras) do país, em benefício deste subsector, incluindo:
 - O estabelecimento de acordos de parceria entre o Ministério e os diferentes parceiros (aos níveis central, provincial e local) em relação à provisão de actividades na área de Alfabetização e Educação de Adultos;
 - A criação de um fórum nacional envolvendo os Movimentos de Advocacia para AEA e Educação para Todos, Comunicação Social, Empresariado, diferentes Ministérios e sociedade civil para uma melhor coordenação, articulação e acompanhamento do desempenho do subsector;
- Garantir a diversificação do financiamento da área de AEA por meio da mobilização de recursos financeiros junto dos parceiros nacionais e internacionais para assegurar o financiamento dos programas de AEA.

6.3 Ensino Secundário Geral

Objectivo geral:

Expandir, de forma equitativa e acessível, o Ensino Secundário Geral, garantindo a sua qualidade e relevância.

Objectivos estratégicos:

- Diversificar as modalidades do Ensino Secundário, assegurando o acesso equitativo, dando atenção especial às raparigas e jovens com necessidades educativas especiais;
- Melhorar a qualidade e relevância do Ensino Secundário Geral através do desenvolvimento e implementação de um currículo profissionalizante;
- Melhorar a gestão escolar.

6.3.1 Visão

O desenvolvimento deste subsector é orientado pela visão de longo prazo do Governo, que promove uma população cada vez mais educada para apoiar e sustentar o desenvolvimento do país e o crescimento da economia. Isto implica um ensino secundário geral flexível que possa responder às necessidades emergentes da sociedade moderna.

Nesta perspectiva, nos primeiros anos do Ensino Secundário Geral (ESG1), os alunos são preparados para adquirirem competências gerais na área da comunicação nas línguas portuguesa, moçambicanas e em, pelo menos, uma língua internacional bem como do uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) (objectivo de médio a longo prazo). Preparar-los-á também para dominarem a Matemática e as Ciências Naturais, conhecerem e respeitarem os valores e a cultura moçambicana e estarem preparados para uma vida social participativa saudável e para o mercado de trabalho. Espera-se que os alunos adquiram competências gerais e que sejam capazes de trabalhar em grupo e resolver problemas, preparando-se para o (auto-) emprego ou a continuação dos seus estudos no segundo ciclo ou no ensino técnico-profissional (cursos especializados ou o nível médio).

Os alunos do segundo ciclo do Ensino Secundário Geral (ESG2) vão consolidar e desenvolver os conhecimentos académicos e competências adquiridas no ESG1, num nível mais elevado, que lhes permita uma melhor integração no mercado de trabalho ou a continuação dos estudos.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

- VAMOS APRENDER
- PREFÁCIO
- RESUMO
- CONTEXTO
- VISÃO E MISSÃO
- PEEC 06-11
- PRIORIDADES
- ESTRUTURA
- PROGRAMAS

6.3.2 Estágio actual

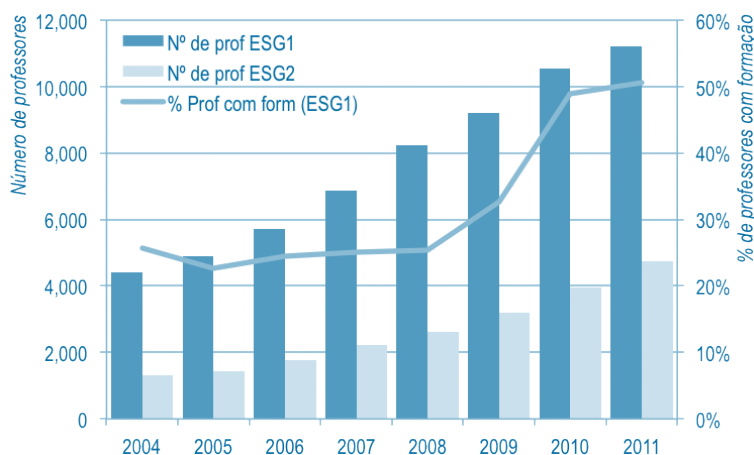
Progressos

Nos últimos 7 anos, devido ao aumento dos graduados da 7ª classe, o Ensino Secundário tem registado uma expansão marcante. O número de escolas que leccionam o Ensino Secundário Geral (ESG1) mais do que duplicou, passando de 226 escolas em 2004 para 561 em 2011, cobrindo todo o país. O número de escolas que leccionam o segundo ciclo (ESG2) triplicou, passando de 70 escolas em 2004 para 228 em 2011 (veja quadro 2, pág. 24).

O número de alunos no ESG1 cresceu de cerca de 286 mil em 2004 para cerca de 761 mil em 2011. No mesmo período, o número de alunos no ESG2 cresceu mais de quatro vezes, de 45 mil para 191 mil. A taxa bruta de escolarização no ESG1 registada em 2011 foi de 46% contra 35%, em 2007 e 21%, em 2004. No ESG2, esta taxa foi de 19% em 2011 contra 11% em 2007 e apenas 6% em 2004.

Houve, igualmente, grandes progressos em termos de equidade de género nos dois níveis do Ensino Secundário. A percentagem de raparigas passou de 41% em 2004 para 47% em 2011 (ESG1) e de 39% em 2004 para 46% em 2011 no ESG2, como se pode verificar no Gráfico 2 (pág. 26). Em 2011, existem escolas secundárias do 1º ciclo em todos os distritos do país (em 2004 o ESG1 era leccionado em 106 distritos).

Gráfico 9: Número de professores no ESG1 e no ESG2 e percentagem de professores com formação pedagógica adequada, 2004–2011 (turno diurno, ensino público)



Apesar do aumento considerável do número de graduados da 7ª classe, a taxa de transição⁴⁷ entre a 7ª e a 8ª classe tem-se mantido entre os 70-80% desde 2004 (turno diurno). Se incluirmos os turnos nocturnos, a taxa de transição sobe para

⁴⁷ A taxa de transição entre a 7ª e a 8ª classe é a relação entre o número de novos ingressos na 8ª classe no ano n (numerador) relativamente ao número de graduados da 7ª classe no ano n-1 (denominador).

cerca de 93% (2011). Estes dados mostram que a expansão do Ensino Secundário tornou possível a absorção de quase todos os graduados do Ensino Primário. Em 2010, cerca de 97 mil alunos concluíram a 10^a e quase 32 mil concluíram a 12^a classe em comparação com apenas 32 mil e 7,6 mil em 2004, respectivamente.

O Gráfico 9 mostra que, de ano para ano, mais professores foram colocados no ESG1 e no ESG2 e que o número de professores com formação pedagógica tem vindo a aumentar no ESG1.

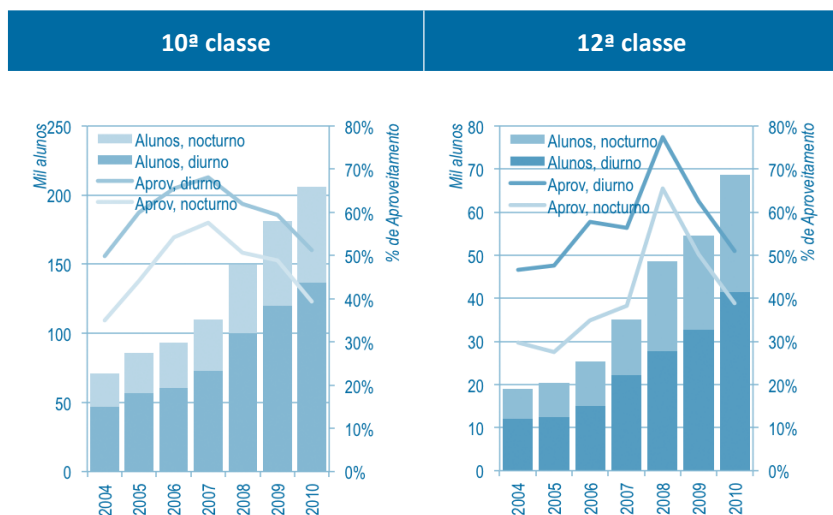
Desafios

Baixo aproveitamento

Verifica-se que, com a expansão do sistema, os indicadores de qualidade não têm acompanhado o ritmo da expansão.

Como se pode ver no Gráfico 10, a taxa de aproveitamento ainda é baixa e, depois de ter melhorado, está a voltar aos níveis de 2004. As taxas de desistência e repetição são altas: 8% e 31,4% de desistência em 2010 no ESG1 e ESG2 respectivamente e 28,2% e 15,5% de repetição para os mesmos níveis.

Gráfico 10: Graduados no ESG1 e ESG2⁴⁸ e taxas de aproveitamento, por turnos, 2004-2010 (ensino público)



Turno Nocturno

Uma grande parte dos alunos frequentando no Ensino Secundário público é absorvida no turno nocturno (em 2011, cerca de 24% no ESG1 e 36% no ESG2). Como é evidenciado no Gráfico 10, o turno nocturno é ainda menos eficiente que o diurno: as taxas de aproveitamento são mais baixas, embora a sua evolução ao

48 2008 foi o ano da introdução da reforma de exames para a 12^a classe, distorcendo as tendências dos últimos anos, particularmente no curso nocturno.

longo dos anos seja similar à do turno diurno. Ao mesmo tempo, o turno nocturno absorve parte dos escassos recursos do sector, principalmente em termos de professores e de infraestruturas. Os programas de ensino são os mesmos do curso diurno embora o tempo lectivo seja inferior.

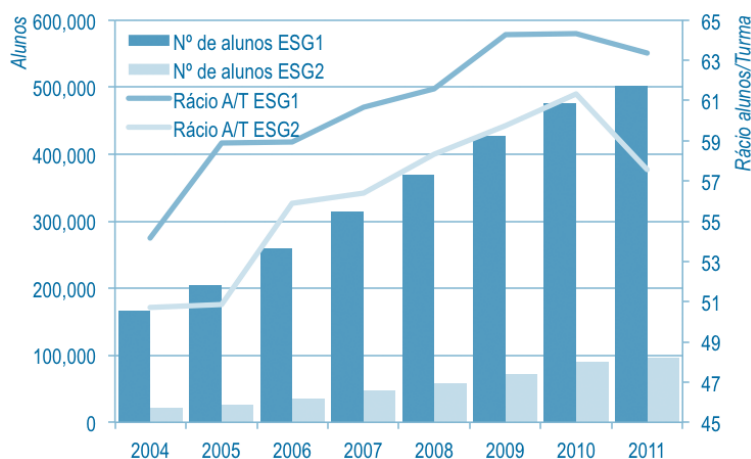
Rácio alunos por turma

O Gráfico 11 mostra que o rácio médio de alunos por turma aumentou até 2010, no ESG1 e no ESG2.

Este crescimento indica que a oferta escolar que o sistema educativo tem vindo a proporcionar aos novos ingressos no ESG, não é acompanhada pela entrada em funcionamento de novos edifícios escolares, o que pressupõe o enquadramento desses alunos nas escolas existentes, elevando, deste modo, o rácio de alunos por turma.

Acresce-se, ainda, as elevadas taxas de reprovação que se verificam no ESG ocupando o espaço de novos ingressos.

Gráfico 11: Número de alunos no ESG 1 e 2 e rácios de alunos por turma, 2004-2011 (turno diurno, ensino público)



Investimentos

Embora não se tenha informação fiável através do orçamento e do relatório de execução do orçamento, estimativas do sector indicam que a maior parte da despesa (cerca de 90%) no Ensino Secundário é destinada ao pagamento de salários. Isto significa que foram feitos poucos investimentos, principalmente em termos de equipamento (laboratórios, TICs), materiais didácticos e consumíveis. Para reverter esta situação, o sector começou recentemente a investir na compra de livros para as bibliotecas escolares, no equipamento dos laboratórios e introduziu o ADE.

Há sinais que indicam que o baixo investimento no Ensino Secundário tem tido um impacto negativo nos recursos para o Ensino Primário, particularmente em termos de reorientação das salas de aulas e de professores destinados ao Ensino Primário para o Ensino Secundário.

A avaliação do PEEC constatou que o novo currículo está a ser implementado de forma parcial, tanto por falta de recursos, bem como pela integração deficiente de temas transversais como o género e a educação inclusiva.

Absorção dos jovens no sistema educativo

Apesar das altas taxas de transição entre o EP2 e o ESG1 (da 7ª para a 8ª classe) e entre o ESG1 e o ESG2 (da 10ª para a 11ª classe) (incluindo os turnos diurno e nocturno e os ensinos público, privado e comunitário), o número de jovens que não frequentam as escolas secundárias por não terem concluído a 7ª classe ou por terem desistido ao longo da escola secundária é elevado, situação que continuará ao longo dos próximos cinco anos. Isto implica a necessidade de oferecer alternativas para este grupo alvo por via da expansão do ensino profissional e da oferta de cursos de curta duração (veja 6.4.4, pág. 89).

6.3.3 Prioridades para os próximos anos

As taxas de cobertura do Ensino Secundário ainda são muito baixas, com excepção apenas da Cidade de Maputo. As províncias mais populosas registam taxas mais baixas. É também nestas províncias que, de ano para ano, mais crianças completam o Ensino Primário, o que significa uma pressão enorme para a expansão do Ensino Secundário.

O desenvolvimento do ensino pós-primário nos próximos anos é condicionado, por um lado, pelo alcance dos objectivos na área do EP como primeira prioridade do governo para a Educação, e, por outro lado, pela necessidade de melhorar a eficácia do subsistema e o desempenho dos alunos. Isto implica uma expansão controlada, com o objectivo principal de aumentar a qualidade do ensino e assegurar a sua sustentabilidade na perspectiva de longo prazo de um ensino básico de 9 a 10 anos, através das seguintes acções:

- A expansão de oportunidades educativas através de uma maior eficiência do subsistema e do aumento da oferta por meio de outras modalidades, beneficiando da potencialidade das novas tecnologias;
- A melhoria da qualidade e relevância da Educação com o desenvolvimento e a implementação de um currículo profissionalizante;
- A melhoria da gestão e garantia de transparência do Sistema Educativo, com a promoção de parcerias público-privadas para a provisão e financiamento do Ensino Secundário.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

6.3.4 Estratégias principais

A estratégia do Ensino Secundário Geral, aprovado pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2009, define as estratégias principais para este subsector.

Expansão das oportunidades educativas

A expansão do ESG realizar-se-á, principalmente, através do aumento da eficiência interna, ou seja da redução das desistências e das reprovações, criando-se, assim, mais vagas no ensino presencial (diurno) para absorver os alunos que concluem a 7ª ou a 10ª classe. Isto requer a melhoria da qualidade de ensino e a aplicação mais rigorosa dos critérios de avaliação, de forma a aumentarem-se as taxas de aproveitamento.

Para assegurar a absorção em cada ano de mais alunos, prevê-se a reorientação do ensino nocturno e a expansão dos programas de ensino à distância beneficiando do potencial das novas tecnologias em realizarem ganhos de escala.

Uma vez que o ensino à distância e nocturno exige por mais disciplina dos alunos, ele deve ser considerado, em primeiro lugar, como uma opção para os jovens com idade mais avançada ou para aqueles que já estão integrados no mercado de trabalho. Para estes últimos, a participação dos alunos nas actividades lectivas, terá um carácter mais flexível, reduzindo o tempo de permanência na escola, pautando-se pelo ensino modular e baseado em competências.

O ensino particular é a opção para expandir o nível secundário, não apenas nas cidades, mas também nas regiões distantes dos centros urbanos. As ONGs e instituições religiosas podem ser parceiras importantes do Governo neste processo. Neste sentido, serão criadas condições para encorajar uma maior contribuição do ensino particular.

No Ensino Secundário presencial será reforçada a aplicação de critérios selectivos para a admissão na oitava classe e na décima-primeira classe, como, por exemplo, combinando os factores “menor idade”, “desempenho do aluno” e “equidade de género”. Isto implica uma estratégia eficaz de comunicação e divulgação para assegurar o cumprimento das metas pré-estabelecidas.

Ao mesmo tempo, serão exploradas, em estreita ligação com outros intervenientes, as possibilidades de expandir ainda mais cursos profissionais e/ou educativos de curta duração para jovens fora do sistema, beneficiando da rede escolar de Ensino Secundário (veja 6.4.4, pág. 89).

Melhorar a qualidade e relevância do ensino-aprendizagem

A revisão e a finalização de um currículo relevante são cruciais para melhorar a qualidade e relevância do processo de ensino-aprendizagem.

Esta revisão deverá ser feita numa perspectiva de preparação para um ensino básico de 9 a 10 anos, bem como, de maior eficácia e eficiência no uso dos recursos necessários para a sua implementação em termos de professores, infra-estruturas, equipamentos e material didáctico.



Neste sentido, a revisão curricular deverá contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem das escolas, prevendo e mobilizando recursos para melhorar as condições nas escolas em termos de disponibilidade de bibliotecas, laboratórios e salas de informática adequadamente equipadas. O currículo revisto, beneficiando das novas tecnologias, deverá promover um ambiente de ensino e aprendizagem mais interactivo, integrado e alinhado com os processos de globalização.

O MINED deverá assumir um maior controlo sobre a formação de professores para o Ensino Secundário, em parceria com as instituições de formação, como a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Será introduzido um sistema de formação em serviço para este nível de ensino.

Melhorar a gestão escolar e assegurar o financiamento do Ensino Secundário

O aumento do financiamento para as escolas secundárias, necessário para melhorar a qualidade da sua prestação, contará com uma maior participação do sector privado e dos pais e encarregados de Educação através da revisão e aumento das taxas de matrícula e propinas. Para assegurar que o aumento da comparticipação das famílias não resulte na exclusão dos mais vulneráveis, será introduzido um sistema de bolsas, observando-se os critérios de selecção e assegurando a equidade na participação em termos de género e de condição económica.

Ao mesmo tempo, os Conselhos de Escola terão de assumir um papel chave na gestão de todos os fundos destinados às escolas, garantindo a aplicação e prestação de contas de uma forma justa e transparente. Paralelamente, as Direcções Provinciais e os Serviços Distritais devem exercer a sua função de monitoria às escolas, de forma a assegurar uma gestão correcta dos fundos. A prestação de contas dos vários actores locais deve ser um processo contínuo a todos os níveis.

6.3.5 Acções prioritárias

Para expandir, de forma controlada, equitativa e sustentável, o acesso ao Ensino Secundário profissionalizante de qualidade e relevante, serão priorizadas, no domínio do acesso, qualidade e desenvolvimento institucional, as seguintes acções:

Acesso

- Observar as metas acordadas anualmente entre o MINED e as Províncias para novos ingressos, nas 8ª e 11ª classes, com base na:
 - Inclusão de alunos combinando:
 1. menor idade;
 2. melhor aproveitamento escolar na 7ª e na 10ª classe;
 3. género feminino;
 - Reorientação dos alunos com um desempenho abaixo do aceitável, de forma persistente.
- Continuar a construção e apetrechamento das escolas secundárias pequenas das zonas rurais, próximas da comunidade, com prioridade para o ESG1, através da nova abordagem de construção acelerada, obedecendo às normas estabelecidas para o atendimento de raparigas e crianças com necessidades educativas especiais;

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

- Expandir o ensino à distância, de forma sustentável, beneficiando do potencial das novas tecnologias, contribuindo gradualmente para a eliminação do 3º turno para jovens e para a transformação do curso nocturno em centros de formação e de educação contínua ou à distância;
- Promover a participação do sector privado e comunitário na provisão do ESG, através da actualização da legislação e da criação de incentivos para a abertura de escolas privadas;
- Actualizar e implementar um sistema de bolsas ou de isenção do pagamento de propinas para assegurar que aluno(a)s com mérito não abandonem a escola por razões económicas, de género, ou por outros motivos;
- Promover a regulamentação e fiscalização do autodidactismo para a integração de jovens e adultos, que se encontrem fora do Sistema Educativo, de forma a prepará-los para os exames nacionais. Isto implica:
 - A regulamentação da actividade dos explicadores;
 - A garantia da existência de material de apoio para os explicadores, tais como programas de ensino, livros, exemplares de exames, plano de estudos, etc.

Qualidade

- Tornar o currículo mais relevante e sustentável, com a perspectiva de criar bases para um ensino básico de 9/10 anos e racionalizar os recursos humanos existentes (professores). Isto implica desenvolver o currículo do ESG, em conformidade com a reforma prevista na estratégia e no plano curricular do ESG, e, entre outros, desenvolver acções que levem os estudantes, e em particular as raparigas, a optar pelas áreas de Matemática, Ciências Naturais e outras afins;
- Aumentar o tempo lectivo de 33 semanas para 40 semanas e o tempo de permanência na Escola. Isto implica uma revisão do calendário e horário escolar e o uso das TICs na gestão escolar e no processo de ensino-aprendizagem;
- Estabelecer um sistema de formação e de desenvolvimento profissional contínuo para os professores, o que pressupõe:
 - A revisão, elaboração e implementação da estratégia de formação de professores para o ESG;
 - O estabelecimento de um sistema contínuo de desenvolvimento profissional de professores (componente do ESG);
 - A definição, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior e outras, de um plano de formação inicial e em exercício de professores considerando a reforma curricular do ESG;
 - A formação de professores em componentes sobre o ensino profissionalizante;
- Garantir o acesso ao livro e a materiais didácticos, dando-se prioridade a:
 - O equipamento/apetrechamento das bibliotecas com livros escolares e outros materiais de aprendizagem, de acordo com os critérios definidos;

- O equipamento/apetrechamento dos laboratórios e salas de informática com os recursos necessários à operacionalização do currículo;
- Definir e implementar os padrões de qualidade no ensino-aprendizagem, ao nível das escolas de Ensino Secundário, no contexto do sistema nacional de monitoria/avaliação dos resultados da aprendizagem dos alunos (veja 6.6.3, pág. 102).

Desenvolvimento institucional

- Desenhar e implementar uma estratégia de formação e capacitação de gestores, nos domínios da planificação, gestão e administração escolar;
- Desenvolver um sistema de financiamento sustentável para o ESG, com a co-participação das famílias e do sector, o que implica:
 - A definição de uma estratégia de financiamento do ESG;
 - A revisão e o aumento das taxas e propinas, assegurando-se a transparência e a equidade entre as diferentes escolas;
- Consolidar e descentralizar a reforma do processo de exames, o que envolve:
 - A correcção, de forma electrónica e descentralizada (nível regional), dos exames da 12ª classe;
 - A emissão centralizada dos certificados da 12ª classe;
- Adequar os instrumentos normativos do ESG em função da necessidade de se ter um sistema mais eficaz, o que implica:
 - A revisão dos instrumentos que definem a estrutura de direcção das escolas e a carga horária dos professores;
 - O desenvolvimento dos planos de desenvolvimento das escolas como uma obrigação;
 - A revisão do sistema de remuneração dos gestores escolares, para garantir o recrutamento dos melhores;
 - A supervisão rigorosa e sistemática da observância dos instrumentos normativos.



VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS



6.4 Ensino Técnico-Profissional

Objectivo geral:

Melhorar o acesso, a relevância, a eficiência, a eficácia e a qualidade do Ensino Técnico-Profissional (ETP), visando o desenvolvimento do País.

Objectivos estratégicos:

- Aumentar o acesso e a retenção no ETP, prestando particular atenção às disparidades geográficas e de género;
- Garantir que os graduados do ETP tenham uma formação relevante e de qualidade, que responda às exigências do mercado de trabalho (formal e informal);
- Melhorar a gestão e a coordenação do sistema, envolvendo activamente o sector produtivo.

6.4.1 Visão

O ETP tem como objectivo principal contribuir para a criação de uma força de trabalho qualificada, essencial para estimular o desenvolvimento e crescimento económico do país.

Este subsistema enquadra-se na prioridade do Governo para assegurar uma melhor preparação da nova geração, para a sua participação na esfera económica, contribuindo para um maior e mais rápido desenvolvimento socioeconómico do país.

O compromisso do sector para preparar os alunos para a vida laboral, realizar-se-á através das seguintes vertentes que tocam os diferentes níveis de ensino:

1. A expansão do Ensino Técnico-Profissional garantindo a qualidade desejada e o desenvolvimento das competências necessárias e requeridas pelo mercado de trabalho, com maior enfoque para os sectores prioritários e para as indústrias emergentes;
2. O aumento do acesso ao Ensino Secundário profissionalizante, aumentando a sua qualidade e relevância (veja 6.3.1, pág. 75);
3. A criação das oportunidades de formação profissional através de cursos de curta duração (formal ou não-formal).

Este programa sectorial centra-se, principalmente, na primeira vertente (o Ensino Técnico Profissional), incluindo-se, parcialmente, a terceira (cursos de formação profissional de curta duração).

O Ensino Técnico-Profissional prepara os alunos para a transição da escola para o mundo de trabalho, através do desenvolvimento de conhecimentos e de competências para um desempenho adequado nas várias profissões. O desenvolvimento desta vertente é crucial para uma economia em crescimento, que solicita competências cada vez mais complexas e especializadas. Isto implica a criação de um ETP

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

de qualidade, que responda com graduados competentes e suficientes às diversas necessidades do sector produtivo.

Pela sua natureza e enfoque, o ETP enquadra-se no conceito mais amplo de Educação Profissional, o qual envolve como provedores o governo e outros parceiros.

A Educação Profissional inclui o ETP, sob tutela do MINED e liderado pela Direcção Nacional do Ensino Técnico (DINET), e abrange os níveis básico⁴⁹ (após a 7ª classe) e médio (após a 10ª classe). Os provedores deste tipo de ensino são públicos e privados. A Educação Profissional inclui também a Formação Profissional de curta duração, em primeiro lugar sob tutela do Ministério de Trabalho e liderada pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP). Os seus provedores são públicos e privados.

6.4.2 Estágio actual

Progressos

Foi iniciada em 2006, a reforma da Educação Profissional, com o objectivo principal de tornar o subsistema mais capacitado para as necessidades do mercado de trabalho, principalmente através de:

- A reforma institucional do sistema, potenciando a inclusão de vários intervenientes, incluindo o sector produtivo;
- O desenvolvimento de currículos baseados em padrões reconhecidos de competências;
- A melhoria das condições das instituições para uma resposta mais eficaz e eficiente, em termos de funcionamento;
- A criação de uma Comissão Interministerial da Reforma da Educação Profissional (CIREP) e da Comissão Executiva da Reforma da Educação Profissional (COREP) para a gestão e acompanhamento, numa perspectiva multissectorial e interministerial.

A reforma do subsistema começou em 2006 através do Programa Integrada de Reforma da Educação Profissional (PIREP) (projecto-piloto primeira fase da reforma) com enfoque no ETP (nível médio), monitorado e coordenado pela CIREP e COREP. Os primeiros 4 anos da reforma resultaram na elaboração de diferentes instrumentos que visam assegurar a qualidade e a relevância do ETP, ao nível médio. Estas acções são orientadas com base no Quadro Nacional de Qualificações Profissionais (com 5 níveis), no modelo para o Desenho de Padrões de Competência e Desenvolvimento dos Currículos; no Sistema de Garantia de Qualidade do Sistema de Educação Profissional, no Sistema de Acumulação e Transferência de Créditos e no Registo e Acreditação de Qualificações.

Simultaneamente, o número de alunos no ETP tem vindo a evoluir positivamente, passando de cerca de 32 mil alunos em 2004, para mais de 45 mil em 2011, a frequentarem mais de 145 instituições públicas e privadas. Estima-se que 75% dos

⁴⁹ A lei do sistema nacional de educação define os níveis elementar, básico e médio. O nível elementar já foi extinto. Ao nível básico estão sendo extintas as escolas básicas sendo substituídas pelas escolas profissionais que oferecem uma formação profissional para os graduados do Ensino Primário.

alunos frequentam as escolas básicas, 59% as profissionais e 14% o nível médio. O aproveitamento difere muito de ramo para ramo: o agrário, apresenta, de forma sistemática, o melhor aproveitamento escolar (acima dos 86%), quer no nível básico, quer no nível médio. Os cursos comerciais e industriais, sobretudo do nível básico, em ambos os turnos, apresentam as taxas de aproveitamento escolar mais baixas (menos de 60%).

Desafios

Os grandes desafios, nesta área, são os seguintes:

- Uma resposta diversificada à demanda dos sectores económicos prioritários e emergentes;
- A expansão do subsistema ETP, entendida como resposta crucial do Governo à redução da pobreza e ao aumento de oportunidades de trabalho, no sector formal e informal da economia.

Ao mesmo tempo, existe a necessidade de criar oportunidades de formação profissional para os jovens que não frequentam o sistema educativo (veja também 6.3.2, pág. 76) para melhorar a sua participação na vida laboral. O mercado de trabalho actual está dividido em três partes distintas, com demandas diferentes em termos de competências requeridas e de capacidade de absorção de novos graduados. O *sector formal* é, neste momento, limitado em número de profissões (7%) mas com sinais de crescimento, motivado pelas indústrias emergentes, mas com maiores solicitações em termos de competências de nível médio e superior. O *sector informal* cobre um maior segmento do mercado (25-30%) e exige competências básicas de comércio/ofícios e de empreendedorismo. O *sector agrário, do nível de subsistência* é o que absorve a maior parte da força de trabalho (cerca 65%) e poderá beneficiar do aumento de conhecimento básico sobre a aplicação de novas tecnologias e equipamento e ter um melhor acesso ao mercado, à terra e ao crédito.

As intervenções, neste subsector, devem ser diversificadas, tomando em consideração as especificidades dos diferentes tipos de mercado, existentes e emergentes. Ao mesmo tempo, o aumento da produtividade não dependerá, apenas, do sector da Educação, mas sim, de uma sinergia entre os vários intervenientes.

O financiamento do subsector

O ETP de qualidade envolve elevados custos. Comparativamente ao ESG e a algumas especialidades do Ensino Superior, o custo por aluno do ETP é mais alto. Apesar de ser alocado a este tipo de ensino uma parte considerável do orçamento para o sector da Educação (entre 8 a 10% em termos de orçamento do investimento⁵⁰), os fundos disponibilizados não são suficientes para garantir as condições necessárias para a introdução das reformas já iniciadas. Para a sustentabilidade financeira do ETP, assegurando-se a sua qualidade e expansão, a médio e a longo prazos, será necessário redefinir os critérios de financiamento e aumentar a contribuição do sector privado, das comunidades e das próprias famílias.

⁵⁰ Na sua globalidade é estimado que cerca de 3% da despesa do sector é destinada ao ensino técnico-profissional (2010).

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

[A formação de professores](#)

O sucesso das reformas introduzidas depende, fundamentalmente, da existência de professores qualificados. Porém, a capacidade de formar professores para este nível de ensino ainda é muito limitada. Foi elaborada uma estratégia, no contexto do projecto PIREP, cuja coordenação e governação deverá ser garantida pela articulação entre a DINET e a DNFP. A implementação dessa mesma estratégia será da responsabilidade das IESs. Para o efeito, deverá ser criado um Comité de Coordenação liderado pela DINET com a participação da DNFP, Direcção Nacional de Alfabetização e Educação dos Adultos (DINAEA) e DICES.

[A governação](#)

A dispersão de responsabilidades entre a DINET, ao nível do MINED, o INEFP, ao nível do Ministério do Trabalho, e outros Ministérios, tem levado à fragmentação da Educação Profissional, contribuindo para o insucesso na definição de prioridades e do uso racional e equilibrado dos escassos recursos da Educação Profissional e o ETP, em particular, contribuindo, assim, para a duplicação desnecessária de esforços. No contexto da reforma, está prevista a criação de um órgão regulador para a Educação Profissional, responsável pela definição das políticas, estratégias e acções prioritárias e monitoria da implementação. Neste contexto, o papel da DINET concentra-se na implementação das políticas da Educação Profissional, inerentes ao MINED, ou seja, à área de ETP.

[A gestão das instituições: a sua autonomia](#)

A melhoria da qualidade de gestão das instituições, neste sector específico, foi identificada como um dos grandes desafios para o próximo período. Por um lado, assume-se que os gestores das escolas não estão devidamente qualificados e, por outro lado, que não existe um mecanismo adequado de controlo e supervisão do trabalho que estes realizam. Prevalece, ainda, a ideia de que as questões da Educação Profissional não são devidamente atendidas pelas DPECs e pelos Governos Provinciais, se se considerar as limitações impostas à actuação e participação, em fóruns de reflexão e de decisão, dos Chefes de Repartição do ETP (RET). Impõe-se, portanto, que se dê mais autonomia às instituições, ao nível de gestão intermédia, e se passe a sua monitorização para a responsabilidade do MINED.

6.4.3 Prioridades para os próximos anos

Tomando em consideração a situação económica do país e a complexidade dos sectores envolvidos e dos mercados (o sector formal, informal e o da agricultura de subsistência), as prioridades para os anos 2012-2016 são:

- Aumentar o acesso e a retenção no ETP, prestando particular atenção às assimetrias, em termos geográficos e de género;
- Garantir que os graduados do ETP tenham uma formação relevante e de qualidade, baseada em padrões de competências reconhecidos e que respondam às exigências do mercado de trabalho formal e informal;
- Melhorar a gestão e coordenação do sistema, envolvendo de forma particular, o sector produtivo.

6.4.4 Estratégias principais

Expansão das oportunidades para a formação profissional

Relativamente ao aumento do acesso, a prioridade será dada à expansão das oportunidades para uma formação e/ou capacitação profissional dos jovens e adultos que estão fora do sistema formal, com ou sem o Ensino Primário concluído. Esta estratégia visa responder, o mais rapidamente possível, às necessidades do sector agrícola e ao mercado não-formal, que absorve, de momento, a maior parte da força de trabalho (acima de 75%). Isto implica:

- O aumento, em colaboração com outros provedores (governamentais e outros), de oportunidades de formação e capacitação profissional não formal, através de cursos de curta duração, dirigidos a jovens e adultos que se encontram fora do sistema, privilegiando o desenvolvimento das competências necessárias para o sector informal, bem como a expansão, em colaboração com os extensionistas e os programas de alfabetização, das oportunidades para participar em cursos de capacitação de curta duração, dirigidos para o sector agrícola e com o objectivo de aumentar a sua produtividade;
- A expansão da formação profissional através das escolas profissionais, com o enfoque nas zonas rurais;
- O aumento da eficiência interna do nível médio para aumentar o número de graduados de maior qualidade, através da melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e das condições de funcionamento das instituições.

Garantir a qualidade e relevância do ensino

A qualidade e a relevância deste nível de ensino serão melhoradas através da adopção de um currículo baseado em competências, desenhado com a participação do sector produtivo e considerando os vários perfis de profissionais a formar, para responderem às necessidades dos diferentes sectores de produção.

Será dado particular destaque ao nível médio, visando colmatar a procura de mão-de-obra especializada para o sector produtivo, contribuindo, assim, para o crescimento económico do país. Isto implica a consolidação da reforma iniciada com o projecto-piloto PIREP, no nível médio do ETP (pós-10ª classe), e expandi-la, gradualmente, para todos os Institutos Médios, criando-se neles as condições necessárias para o seu sucesso.

A introdução do ensino à distância, beneficiando da plataforma de *e-learning* contribuirá ainda para a melhoria da qualidade do ensino, bem como para uma diversificação e aumento da oferta de cursos especializados.

Melhorar a gestão e coordenação do sector

A maior autonomia das instituições em termos de gestão e de financiamento poderá beneficiar a qualidade da Educação. Para tal, serão criados comités de gestão, ao nível das várias instituições, envolvendo o sector produtivo como um dos beneficiários da formação e especialização da força de trabalho.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

A gestão desta área envolve outros Ministérios e parceiros do sector produtivo. Os organismos criados para este efeito (COREP e CIREP) serão institucionalizados e transformados num órgão, responsável pela política, regulação e garantia de qualidade neste subsistema do ensino.

Serão, igualmente, desenvolvidas e incentivadas parcerias com outras entidades públicas e privadas, que visam expandir, gerir e financiar este subsistema.

6.4.5 Acções prioritárias

Acesso

Constituem acções prioritárias, nesta área:

- A reabilitação e o apetrechamento das 29 instituições⁵¹ de ETP de nível médio, existentes no país;
- A criação e a construção de Escolas Profissionais, principalmente nas zonas rurais;
- A criação e a construção, com envolvimento dos governos locais, de 40 Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências, priorizando-se os distritos que não oferecem possibilidades de formação em ETP;
- A implementação de cursos de curta duração, a serem ministrados, preferencialmente, em escolas técnicas, realizados em articulação com a DINA-EA, DINES e o INEFP;
- A racionalização da oferta de cursos de formação e a definição, aos vários níveis do ETP, da pertinência dos cursos de nível básico, diurnos e nocturnos, assim como, da continuação da formação em algumas especialidades, considerando-se as suas implicações e a eventual descontinuidade dos cursos de nível básico das escolas básicas;
- O estudo da capacidade de implementação do ensino à distância, principalmente, para a formação profissional de nível médio;
- A motivação para a abertura de instituições privadas de nível médio e para a realização de cursos de curta duração;
- A aplicação de um sistema de incentivos, que vise um maior equilíbrio entre os géneros e evite a exclusão de formandos por razões económicas e por necessidades especiais.

Qualidade

Consideram-se acções prioritárias, nesta área:

- A implementação da estratégia de recrutamento, formação e capacitação de professores para o ETP, com o envolvimento das Instituições do Ensino Superior (IES), principalmente dos Institutos Superiores Politécnicos, com vista a aumentar a quantidade e qualidade dos professores formados;

⁵¹ Refere-se a 20 instituições já existentes, mais 9 instituições em reabilitação/transformação/construção neste momento e a transformação de algumas escolas básicas e profissionais em instituições de nível médio.

- A introdução de currículos baseados em padrões de competências e implementados através de um sistema modular (consolidação e expansão do projecto-piloto do PIREP) em todas as instituições de nível médio, mediante a criação das condições necessárias para suportarem a sua implementação;
- A garantia de recursos financeiros, humanos e materiais para garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- A planificação e introdução de cursos de curta duração, oferecidos em regime modular, nas instituições do ETP e nos Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências (CCDCs);
- A expansão da reforma de exames para as instituições que implementam o antigo currículo, com vista a uniformizar o sistema de avaliação, em coordenação com a Comissão Nacional de Exames, Certificação e Equivalência (CNECE);
- A garantia do controlo de qualidade do ensino, através da consolidação e expansão da implementação do Quadro Nacional de Qualificações Profissionais nas instituições de nível médio, sob liderança do órgão regulador a ser criado;
- A garantia da criação, nas escolas, de unidades de orientação profissional e vocacional e de organização de estágios.

Desenvolvimento institucional

Constituem acções fundamentais, nesta área:

- A criação de um órgão que se responsabilize pela política, regulação e garantia da qualidade da Educação Profissional;
- A atribuição de maior autonomia às instituições de nível médio, em termos de gestão, articulando-se com os mecanismos de supervisão e de controlo de qualidade ao nível central;
- A melhoria da gestão das escolas, garantindo a sua qualidade e assegurando que sejam lugares seguros e saudáveis através da:
 - Formação de gestores escolares;
 - Criação dos Conselhos de Escola para intervirem na gestão e na elaboração do plano de desenvolvimento da instituição (projecto educativo da Escola);
 - Criação de Comités de Gestão da Escola;
 - Introdução de mecanismo para a melhoria da eficiência das instituições técnicas, tais como, a definição do custo-padrão por especialidade e por escola;
- A garantia de uma melhor ligação com o sector produtivo e da sua participação na gestão escolar que implica a implementação de um sistema de registo das Parcerias Público-Privadas, sob liderança do órgão regulador a ser criado;

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

- A garantia do financiamento da Educação Profissional através de:
 - A revisão do valor das taxas e propinas, a previsão do seu aumento e diferenciação justificada, acompanhada pela introdução sistemática e transparente de um sistema de bolsas em coordenação com o Instituto de Bolsas de Estudo;
 - O reforço das parcerias com o sector produtivo, um dos maiores beneficiários da mão-de-obra melhor qualificada, através da introdução de um sistema de cobrança de impostos às empresas e aos empregadores, destinado a financiar a formação;
 - A criação de um fundo comum para o ETP, destinado ao financiamento do sector, controlado pelo órgão regulador a ser criado;
 - O reforço da produção escolar em todas as instituições.



6.5 Ensino Superior

Objectivo geral:

Promover a expansão e o acesso equitativo ao Ensino Superior com padrões internacionais de qualidade.

Objectivos estratégicos:

- Consolidar o subsistema existente, na perspectiva de melhorar a sua eficiência interna;
- Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- Reforçar a capacidade de governação, financiamento, administração e monitoria do subsistema, a todos os níveis.

6.5.1 Visão

O Ensino Superior (ES) é crucial para o fortalecimento da capacidade intelectual, científica, tecnológica e cultural necessária para i) o desenvolvimento socioeconómico do país, ii) a promoção da unidade nacional e da democracia, iii) a integração regional e cooperação internacional, iv) a protecção e sustentabilidade do ambiente.

Este papel atribuído ao ES é concretizado através da formação de técnicos superiores qualificados e da investigação científica, que conduza ao aumento da produtividade, no país. O ES tem, ainda, um papel importante na melhoria da capacidade institucional do sistema educativo, através de um conjunto de acções, que incluem a formação de professores, de gestores do sistema, principalmente para o ensino pós-primário e a investigação educacional, que promova a melhoria da qualidade e relevância de ensino, a todos os níveis.

As perspectivas de desenvolvimento do ES, em Moçambique, enquadram-se numa visão de *“Um Ensino Superior em expansão, com equilíbrio e qualidade, guiando-se, pelo princípio da democraticidade, que promova actividades produtoras de conhecimento que sejam objecto de reconhecimento nacional e internacional”*.⁵²

6.5.2 Estágio actual

Progressos

O Ensino Superior expandiu-se de forma explosiva nos últimos anos; o número de estudantes matriculados quase triplicou e o número de instituições duplicou. As instituições públicas aumentaram em 89% entre 2004 e 2010, enquanto as do ensino privado registaram um acréscimo de 163%. A rede de instituições do ES cobre, actualmente, todas as províncias do país. Houve uma diversificação acentuada de cursos de formação e de tipos de instituições. A par disto, o número de estudantes registou, também, um crescimento significativo entre 2004 e 2010, tendo passado de 15.113 para 72.636 no ensino público e de 7.143 para 28.726,

52 PEES 2011-2020.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

no ensino privado. A percentagem de raparigas subiu de 31,6% em 2004, para 39% em 2011. Globalmente, em 2010, os estudantes do ensino privado representavam cerca de 29% do total dos estudantes deste nível de ensino. O acesso às instituições públicas fora de Maputo aumentou, melhorando a equidade geográfica, em termos de oportunidades de acesso.

Os graduados do ES, como resultado da criação de mais instituições deste nível, têm vindo a aumentar, tendo passado de 2.878 em 2004 para cerca de 8.600 em 2010, o que corresponde a um crescimento na ordem dos 250%.

Foram iniciadas várias reformas destinadas à melhoria da qualidade e gestão deste subsistema. Este nível de ensino beneficiou de um aumento de recursos financeiros, conseguido através das contribuições das famílias no sector privado, bem como da melhoria do Orçamento do Estado, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. Relativamente ao orçamento total do sector, o peso do ES passou de 15% em 2005 para 18% em 2010, voltando aos cerca de 15% em 2011.

Desafios

Eficiência interna

Da avaliação do PEEC notou-se que a taxa anual de graduação (total de graduados sobre o total de matriculados) regrediu, relativamente a 2005, tanto nas IESs públicas (de 13,4% para 11,3%), como nas privadas (de 11,4% para 8,4%) o que pode denunciar uma baixa eficiência interna das IES. Outro factor a realçar foi o atraso na realização e implementação das reformas previstas para melhorar a qualidade do ES e das próprias instituições.

Recursos financeiros e humanos para as instituições

O aumento do orçamento resultou, principalmente, da criação/instalação de novas IESs, sem se preverem os recursos necessários para o seu funcionamento. Como resultado, parte considerável das instituições registou insuficiência ou mesmo inexistência de condições básicas para se garantir um ensino de qualidade, como, por exemplo, laboratórios, bibliotecas, acesso a novas tecnologias. A maior parte dos docentes do ES (67%) possui apenas o nível de Bacharelato e/ou de Licenciatura.

Relevância do Ensino Superior para o desenvolvimento do país

No país, a oferta entre cursos de ciências sociais e de ciências naturais e tecnológicas é desequilibrada. A proporção de estudantes das IESs com emprego na sua área de formação, um ano após a conclusão dos seus estudos, era inferior a 40% em 2010. A qualidade dos graduados e dos produtos de investigação está consideravelmente abaixo dos parâmetros estabelecidos ao nível regional e internacional.

6.5.3 Prioridades para os próximos anos⁵³

Foi elaborado um plano estratégico para o ES para os anos 2011-2020, com o principal objectivo de “Promover a participação e o acesso equitativos e responder às necessidades do país de uma forma dinâmica, própria de uma sociedade em desenvolvimento, através da construção e fortalecimento de instituições, com programas flexíveis, diversificados e melhor coordenados para a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, investigação e inovações relevantes, para o fortalecimento da capacidade intelectual, científica, tecnológica e cultural dos estudantes e graduados.” (PEES 2011-2020).

O grande desafio para os próximos anos, será o de assegurar a qualidade e relevância deste nível de ensino, através da consolidação do sistema existente, não deixando de se considerar, contudo, as necessidades da sua expansão, como estímulo para o desenvolvimento do país.

O orçamento para este subsistema situou-se na ordem dos 15% do total alocado ao sector de Educação. Esta percentagem situa-se dentro dos indicadores internacionais e não se prevê o seu aumento nos próximos anos.

Para os próximos cinco anos, a prioridade será dada à:

- Consolidação do sistema, através da melhoria da eficiência interna das instituições existentes, assegurando-se o seu funcionamento e a sua sustentabilidade;
- Melhoria da qualidade e da relevância do processo de ensino-aprendizagem, continuando e consolidando as reformas previstas para o período 2006-2011;
- Garantia da capacidade de governação, financiamento, administração e monitoria.

6.5.4 Estratégias principais

Consolidação do sistema

A expansão da rede de ES, na primeira fase de implementação do PEES 2011-2020, será realizada principalmente, pela criação de novos Institutos Superiores Politécnicos, pela mobilização de um maior envolvimento do sector privado e pela criação de novos programas de Educação Aberta e à Distância (EAD).

Ao mesmo tempo, a insistência na observância de critérios rigorosos de entrada e progressão dentro do sistema, incluindo o estabelecimento de limites, em termos de vagas por curso, entre outros factores, deve contribuir para a consolidação da capacidade das instituições existentes, tomando em conta a garantia da qualidade de ensino.

Uma maior eficiência interna das IESs, deverá assegurar um melhor fluxo dos estudantes, resultando, conseqüentemente, no aumento anual do número de graduados e na possibilidade de elevar o número de novos ingressos. (*Objectivo estratégico 1 do PEES 2011-2020*).

⁵³ As prioridades são organizadas conforme a estrutura e enfoque do PQG 2010-2014, e consistentes com as seis dimensões da estratégia para o Ensino Superior para os anos 2011-2020.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

Haverá ainda um aumento no acesso aos cursos nas áreas consideradas prioritárias, como engenharias, ciências exactas e naturais, saúde e agricultura. A equidade no acesso será garantida com a introdução da reforma financeira, com o aumento do número de bolsas de estudo para os cidadãos mais carentes e com melhor desempenho escolar. (*Objectivo estratégico 3 do PEES 2011-2020*).

Melhorar a qualidade e a relevância do processo de ensino-aprendizagem

A primeira acção para a melhoria da qualidade será feita através de uma maior integração dos estudantes no processo académico, o que inclui as actividades de ensino, pesquisa e extensão. (*Objectivo estratégico 5 do PEES 2011-2020*).

A melhoria da qualidade implica a observância de padrões internacionais e o controlo efectivo da sua aplicação nos programas e cursos, através da sua acreditação. Para este efeito, a prioridade será dada à consolidação das reformas iniciadas ao longo dos últimos anos, apresentadas no Plano Estratégico para o Ensino Superior 2000-2010, como sendo a implementação do Quadro Nacional de Qualificações Académicas do Ensino Superior, o fortalecimento da capacidade das Instituições melhorando, entre outros aspectos, as suas condições físicas e a utilização de novas tecnologias. Outra área a priorizar, será a da melhoria da qualidade da formação dos docentes (*objectivos estratégicos 1 e 6 do PEES 2011-2020*) através, entre outros, do estabelecimento de parcerias e de programas de investigação e de intercâmbio de docentes.

Reforçar a governação e gestão do subsistema

Melhorar a eficiência interna das IESs significa aumentar a capacidade institucional no domínio da sua gestão. Isto implica a adopção de um conjunto de acções, como a criação e a consolidação de mecanismos de eleição dos órgãos colegiais, a implementação de métodos de gestão participativa e transparente e a aplicação de um sistema eficiente de monitoria e avaliação sistemática (*objectivo estratégico 2 do PEES 2011-2020*). A coordenação deste subsistema envolve diferentes entidades com autonomia de governação.

Ao longo dos anos, foram surgindo diferentes órgãos com competências específicas na coordenação e gestão do ES, entre outros, o Instituto de Bolsas de Estudo (IBE) foi criado para gerir a atribuição de bolsas de estudo; o Instituto Nacional de Educação à Distância (INED) surgiu como instituição reguladora do ensino à distância; o Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) responsabilizou-se pelo controlo da garantia de qualidade. Existe, ainda, o Conselho do Ensino Superior (CES) e o Conselho Nacional do Ensino Superior (CNES), órgãos consultivos do MINED e do Governo respectivamente para assuntos ligados à governação do ES, bem como a Direcção de Coordenação do Ensino Superior (DICES).

Mesmo que cada um tenha o seu mandato e as suas áreas de intervenção, considera-se pertinente uma maior articulação entre os diferentes órgãos envolvidos na gestão e governação do Ensino Superior nos vários níveis.

A complexidade da governação do ES, impõe um reforço de capacidade do MINED, assegurando-se a eficiência na concepção e aplicação de métodos de gestão, fiscalização e regulação. (*Objectivo estratégico 4 do PEES 2011-2020*).

Uma melhor governação deste subsistema será apoiada pela reforma financeira das próprias instituições, promovendo-se uma maior transparência na alocação dos fundos para as diversas instituições, na base do seu desempenho (do estudante e da instituição). A implementação da reforma financeira requer um maior compromisso e cooperação entre as instituições. A par disto, requer também a implementação de outras reformas, que garantam o controlo de qualidade da oferta e a equidade no acesso, em termos geográficos, económicos e de género, através de um sistema rigoroso e transparente de atribuição de bolsas. (*Objectivo estratégico 3 do PEES 2011-2020*).

6.5.5 Acções prioritárias

Acesso (objectivos estratégicos 1 e 3 do PEES 2011-2020)

Consideram-se acções prioritárias a serem desenvolvidas:

- Expandir o acesso, considerando a necessária diminuição das assimetrias geográficas e de género através da, entre outros, mobilização das IESs para a introdução do ensino à distância (EAD), implicando uma maior articulação entre o INED e as IESs;
- Alinhar a expansão do ES com os programas de desenvolvimento do país, através da, entre outros, oferta de cursos em domínios que respondam às necessidades prioritárias do país e das províncias em quadros superiores, envolvendo os empregadores. Isto implica uma articulação com outros intervenientes e uma melhor reflexão e planificação das prioridades para os (futuros) cursos do ES;
- Assegurar equidade no acesso em termos de estudantes com bom desempenho mas numa situação de fragilidade económica através de:
 - Ampliação do volume de bolsas de estudo e outras formas de apoio social (alojamento, alimentação, etc.) para os estudantes, com base na sua capacidade económica e desempenho (no contexto da reforma financeira);
 - Garantia, pela Banca e por outros parceiros, de abertura de linhas de crédito para a formação superior;
 - Estabelecimento de infra-estruturas de facilitação de participação e aprendizagem para estudantes com deficiência;
- Assegurar as condições mínimas para o funcionamento das instituições com qualidade em termos de infra-estrutura, equipamento e financiamento para despesas correntes, com um enfoque na melhoria da oferta de serviços pedagógicos através de massificação do acesso à internet e o apetrechamento de laboratórios, bibliotecas, salas de informática, etc.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

Qualidade (objectivos estratégicos 1, 5 e 6 do PEES 2011-2020)

As principais acções a desenvolver são:

- Melhorar a oferta de serviços pedagógicos, através de implementação do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES);
- Promover o uso de metodologias de aprendizagem baseadas em competências e exigências, centradas no estudante, incluindo incentivos para o desenvolvimento de projectos de inovação pedagógica;
- Implementar o Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA) e do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior (QUANQES);
- Responsabilizar as IESs pela especialização técnica e científica do seu corpo docente mediante o desenvolvimento e implementação de um plano de formação, exequível e monitorizado;
- Assegurar que as IESs cumpram um padrão mínimo nas condições de trabalho para os seus docentes;
- Promover, nas IESs, uma cultura de pesquisa com relevância local, nacional e internacional.



Desenvolvimento institucional (objectivos estratégicos 2, 3, e 4 do PEES 2011-2020)

As grandes acções para reforçar a capacidade institucional são:

- Melhorar a governação através de, entre outros:
 - Melhoria da capacidade de gestão e planificação, monitoria e avaliação do ES;
 - Estabelecimento de mecanismos de articulação entre a DICES e outros organismos do Estado (direcções provinciais e distritais) e as IESs;
 - Apoiar o desenvolvimento de uma gestão descentralizada e participada em que intervenham, directa ou indirectamente, os diferentes actores através de órgãos colegiais democraticamente eleitos;
- Assegurar a regulação e fiscalização das IESs através da implementação da Inspeção do Ensino Superior, integrada no sistema geral de inspecção, entre outros mecanismos, e assegurar o controlo do funcionamento das IES, garantindo a aplicação das normas de licenciamento de IESs;
- Implementar o Sistema de Informação do Ensino Superior (SIES);
- Garantir o financiamento dos IESs através de:
 - Estudo e operacionalização de mecanismos de geração de novas fontes de receitas próprias ao nível das IESs;
 - Criação de fundos específicos para a investigação dentro do sistema de ES, que inclua, entre outros, a criação de centros de consultoria em todas as IESs, que regulem todas as acções de consultoria feitas por professores, a título individual⁵⁴;
 - Implementação da reforma financeira que garante o financiamento do ES, público e privado, a médio prazo, através de bolsas de estudo;
- Fortalecer o IBE na gestão e financiamento das bolsas de estudo;
- Garantir o funcionamento pleno do CNAQ, em colaboração estratégica com outros actores-chave, tais como o INED e as Ordens dos Engenheiros, dos Médicos e dos Advogados, entre outros.

⁵⁴ Assim poder-se-ia se criar um mecanismo que estimule o pessoal académico a trabalhar como consultores, num contexto legítimo. O rendimento dos serviços de consultoria ficaria para a IES, que depois poderia dar incentivos à equipa que fez a consultoria mas mantendo parte do rendimento para financiar melhoramentos da própria IES. Estudantes poderão ser envolvidas nas consultorias, o que seria benéfico para o seu desenvolvimento profissional. Resultados relevantes das consultorias poderão ser utilizados no programa de ensino. Assim muitas entidades beneficiarão e existirá uma fonte de autofinanciamento.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS



6.6 Desenvolvimento Administrativo e Institucional

Objectivo geral:

Fortalecer a gestão e a governação da administração do sistema educativo aos vários níveis, particularmente nos distritos, com vista a melhorar a qualidade de prestação dos serviços, em todo o país.

Objectivos estratégicos:

- Estimular o desenvolvimento e a gestão dos recursos humanos;
- Assegurar a observância de padrões e indicadores de qualidade da educação;
- Harmonizar e reforçar os processos e instrumentos de planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação do sistema.

6.6.1 Visão

O programa Desenvolvimento Administrativo e Institucional tem como principal objectivo a criação de um sistema administrativo para a gestão do Sistema Educativo, com maior eficácia e eficiência. Uma melhor gestão é crucial para assegurar o acesso aos serviços educativos de qualidade, para todos os cidadãos.

A gestão do sector integra-se no ciclo nacional de planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação (POEMA). O desenvolvimento, nesta área, integra-se nas reformas ao nível do sector público do país.

O desenvolvimento do sector público parte de uma visão holística em relação ao conceito de “*boa gestão*” que incorpora: i) a descentralização do poder na tomada de decisões e de gestão, ii) a profissionalização do sistema e dos seus funcionários, e iii) a transparência e a responsabilização na alocação e aplicação dos recursos disponíveis.

6.6.2 Estágio actual

Progressos

Ao longo dos últimos anos, os progressos observados foram apoiados pelo aumento da capacidade institucional do sistema, principalmente na área de planificação e gestão financeira. O sistema beneficiou-se da introdução de várias reformas no sector público, destacando-se a descentralização, a introdução de e-SISTAFE e uma maior eficácia da área de cooperação.

O aumento de capacidade institucional promoveu a melhoria da execução financeira. O volume executado quase triplicou entre 2005 e 2010, passando de cerca de 7 mil milhões de Meticais para cerca de 20 mil milhões de Meticais (veja Gráfico 4, pág. 28).

Em 2011, quase metade dos fundos do sector estão sob controlo directo dos distritos. O sector coloca ainda fundos directamente nas diferentes instituições beneficiárias (apoio directo às escolas primárias, secundárias, técnicas e IFPs).

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

O novo modelo de programação, implementado desde 2009, facilita uma melhor harmonização dos diferentes processos e instrumentos de POEMA e está a contribuir para a melhoria do diálogo entre as diferentes unidades orgânicas envolvidas.

Desafios

Tal como revelou a avaliação externa ao PEEC 2006-2010/11, permanecem, ainda, grandes desafios para o futuro, principalmente na área de gestão e desenvolvimento de recursos humanos, particularmente ao nível dos distritos. Torna-se, portanto, necessário aprofundar e simplificar os procedimentos para melhorar a eficiência dos funcionários na gestão do sistema. Uma melhor comunicação e divulgação da informação interna e externa, através das potencialidades das novas tecnologias, merecem mais atenção.

A grande preocupação com a qualidade dos serviços educativos é pela falta de um sistema integrado para o acompanhamento, monitoria e avaliação da qualidade da Educação, que harmonize os vários instrumentos existentes e as diferentes componentes que garantam a qualidade do Sistema Educativo e assegurem uma monitoria de desempenho, a partir das instituições de ensino.

Para além disto, há, ainda, uma fraca ligação entre a planificação anual ao nível do sector e a implementação das estratégias principais, que beneficiam de uma planificação e orçamentação multianual. Falta, ainda, a utilização da informação disponível no contexto do processo de planificação e monitoria estratégica, para traduzir os objectivos e estratégias principais em acções concretas, de forma a responder à situação concreta de uma província e/ou distrito.

6.6.3 Prioridades para os próximos anos

O enfoque deste programa para os próximos anos é o de profissionalizar a gestão do sistema administrativo, garantindo uma melhor prestação de serviços aos cidadãos.

Uma gestão mais profissional, visando alcançar melhores resultados, implica considerar vários elementos como: a existência de recursos humanos, motivados e competentes para operar e gerir administrativamente o sector, a adopção de sistemas integrados que facilitem uma programação coerente das actividades, a existência de padrões de qualidade e a observância de um maior rigor na sua aplicação.

Neste contexto, as prioridades estratégicas, para os próximos anos, são:

- O desenvolvimento (da gestão) dos recursos humanos;
- A observância de padrões e indicadores de qualidade da Educação;
- A harmonização e a integração dos processos e instrumentos de planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação (POEMA).

Uma vez que a cada ano mais responsabilidades e fundos são transferidos para os distritos e para as próprias instituições de ensino, a prioridade será dada ao aumento da capacidade dos SDEJTs na gestão e monitoria do sistema educativo.

6.6.4 Estratégias principais

O aumento da capacidade institucional já foi um dos três objectivos principais dos planos estratégicos anteriores.

Nos próximos anos, o sector continuará a implementação e consolidação das reformas já iniciadas nesta área.

Desenvolvimento (da gestão) dos recursos humanos

Numa perspectiva da gestão descentralizada do sistema educativo, a gestão dos recursos humanos para a maior parte do sistema educativo está sob responsabilidade dos distritos, assumindo as tarefas de contratar, pagar os salários, e monitorar o desempenho dos professores. Isto exige muito mais capacidade profissional dos funcionários neste nível, bem como uma melhor articulação entre os níveis central, provincial e local. Foi já elaborada uma estratégia nacional de gestão e desenvolvimento de recursos humanos para o sector da educação, que vai ser implementada ao longo dos próximos anos.

As linhas estratégicas propostas interferem, directamente, nos subsistemas de gestão de recursos humanos e abrangem outros sistemas (e/ou subsistemas) transversais reflectindo-se nas seguintes vertentes:

- Promoção da gestão integrada de recursos humanos, em termos de recrutamento, selecção, contratação, progressão e avaliação;
- Formação, capacitação, motivação e retenção do pessoal docente e não docente;
- Garantia de meios (incluindo meios tecnológicos de informação e de comunicação) e de condições (infra-estruturas, bem como sistema de incentivos) para a promoção da eficiência, eficácia e bem-estar no local de trabalho (facilitando a gestão do sistema, bem como o processo de aprendizagem);
- Implementação de uma Política de Apoio Social, com enfoque na mitigação do HIV e SIDA.

A observância de padrões e indicadores de qualidade da Educação

Actualmente o sector apresenta uma organização do trabalho orientado para o cumprimento de tarefas e menos para os resultados, de acordo com os objectivos individuais e de equipa ou da instituição. Os serviços educativos beneficiar-se-ão da integração e observância de padrões e indicadores de qualidade, nos diferentes níveis do sistema, acompanhando e encorajando um melhor desempenho do aluno, das instituições educativas e do sector na sua globalidade.

Isto implica, por um lado, a necessidade da elaboração e implementação de um Sistema integrado de Monitoria e de Avaliação da Qualidade da Educação em Moçambique (SAQEM), respeitando padrões e normas acordados por todos os intervenientes. Será também importante reforçar o sistema de controlo e de inspecção, bem como o seguimento da informação, produzida pelo Sistema de Monitoria e Avaliação.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

Já existem diversos documentos que orientam para a melhoria de serviços de educação com qualidade, como por exemplo, a Política Nacional de Educação, os planos estratégicos (sub-) sectoriais, os planos curriculares, Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias (OTEOs) e regulamentos de ensino. Existem, ainda, várias fontes de informação (dados estatísticos, informação financeira e de recursos humanos, de exames, de estudos por amostragem, etc.), que alimentam os diferentes processos de monitoria e avaliação, sendo a supervisão integrada, a inspecção e o controlo interno, os processos de avaliação.

O SAQEM pretende integrar, consolidar e refinar estes diferentes instrumentos, processos e informações existentes e transformá-los num todo abrangente e coe-rente.

O SAQEM produzirá informação, com base em diagnósticos, para acompanhar a implementação das actividades educativas e informar sobre as medidas correctivas ao nível do sector, da instituição e/ou do aluno. A disponibilização desta informação vai facilitar a prestação de contas e a responsabilização dos actores envolvidos na implementação do sistema.

A conceptualização e elaboração de um sistema integrado de avaliação e monitoria da qualidade de educação é um processo a ser desenvolvido a longo prazo. Assim, preconiza-se para os próximos anos, um enfoque nos seguintes aspectos:

- O estabelecimento gradual de padrões e indicadores de qualidade para todos os níveis de funcionamento do sector, começando pelas escolas primárias (trabalho em curso);
- O desenvolvimento de mecanismos e instrumentos de avaliação e de diagnóstico da aprendizagem dos alunos, em contexto de sala de aula, (com prioridade para o ensino básico), simples e exequíveis, para a tomada de medidas correctivas que se revelem necessárias, para o desenvolvimento das competências requeridas pelos alunos;
- O desenvolvimento de mecanismos e instrumentos de avaliação e diagnóstico institucional aos vários níveis do sistema educativo;
- A consolidação dos sistemas de acreditação, qualificações e certificação ao nível do ensino pós-primário;
- O aumento do controlo interno e o reforço do papel de inspecção até ao nível dos distritos.

Considerando a importância dada a este assunto, foi criada uma nova Direcção Nacional de Gestão e Garantia de Qualidade cuja vocação é estimular uma cultura institucional virada para a melhoria permanente dos serviços prestados pelas unidades orgânicas e instituições de ensino a todos os níveis, desde o central até à escola⁵⁵.

A criação desta nova Direcção reforça as responsabilidades das outras instituições e/ou unidades orgânicas como o INDE (acompanhamento e avaliação do desempenho dos alunos), a DIPLAC (levantamento estatístico), o CNECE (exames), o CNAQ, entre outras.

55 Referência ao “Roteiro da Gestão e Garantia da Qualidade”, Doc. 2.2.1/CC/MINED/2011.

Harmonização e integração dos instrumentos e processos de POEMA

Em 2009, foi introduzido no sector um novo modelo de programação, por níveis de ensino. Este modelo facilita:

- A visualização das estratégias e acções prioritárias de desenvolvimento do sector, por nível de ensino;
- A visualização da transversalidade de áreas-chaves como sendo os assuntos transversais, a educação especial, a formação dos professores, o ensino à distância, entre outras;
- A contabilização da despesa do sector, por nível de ensino e tipo de intervenção;
- A identificação das responsabilidades para a planificação, implementação e monitoria das acções prioritárias do sector.

Uma maior harmonização dos processos de POEMA irá garantir uma melhor relação entre os instrumentos e processos de planificação, de orçamentação, de execução, de monitoria e de avaliação anuais e de médio prazo, o que permitirá uma melhor equidade na alocação dos recursos às diferentes entidades e programas.

Está previsto para os próximos anos, a consolidação e o refinamento deste processo de harmonização, considerando principalmente:

- A melhoria da integração dos assuntos transversais, incluindo a prontidão do sector para responder a situações de emergência nos processos de POEMA, visando assegurar uma cobertura nacional e a sua sustentabilidade;
- O reforço da recolha, divulgação e uso da informação no ciclo de POEMA anual e multianual;
- A promoção de uma maior transparência e equidade na aplicação e utilização dos recursos disponibilizados, que implica um enfoque maior no controlo interno e na inspecção.

6.6.5 Acções prioritárias

As actividades nestes programas respondem aos três objectivos estratégicos, a saber: i) o desenvolvimento (da gestão) dos recursos humanos, ii) a observância de padrões e indicadores de qualidade, e iii) a harmonização dos processos e instrumentos de POEMA⁵⁶.

Desenvolvimento (da gestão) dos recursos humanos

Nesta área, importa considerar:

- A promoção de uma gestão integrada de recursos humanos, em termos do seu recrutamento, selecção, contratação, progressão e avaliação, considerando:
 - A implementação, no sistema, de rotinas para o recrutamento, selecção, contratação, remuneração, promoção e manutenção do pessoal docente e não docente;

⁵⁶ Na estrutura programática adoptada pelo sector, que também está reflectida no Orçamento do Estado, estes três objectivos poderão ser considerados em termos de i) aumentar o acesso a serviços de qualidade (através de desenvolvimento dos recursos humanos), ii) melhorar a qualidade do ensino (através de observância dos padrões), e iii) reforçar a capacidade institucional (na área de POEMA).

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

- O desenvolvimento de um programa informático, que abranja todas as rotinas de gestão de recursos humanos, complementar ao já existente no sector público;
- A introdução do concurso documental, para a selecção e contratação dos directores das escolas;
- A implementação do sistema de avaliação dos recursos humanos (docente e não docente) na base de competências e desempenho, em conformidade com o SIGEDAP;
- O controlo das cargas horárias do pessoal para assegurar a racionalização do tempo de trabalho dos professores e gestores do sistema (incluindo o controlo das horas extras);
- A implementação do controlo das cargas horárias dos professores no sistema integrado de monitoria, ao nível das escolas;
- A formação, capacitação e motivação do capital humano, através:
 - Da elaboração de planos de formação plurianuais e do desenvolvimento de modalidades de acesso ao conhecimento, com particular atenção para a capacitação na área de POEMA;
 - Da priorização da capacitação dos directores das escolas, na área de gestão escolar;
 - Da garantia da ligação entre a formação/capacitação e a progressão na carreira, em função das necessidades do sector;
 - Do desenvolvimento da formação de directores, técnicos de educação, técnicos de recursos humanos, técnicos financeiros e de educadores;
 - Do desenvolvimento e da implementação de um plano de aquisição e assistência técnica, com vista a complementar a capacidade actual da instituição;
- A garantia de meios, incluindo os de comunicação, e das condições para a promoção da eficiência, eficácia e bem-estar no local de trabalho, o que passa pela:
 - Construção, reabilitação, equipamento e manutenção das infraestruturas de administração do sector, priorizando os SDEJTs;
 - Expansão de redes e sistemas de comunicação electrónica entre as várias unidades do sector, com prioridade para as DPECs e para os SDEJTs, nos níveis de ensino pós-primário, com o enfoque na melhoria da gestão do sistema e do processo de ensino-aprendizagem;
 - Introdução de um processo, sistemático e transparente, de premiar o desempenho dos funcionários;
- A implementação de uma Política de Apoio Social, que priorize a mitigação e o apoio do HIV e SIDA, permitindo:
 - A promoção da integração sociocultural dos professores;
 - O aumento do apoio à saúde, combate ao HIV e SIDA e outras doenças crónicas e degenerativas e a aplicação das políticas de assistência social, no local de trabalho;

- O desenvolvimento de mecanismos de promoção dos direitos sociais e humanos.

Observância de padrões e indicadores de qualidade

Nesta área mostra-se pertinente priorizar as seguintes acções:

- O desenvolvimento de padrões e indicadores de qualidade:
 - Para as escolas e para as diferentes entidades (ao nível central, provincial e distrital) envolvidas na prestação de serviços educativos, começando pelas escolas primárias;
 - Adequados aos edifícios e aos diferentes tipos de escolas, incluindo a demarcação e a “titularização” dos espaços educacionais, bem como a criação de condições para o fácil acesso às instituições, por parte das pessoas com deficiência;
 - A configuração e implementação de um Quadro Nacional de Acreditação, Qualificações e Certificações, quer ao nível de ensino formal, quer ao nível do não formal, com enfoque no ensino pós-primário (ensino técnico-profissional e superior);
- A elaboração de instrumentos de avaliação e monitoria, considerando:
 - A finalização do conceito do Sistema integrado de Avaliação da Qualidade do Ensino em Moçambique (SAQEM);
 - A melhoria no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem na sala de aula, assegurando a sua institucionalização como um apoio sistemático ao professor;
 - A monitorização e a avaliação do desempenho do sector;
 - A consolidação da reforma dos exames e da certificação;
- A melhoria do controlo interno e da inspecção através:
 - Da promoção de uma supervisão integrada, a partir das próprias instituições;
 - Do estabelecimento e reforço/criação das unidades de controlo interno e de inspecção, ao nível das províncias e dos distritos, através da formação e capacitação, bem como apetrechamento e equipamento dos locais de trabalho;
 - Da garantia de seguimento dos casos de desvios reportados.

Harmonização dos processos e instrumentos de POEMA

Nesta área, as acções prioritárias a considerar são:

- A melhoria da integração dos assuntos e áreas transversais, incluindo a resposta do sector às situações de emergência nos processos de POEMA, para assegurar uma cobertura nacional, coerente e sustentável, através:
 - Da integração dos assuntos de equidade de género;
 - Da integração das actividades de HIV e SIDA nos programas-chave do sector;
 - Da actualização e integração das acções de emergência, no ciclo anual de POEMA;

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

- Do desenvolvimento e implementação da estratégia de produção e alimentação escolar;
- Da elaboração da política e de estratégias a adoptar no EAD;
- Da garantia de funcionamento dos Centros de Recursos para o Ensino Especial;
- O reforço da recolha, divulgação e o uso da informação disponível, no ciclo de POEMA, através:
 - Da actualização do sistema de informação (dados estatísticos) com base nas recomendações do estudo diagnóstico;
 - Da expansão da utilização da Carta Escolar;
 - Do incentivo à realização de pesquisas na área da Educação, beneficiando das experiências locais, nacionais e internacionais;
 - Da apresentação e divulgação da informação em formatos apropriados, que facilitem a sua utilização;
- A promoção de um maior rigor e transparência na aplicação e utilização dos recursos disponibilizados, através da:
 - Implementação de um sistema de contabilidade, que facilite a monitoria da execução financeira por acções/actividades (orçamentação e execução financeira);
 - Simplificação e harmonização dos procedimentos internos de planificação, gestão financeira e processos de aquisições;
 - Alocação de recursos humanos e financeiros por programa e por escola/instituição ao nível do distrito e da província, com base em critérios claros, que garantam mais equidade e eficácia na sua aplicação (ao nível do sector);
 - Garantia de uma melhor comunicação, divulgação e disponibilização da informação-chave do sector, em relação às políticas, estratégias, regulamentos e procedimentos a adoptar;
- Assegurar o alinhamento dos processos de POEMA ao nível do sector, com os processos nacionais, considerando:
 - A garantia e o alinhamento dos vários instrumentos de POEMA com os princípios de orçamentação por programa, previamente estabelecidos;
 - O aumento da capacidade do sector, a partir da base, na área de POEMA;
 - A melhoria do processo de planificação, orçamentação e monitoria a partir da base, através, entre outros, do estabelecimento das metas locais para atingir os objectivos principais do sector.

7. Arranjo institucional da implementação

O sucesso do PEE será determinado pela qualidade e eficiência da sua implementação, orientada pelos seguintes princípios:

- Os planos e orçamentos anuais construídos a partir do plano operacional da estratégia e estruturados conforme a nova abordagem de programação por nível do ensino;
- As responsabilidades (mandatos) dos diferentes intervenientes na gestão e implementação dos programas do sector, cada vez mais descentralizadas;
- O seu financiamento garantido através dos fundos do Estado, dos parceiros externos (nacionais e internacionais), das contribuições das comunidades, dos pais e dos encarregados de Educação;
- O enfoque da monitoria e avaliação na implementação do plano no desempenho da escola e dos alunos.

A implementação vai depender, sobretudo, do compromisso de todos para com os principais objectivos do sector. Isto implica um entendimento partilhado por todos os envolvidos sobre a visão e missão do sector e as prioridades e estratégias para os próximos anos. Neste contexto, a estratégia de comunicação e divulgação do plano estratégico será crucial.

7.1 Plano e orçamento anual

Todos os anos, em finais de Dezembro, o Plano Económico Social (PES) e o Orçamento Anual do Estado (OE) são aprovados na Assembleia de República. O plano e orçamento do governo e do sector são elaborados a partir dos distritos, na base das linhas orientadoras do Plano Quinquenal do Governo, bem como do Plano Estratégico do sector da Educação e do Cenário Fiscal de Médio Prazo (veja Quadro 1, pág. 10).

A planificação de actividades e do respectivo orçamento para o ano seguinte passa por um processo de preparação, que começa com a análise das acções desenvolvidas no ano anterior e no ano corrente. O ciclo anual de planificação inicia em Janeiro, com a elaboração do Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) do ano anterior. Segue-se o levantamento estatístico de 3 de Março que estabelece o ponto de partida, em termos de efectivos escolares, do ano corrente.

De Março a finais de Junho, o plano e orçamento são elaborados ao nível das províncias e distritos, e ajustados de acordo com os limites comunicados pelo Ministério de Finanças até 31 de Maio.

Em Julho, o MINED conclui a elaboração do Plano do Sector (PES), na sua globalidade, incorporando as propostas das províncias e das suas diferentes unidades orgânicas. Enquanto a proposta do PES apresenta as actividades do sector no país,

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

o orçamento destina-se às diferentes Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs)⁵⁷. De acordo com o ciclo de planeamento público em vigor, o PES e o OE devem ser submetidos ao MPD/MF até 31 de Julho.

Depois do Plano e Orçamento serem submetidos à Assembleia de República, são operacionalizados através do Programa de Actividades do sector, a partir do Plano Operacional que consta num documento separado, e reflecte e especifica as grandes acções de sector para serem implementados no período de 2012-2016.

7.2 Mandato do sector da educação

As responsabilidades do sector são assumidas pelos vários intervenientes em função de quatro grandes actividades, a saber:

- Educação e formação;
- Investigação e desenvolvimento curricular;
- Gestão e planificação⁵⁸;
- Controlo, supervisão e regulação.

Estas actividades são da responsabilidade do MINED e das instituições a ele subordinadas ou tuteladas, bem como, pelos órgãos locais, ou seja, as províncias, os distritos, os municípios e as próprias instituições de ensino, em particular. O Plano Operacional, especifica as responsabilidades para cada uma das entidades envolvidas na planificação, implementação e monitoria (supervisão e controle) das diferentes actividades.

Ao mesmo tempo, são envolvidas, neste processo, entidades externas como outros Ministérios, o sector privado, bem como vários outros parceiros nacionais e internacionais.

7.2.1 O Ministério de Educação (MINED)

O MINED é o órgão central do aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e mandato definidos pelo Governo, planifica, coordena, dirige e desenvolve actividades no âmbito da Educação. O Ministério tem a responsabilidade de elaborar, planificar e orçamentar as grandes políticas e estratégias do sector e estabelece padrões e normas, tendo em conta as prioridades do Governo para o sector, assegurando a alocação eficiente e eficaz de recursos financeiros e humanos, garantindo equidade e qualidade.

Nesta perspectiva, o nível central tem um papel importante no acompanhamento e monitoria da implementação das estratégias e na avaliação do seu impacto, em termos de melhoria do seu desempenho.

Segundo o novo Estatuto Orgânico, aprovado pelo Ministério da Função Pública em Maio de 2011, o MINED está estruturado em 19 Direcções e Departamentos e tem quatro instituições subordinadas e quatro tuteladas.

⁵⁷ Actualmente, estas unidades são o MINED, as DPECs, as IESs e outras instituições tuteladas, e os SDEJTs, através das Secretarias Distritais.

⁵⁸ Inclui a gestão e desenvolvimento dos recursos humanos do sector.

7.2.2 Órgãos locais

Os órgãos locais, as DPECs, SDEJTs e os Municípios têm como responsabilidade principal a implementação dos programas do sector e devem elaborar os planos e definir as metas, de acordo com as políticas e estratégias gerais do sector, assegurando a sua integração nos planos e orçamentos anuais dos governos locais.

Nesta perspectiva, a sua participação e contribuição para a formulação de políticas e estratégias nacionais é crucial, uma vez que estes órgãos têm conhecimento da realidade local e têm a responsabilidade de garantir uma implementação eficaz e eficiente das políticas e estratégias definidas.

As Direcções Provinciais de Educação e Cultura (DPECs)

As DPECs têm como principal papel, a harmonização e monitoria dos planos e orçamentos anuais dos distritos e da província na sua globalidade, contribuindo para o alcance dos objectivos nacionais do sector da Educação, reduzindo as disparidades e iniquidades entre os distritos e as diferentes instituições de Educação.

Têm, ainda, a responsabilidade de acompanhar e harmonizar o trabalho na área de formação dos professores, com enfoque na formação em serviço, em estreita ligação com os IFPs, as delegações da UP e o Ministério, e de monitorar o funcionamento dos SDEJTs.

As DPECs também são responsáveis pela planificação, implementação e acompanhamento das actividades na área de Cultura. Para isso, estão em contacto directo com o Ministério da Cultura.

Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJTs)

No contexto da descentralização das responsabilidades e recursos financeiros, os distritos têm a responsabilidade de assegurar o funcionamento do Sistema Educativo, a partir da base.

Eles são responsáveis por planificar e orçamentar as actividades dos distritos na área de Educação. A gestão de recursos humanos, em todas as escolas do distrito, é da responsabilidade dos governos distritais, implementada pelos SDEJTs⁵⁹. Estes desempenham um papel-chave no acompanhamento dos processos de ensino-aprendizagem ao nível das diferentes instituições do ensino, com particular atenção para o Ensino Primário, o Ensino Secundário e os programas de Alfabetização e Educação de Adultos.

Os SDEJTs devem, ainda, desenvolver actividades nas áreas da juventude, desporto, ciência, tecnologia e cultura.

Os Municípios

De acordo com a Lei dos Órgãos Locais, os Municípios devem responsabilizar-se pelo financiamento e pela gestão das escolas primárias, observando as regras estabelecidas para a gestão dos recursos do sector público. No entanto, este processo ainda está a ser implementado.

⁵⁹ Neste momento, os SDEJTs ainda não são UGBs, o que dificulta o processo de planificação e orçamentação, bem como a sua gestão. Uma vez que a despesa para a Educação absorve grande parte do orçamento do distrito, está prevista uma solução a partir de 2013.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

Em 2011, foi iniciada a transferência das competências de gestão das escolas primárias para o Município da Cidade de Maputo. Este processo será estendido aos restantes Municípios do país, nos próximos anos.

Embora não exista uma acção directa em termos de monitoria e supervisão dos municípios pelo MINED, os Municípios têm obrigações na implementação e monitoria dos Planos do Governo. No caso da transferência de fundos (externos) disponibilizados ao sector e alocados aos Municípios, será estabelecido um Memorando de Entendimento para garantir a observância das regras que guiam a sua aplicação.

Ao nível das instituições educativas

As escolas estão sob responsabilidade dos Serviços Distritais e, no futuro, também dos Municípios, em termos de gestão. O seu funcionamento é regido pelo documento “Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias” (OTEOS), no que respeita aos aspectos ligados à organização, administração e gestão escolar.

Para facilitar o acompanhamento e a supervisão dos programas e reforçar a capacidade das escolas, foram criadas as Zonas de Influência Pedagógica (ZIPs) que são um agrupamento de escolas, geralmente entre 4 e 10, localizadas próximas umas das outras. Uma das escolas, geralmente a mais desenvolvida, muitas vezes uma EPC, torna-se a Sede e o seu director o Coordenador da ZIP. As ZIPs, inicialmente criadas para efeitos de formação em serviço dos professores, constituem uma rede de colaboração entre escolas vizinhas. O seu papel na monitoria do desempenho da escola será reforçado, como referido em 6.1.6, pág. 64.

Os pais e encarregados de educação, bem como as famílias e as comunidades, desempenham um papel importante na provisão de uma Educação de qualidade. A sua participação na gestão da escola, através dos Conselhos de Escola é crucial, pois garantem uma ligação mais directa entre a escola e a comunidade.

As IESs têm autonomia administrativa e financeira e negociam o seu orçamento directamente com o Ministério das Finanças. O sector está a negociar uma autonomia similar para as Instituições de Ensino Técnico-Profissional de nível médio. A gestão destas escolas será feita através da criação dos Comitês de Gestão de Escola (veja 6.4.4, pág. 89).

7.3 Modalidades de financiamento

O orçamento do PEE é considerado na sua globalidade e financiado por diferentes fontes: i) fonte interna, financiada pelas receitas fiscais e pelo apoio directo ao OE; ii) fonte externa, que inclui projectos bilaterais, apoio sectorial através do fundo comum (FASE) e das contribuições das várias organizações não-governamentais; iii) receitas geradas ao nível das escolas e instituições (contribuições directas dos pais e encarregados de Educação, através de propinas⁶⁰, produção escolar, etc.); e iv) contribuições do sector privado (como provedor ou outro) e das comunidades (contribuições indirectas como sendo a construção e manutenção de salas de aula, alojamento para o professor...).

Para os próximos anos, o FASE continuará a ser o mecanismo preferencial para a canalização dos fundos externos para o sector.

⁶⁰ Para o Ensino Pós-Primário.

7.3.1 Fonte interna

A fonte interna financia a maior parte da despesa do sector de educação (cerca de 80% em 2011) nomeadamente os salários do pessoal docente e não docente e os bens e serviços para o funcionamento das instituições. Uma parte considerável do orçamento interno para o investimento financia a contribuição do Governo nos projectos bilaterais de investimento que ainda exigem comparticipação do governo.

7.3.2 Fonte externa

Para os próximos anos, a contribuição anual da fonte externa é estimada em cerca de 20-25%⁶¹ da despesa do sector. Cerca de 75% destes fundos externos provêm de 12 parceiros bilaterais e multilaterais (2011) e são canalizados através do Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE).

O incremento da canalização dos fundos externos através do FASE, no período do PEEC, contribuiu para a previsibilidade do financiamento externo ao sector. Contribuiu, também, para o aumento da capacidade interna do sector, no que concerne à gestão financeira, incluindo a área de aquisições e o desenvolvimento de planos e orçamentos anuais.

Os projectos bilaterais, através dos créditos dos Bancos de Desenvolvimento, bem como das consignações dos parceiros bilaterais, continuam a ser orientados, sobretudo, para as áreas do Ensino Superior e do Ensino Técnico-Profissional, assim como, para grandes construções como os Institutos de Formação de Professores e algumas escolas secundárias.

As ONGs (nacionais e internacionais), cujos fundos, na maior parte dos casos, não estão inscritos no Orçamento de Estado, contribuem, principalmente, para o financiamento de actividades ao nível das escolas, bem como para as áreas de alfabetização e do desenvolvimento da primeira infância.

7.3.3 Receitas próprias⁶² (monetárias ou em espécie)

O governo adoptou uma política de Ensino Primário gratuito para todos e por isso, não há cobrança de taxas e/ou propinas neste nível do ensino. O Estado fornece livros e apoio directo às escolas para garantir o seu funcionamento e responsabiliza-se, também, pela compra de materiais didácticos. Isto não significa que os pais ou as famílias não possam contribuir voluntariamente para o financiamento das escolas. Estas contribuições são bem-vindas e encorajadas, mas não devem ser entendidas como obrigação ou condição de acesso à escola.

O ensino pós-primário não é gratuito, o que significa que há cobrança de taxas e/ou propinas. Estes valores são considerados receitas próprias e devem ser inscritos no OE. Para aumentar o volume de receitas próprias, principalmente o das Escolas Técnicas e dos internatos e lares, é encorajada a produção escolar.

Todas as receitas (monetárias ou não) devem ser contabilizadas ao nível das escolas e reflectidas no seu orçamento e plano das actividades, e essa informação deverá ser acessível ao público para assegurar uma gestão correcta e transparente.

61 No período da implementação do PEEC 2006-2010/11 o peso da fonte externa na despesa foi de cerca de 30%.

62 Ao nível das instituições.

7.3.4 Contribuição do sector privado

Durante a implementação do PEEC (2006-2010/11), a parceria com o sector privado intensificou-se, principalmente no contexto da implementação da reforma da Educação Profissional, mas também, em termos do seu contributo à provisão de serviços educativos através do estabelecimento de escolas privadas, da construção de edifícios, da disponibilização de equipamento e materiais escolares e de bolsas de estudo.

Nos próximos anos, será encorajado um maior envolvimento do sector privado como provedor, através de pacotes de incentivos a elaborar. Ao mesmo tempo, beneficiando do crescimento do sector formal da economia, serão exploradas oportunidades para obter mais benefícios dos programas de responsabilidade social das grandes empresas.

Para além do acima exposto, a parceria com o sector privado, principalmente ao nível da ETP e do ES, será reforçada na perspectiva de uma melhor ligação entre a Educação e o mundo do trabalho, contribuindo para uma formação mais relevante para a economia e, ao mesmo tempo, promovendo um maior atendimento aos estudantes e aos graduados, por parte do sector formal da economia.

7.4 Monitoria e avaliação

A implementação do Plano Estratégico é um processo fluido, que responde a diferentes factores internos e externos, nem sempre previstos na sua concepção. Por isso, é importante assegurar a sua monitoria e avaliação contínua.

Para uma melhor planificação, orçamentação e implementação a curto e a longo prazo deve-se aprender das experiências do passado, reflectindo sobre onde estamos e para onde queremos ir, verificando os objectivos e as prioridades concebidas, avaliando os obstáculos para a sua continuidade.

A monitoria e avaliação dos resultados da implementação do plano são igualmente importantes para a justificação da utilização dos fundos públicos investidos no sector. No contexto moçambicano, muito dependente do apoio externo, o sector da Educação tem a responsabilidade de prestar contas, não apenas à sociedade, através de entre outros canais, da Assembleia da República, mas também, aos parceiros internacionais que financiam o sector, os quais, por sua vez, também têm de apresentar contas aos seus Parlamentos.

A monitoria e avaliação da implementação do PEE são feitas aos diferentes níveis, envolvendo diferentes actores, e na base de um conjunto de indicadores e metas acordadas.

7.4.1 Acompanhamento e supervisão da implementação das intervenções do sector

Melhorar o desempenho do sector nos próximos anos, implica um acompanhamento mais próximo e regular das instituições onde decorrem as actividades concretas, pelas entidades responsáveis pela sua gestão (conforme as atribuições dos diferentes intervenientes envolvidos na implementação do plano estratégico veja 7.2, pág. 110).

Isto requer uma supervisão cada vez mais descentralizada, existindo para tal vários instrumentos reguladores do acompanhamento e da supervisão (ou seja monitoria) do sistema educativo, que serão reforçados pelo estabelecimento de padrões e indicadores de qualidade (veja 6.6.4, pág. 103).

Continuarão a ser disponibilizados fundos e instrumentos ao nível provincial e distrital, para facilitar a supervisão integrada⁶³ e o acompanhamento da implementação dos programas do sector até ao nível da escola.

A descentralização e a melhoria da gestão dos recursos humanos deverão contribuir para o aumento da capacidade ao nível local e para um melhor acompanhamento e supervisão dos processos educativos. O fortalecimento do papel dos Conselhos de Escola vai facilitar, ainda, um acompanhamento do desempenho da Escola pelos pais e pelas comunidades beneficiárias.

7.4.2 Monitoria e avaliação do desempenho do sector

A monitoria e a avaliação do desempenho do sector fazem parte de um processo integrado de avaliação e monitoria conjunta entre o MINED e os seus parceiros externos, incluindo a sociedade civil. Este processo integra-se na monitoria da implementação do PARP, pelo Governo e os seus parceiros de apoio programático.

A monitoria e a avaliação conjunta são feitas com base numa matriz estratégica. Esta matriz é parte integrante do PEE e consta em anexo a este documento. A matriz segue a estrutura de programação ao nível do sector (veja 5.1, pág. 39) e apresenta indicadores de resultado para cada um dos objectivos gerais e estratégicos do sector (por programa sectorial). Ao mesmo tempo, a matriz estratégica identifica as acções prioritárias a serem implementadas, ao nível dos programas sectoriais.

Através da matriz estratégica, o sector monitorará anualmente a implementação das acções prioritárias e o seu impacto em termos do alcance dos principais objectivos do sector.

No contexto do processo de monitoria e avaliação conjunta, o MINED produzirá, anualmente, um relatório sobre os progressos em termos da realização dos objectivos gerais e estratégicos do sector, bem como da implementação das acções prioritárias que constam na matriz estratégica. A fonte principal são os dados estatísticos do sector, os balanços internos e as supervisões integradas.

Anualmente, será produzida uma apreciação do progresso do sector no ano anterior (n-1) com recomendações para o ano seguinte (n+1), baseado no relatório do MINED e complementado pelas visitas de supervisão (conjuntas), estudos, pesquisas, entre outros.

63 Uma supervisão integrada parte da perspectiva de que o desempenho do aluno e da escola é influenciado por vários factores, pedagógicos e não pedagógicos, que devem ser considerados em conjunto.

Esta apreciação será a base para o diálogo⁶⁴ entre o MINED e os seus parceiros, através de:

- **A Reunião Anual de Revisão (RAR)** (Março/Abril), onde se discutem os progressos feitos e os desafios do sector com o objectivo principal de estabelecer uma agenda de diálogo para os próximos anos;
- **Grupos de Trabalho (temáticos)**, onde se discutem as áreas específicas, com o objectivo de i) se alcançar consensos sobre as estratégias principais para melhorar o desempenho do sector, e ii) se aumentar a capacidade estratégica do Ministério;
- **Grupo Conjunto de Coordenação (GCC)**, com o objectivo de facilitar a coordenação entre o MINED e os seus parceiros e assegurar o acompanhamento das recomendações produzidas na Reunião Anual de Revisão;
- **Visitas conjuntas de monitoria**, com o objectivo de verificar a situação no terreno, em termos da implementação e impacto.

No último ano da implementação do PEE será feita uma avaliação externa para verificar o grau de implementação do PEE e a eficácia das estratégias desenvolvidas, com o objectivo principal de nortear o próximo plano estratégico.

7.4.3 Envolvimento dos níveis subnacionais

No contexto da monitoria e avaliação do desempenho do sector, será dada, ao longo dos próximos anos, uma atenção particular à participação das províncias e distritos, principalmente no contexto da harmonização dos processos de Planificação, Orçamentação, Execução, Monitoria e Avaliação (veja 6.6.5, pág. 105). Isto implica, entre outras acções e em primeira instância, a tradução dos indicadores principais em metas por províncias e, posteriormente, por distritos, para facilitar uma planificação, orçamentação e monitoria orientada para uma resposta mais adequada à situação de cada uma das províncias⁶⁵.

7.4.4 Monitoria da implementação do Memorando de Entendimento⁶⁶ do FASE

A aplicação dos fundos externos ao sector, canalizados através do Fundo Comum FASE, é orientada pelo Memorando de Entendimento (MdE) do FASE que especifica os procedimentos para este efeito e promove o uso dos mecanismos nacionais na área de planificação, orçamentação, gestão e monitoria.

Nesta perspectiva, o MdE prevê a monitoria da sua aplicação, integralmente em consonância com o ciclo do POEMA ao nível do sector, como já indicado. Além disto, o MdE estipula uma auditoria externa sobre a contribuição dos fundos externos e a sua aplicação.

O acompanhamento da implementação do MdE de FASE é feito através do Grupo de Trabalho de Planificação e Gestão Financeira (GTPGF).

⁶⁴ Os Termos de Referência do Diálogo entre o Ministério e os seus Parceiros estão, neste momento, em revisão. O que está indicado é a base da nova estrutura que pode incluir ainda outros elementos.

⁶⁵ Os dados estatísticos mostram claramente as diferenças entre as províncias e os distritos, que as médias nacionais normalmente ocultam. Para melhor responder às especificidades de cada província e distrito, será importante ter metas estabelecidas ao nível sub-nacional.

⁶⁶ Neste momento, está em revisão o Memorando de Entendimento (MdE) do FASE. É esperado que o novo MdE entre em vigor a partir de 2012.

7.5 Plano de acção de combate à corrupção

Ao nível do Governo foi elaborada uma Estratégia Global Anticorrupção para o período 2006-2010, com o objectivo principal de melhorar a prestação de serviços públicos ao cidadão e desenvolver um ambiente favorável ao crescimento do sector privado.

Neste contexto, o sector da Educação elaborou o seu plano de acção com enfoque nas áreas problemáticas, em termos de risco de corrupção, como sendo a área de avaliação (exames, testes), certificação, matrículas, a distribuição gratuita do livro escolar, a gestão financeira e aquisições. Ao mesmo tempo será dada atenção à melhoria da gestão de reclamações.

As acções para o combate à corrupção não são apenas repressivas, mas passam por uma sensibilização e realização de eventos como palestras, estudo da legislação da função pública, concursos de redacção e estabelecimento de parcerias com outras instituições.

Nos próximos anos, o sector concentrar-se-á na consolidação das medidas tomadas ao longo dos últimos anos da implementação do plano de acção nas áreas a seguir referidas.

No âmbito do processo de exames e de certificação

Continuação da criação de condições de segurança dos exames e correcção dos mesmos, de forma eficaz e objectiva, recorrendo à leitura óptica, diminuindo o número de intervenientes no seu processo e na criação de condições para a emissão de certificados em tempo útil e com alto grau de segurança em todos os níveis do ensino (veja também 6.6.5 na pág. 105).

No âmbito do processo de distribuição do livro escolar de distribuição gratuita

Desenvolvimento dos níveis de transparência do processo de distribuição do livro escolar de distribuição gratuita (1ª à 7ª classe), reduzindo o número de intervenientes, realizando campanhas sobre a conservação dos mesmos (veja também 6.1.6 na pág. 64).

No âmbito do processo de matrículas

Continuação da implementação das campanhas de informação ao público sobre o processo de matrículas, distribuindo gratuitamente a todas as escolas e à sociedade em geral, no fim de cada ano, folhetos e calendários com informações sobre o processo de matrículas.

No âmbito da gestão financeira e orçamental

Realização de inspecções e auditorias às instituições educacionais, com vista a conferir maior transparência e responsabilização à contratação de empreitadas de obras públicas, fornecimento de bens e serviços ao Estado e à utilização devida do bem público.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

No âmbito da gestão das reclamações

Divulgação da informação sobre a existência de livros e caixas de reclamações nas instituições da educação, sua importância e garantia de sigilo da informação fornecida.

As petições, reclamações e sugestões enviadas pelos utentes, assim como aquelas que pela natureza possam ser tratadas localmente, são reportadas aos órgãos locais, Inspeções das DPECs, com a recomendação de investigar e propor soluções para, posteriormente, se proceder à sua monitoria até à conclusão do processo.

7.6 Estratégia de comunicação e informação

O sucesso da implementação do PEE dependerá, em grande parte, do entendimento partilhado de todos os intervenientes sobre os objectivos, prioridades, reformas e mudanças propostas, para assegurar o seu envolvimento e mobilização na fase de implementação.

Para este efeito, este plano será acompanhado por uma estratégia de comunicação e informação, que focalizará as mensagens nas seguintes principais questões:

- O que queremos atingir ao nível do sector nos próximos anos (objectivos principais)?
- Por que é que estabelecemos estas prioridades e enfoques (justificação da priorização)?
- O que é que muda em relação à situação actual?
- O que é que temos que fazer para um melhor desempenho, no futuro?

Nesta perspectiva a estratégia de comunicação e informação concentrar-se-á nas implicações específicas do funcionamento do sistema educativo no dia-dia (*o que deveremos fazer de forma diferente e/ou melhor?*).

As mensagens serão orientadas para os vários grupos alvos, internos e externos ao sector, usando diferentes meios para a sua divulgação. Além da produção e distribuição do próprio documento do plano, serão produzidos brochuras e organizadas campanhas de informação, destinados aos alunos e pais, às escolas e aos níveis administrativos do sector sobre assuntos específicos. Será actualizado o Website do Ministério (www.mined.gov.mz), introduzindo uma página interactiva para o diálogo com o público sobre o plano e a sua implementação.

O apetrechamento do sistema administrativo até aos distritos com novas tecnologias, contribuirá para uma melhor comunicação entre os diferentes níveis de administração, facilitando uma melhor gestão e monitoria do sistema e da implementação do plano estratégico. A comunicação e diálogo interno ao nível do próprio Ministério serão ainda reforçados através dos grupos de trabalho, estabelecidos ao nível dos programas sectoriais.

8. Custos da implementação

8.1 Modelo de custeamento⁶⁷

No contexto da elaboração do PEEC, foi desenhado um modelo de custeamento. Este modelo estima os custos da implementação do plano, ligando: (i) a evolução histórica, em termos de execução financeira, bem como, dos efectivos de alunos, professores, etc.; (ii) as projecções das mesmas para os anos seguintes; e (iii) os pressupostos em termos de metas dos indicadores de resultado e de produto, considerando os custos unitários dos diferentes programas.

Este modelo de custeamento foi usado para a elaboração de um plano financeiro em linha com as prioridades e opções estratégicas reflectidas neste plano, bem como com o estado actual do sector e o tempo real necessário para que as reformas possam ter impacto num desempenho mais positivo do sector. Este plano financeiro toma em consideração as previsões macroeconómicas em termos de recursos disponíveis para os próximos anos.

8.2 Previsões financeiras de médio-prazo

Foram elaborados dois cenários. O cenário 1 estima o nível de financiamento para os próximos anos, baseado nos seguintes parâmetros macroeconómicos⁶⁸ reflectidos no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) actual:

- Um crescimento económico anual (PIB) estável em torno dos 7%;
- Uma inflação controlada de cerca de 6%;
- Uma despesa do Estado fixada em 33% do PIB;
- Um peso para a educação no OE fixado em 21%⁶⁹.

O cenário 2 assume um orçamento acima das previsões actuais do CFMP. Com base nos mesmos parâmetros macroeconómicos, esse cenário implica uma alocação de 25% para a educação no total da despesa pública prevista. Os parâmetros principais são apresentados no Quadro 11.

Durante o período da implementação do plano anterior (PEEC 2006-2010/11), o sector beneficiou do aumento de financiamento para a implementação dos seus planos anuais. O crescimento das despesas nos anos anteriores facilitou o crescimento do sistema da educação em termos de alunos, professores e edifícios. Contudo, o sistema educativo ainda está numa fase de expansão, principalmente no centro e norte do País.

67 Um modelo de custeamento apenas fornece uma estimativa, com base numa série de pressupostos. Deve-se ter alguma cautela na interpretação dos valores, uma vez que os pressupostos poderão mudar durante a implementação por várias razões: os valores observados em termos de crescimento real dos efectivos; o orçamento e a sua execução anual, bem como as mudanças em termos de custos unitários ou outras necessidades urgentes que poderão surgir com tempo.

68 Fonte: PARP 2011-2014, GoM.

69 Apesar de peso no orçamento se ter situado em cerca de 18-19%, ao nível da execução orçamental, da despesa, o peso situou-se entre 21 e 23%.

O financiamento de um sistema em expansão requer, anualmente, mais recursos para a sua manutenção. Num contexto de escassez de financiamento, isto implica a necessidade de priorizar, com maior rigor, as actividades a serem realizadas, de ser mais eficiente no uso dos recursos existentes, beneficiando entre outros, das oportunidades das novas tecnologias para fazer economias de escala e explorar fontes alternativas adicionais para o financiamento do sector.

O desenvolvimento de novas parcerias assim como o desenvolvimento económico e o potencial das indústrias emergentes poderão, a médio e longo termo, contribuir para o aumento das receitas do Estado e consequentemente, para o sector da Educação.

Quadro 11: Previsões financeiras para o período 2012-2016, baseadas na execução de 2010 e no orçamento para 2011 (em milhões de MT, 2010)

Parâmetros Macroeconómicos	Despesa ¹	Orçamento ²	Projeções ³				
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Deflator do PIB	12,7%	9,5%	7,2%	5,6%	5,6%		
Crescimento do PIB (em %)	7,2%	7,5%	7,9%	7,8%	7,8%	7,8%	7,8%
Câmbio MT/USD	33	32	30	30	30	30	30
% da despesa pública em relação ao PIB	31,8%	33,0%	32,8%	32,8%	32,8%	32,8%	32,8%
PIB	323.585	346.883	372.899	402.476	434.001	468.070	504.812
Recursos públicos	99.364	110.482	123.011	131.819	142.144	153.302	165.336
Recursos para a educação (Cen 1)	20.908	23.239	25.866	27.709	29.870	32.204	34.721
% para a educação na despesa pública	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Fonte Interna	16.584	18.347	20.496	22.493	25.200		
Fonte Externa	4.324	4.892	5.371	5.216	4.670		
Percentagem da Fonte Externa	26,1%	26,7%	26,2%	23,2%	18,5%		
Recursos para a educação (Cen 2)			27.506	30.346	33.660	37.314	41.334
% para a educação na despesa pública			22,4%	23,0%	23,7%	24,3%	25,0%
Fonte Interna			22.135	25.130	28.990		
Fonte Externa			5.371	5.216	4.670		
Percentagem da Fonte Externa			20%	17%	14%		
Diferença entre o Cenário 1 e 2	MT		1.640	2.637	3.790	5.110	6.613
	USD (30 MT/USD)		55	88	126	170	220

1 Fonte: REO 2010.

2 Fonte: Orçamento de Estado, 2011.

3 Informação macroeconómica para 2012-2016 baseada nas previsões macroeconómicas (DNO, 2011). Informação da componente externa baseada na informação dos parceiros de cooperação.

8.3 Pressupostos

As despesas do sector da educação são determinadas principalmente pelo número de alunos no sistema, que determinam o número de professores, de escolas, salas de aula, livros, materiais didácticos necessários para garantir a prestação dos serviços educativos, através das metas estabelecidas para os indicadores de acesso e de qualidade, bem como da capacidade institucional. A definição das metas é determinada pelas prioridades e enfoques das políticas educativas.

8.3.1 Os efectivos

Quadro 12: Indicadores principais com impacto directo nos efectivos no sistema (alunos e professores)⁷⁰

Pressupostos			2010	2016	
				Cen1	Cen2
Admissão	1ª classe	6/7 anos	70%	85%	
		Total	175%	125%	
	Transição 5ª/6ª		65%	75%	
	Transição 7ª/8ª		69%	69%	75%
	Transição 10ª/11ª		59%	54%	65%
Eficiência interna	Taxa média de aproveitamento	EP1	85%	90%	
		EP2	87%	89%	
		ESG1	73%	78%	
		ESG2	74%	80%	
	% de graduados sobre o total de alunos (anual)	ETP-médio	18%	25%	
		Ensino Superior (público)	13%	15%	
	Taxa média de reprovação	EP1	8%	6%	
		EP2	6%	6%	
		ESG1	22%	10%	
		ESG2	17%	10%	

70 Fonte: Modelo de custeamento do sector da educação, MINED, versão Junho de 2012.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

CUSTOS

Pressupostos			2010	2016	
				Cen1	Cen2
Percentagem dos alunos absorvidos por diferentes modalidades de ensino	Ensino Primário	Público diurno	98%	98%	
		Público nocturno	1%	0%	
		Privado	1%	1%	
		Comunitário	1%	2%	
	Ensino Secundário Geral 1	Público diurno	65%	65%	
		Público nocturno	24%	10%	
		Público à distância	1%	10%	
		Privado	3%	5%	
		Comunitário	7%	10%	
	Ensino Secundário Geral 2	Público diurno	51%	50%	
		Público nocturno	36%	22%	
		Público à distância	0%	10%	
		Privado	5%	10%	
		Comunitário	8%	8%	
	Ensino Técnico-Profissional	Público	38%	65%	60%
		Comunitário	49%	25%	30%
		Privado	13%	10%	10%
	Ensino Superior	Público	72%	68%	71%
		Privado	28%	32%	29%
	Eficiência na utilização dos professores (escolas públicas e comunitárias)	Rácio alunos/professor	EP1	63	56
EP2			35	56	
AEA			15	30	
Rácio alunos/turma		EP1	50	48	
		EP2	52	48	
		ESG1	64	55	50
		ESG2	61	55	50
		ETP básico	35	30	
		ETP médio	35	30	
Carga horário média semanal por professor		EP2	21	24	
		ESG1	21	24	
		ESG2	15	20	

As metas reflectidas no Quadro 12 determinam o número de alunos no sistema. Como se pode verificar no Quadro 18 (na pág. 128), para os próximos anos, em ambos os cenários, o sector continuará a crescer em todos os níveis de ensino, mas de forma menos rápida do que nos anos anteriores, com excepção do Ensino Primário do segundo grau (EP2) e dos programas de alfabetização e educação não-formal.

Comparativamente ao primeiro cenário, o segundo, prevê um crescimento mais rápido nos níveis de ensino do pós-primário, na alfabetização e educação de adultos e no ensino pré-escolar.

As metas propostas traduzem-se em taxas brutas de escolarização crescentes como se pode verificar no Quadro 13. Estas taxas confirmam um aumento na participação, sobretudo no Ensino Primário do 2º grau.

Quadro 13: Taxas brutas de escolarização, 2010 (valores observados) e projecções por cenário

Grupo Etário de referência	Níveis	2010	Cen1	Cen2
6-10 anos	EP1	136%	132%	132%
11-12 anos	EP2	77%	99%	99%
13-15 anos	ESG1	46%	50%	54%
16-17 anos	ESG2	19%	25%	30%
16-17 anos	ETP Médio	1%	2%	2%
Número de estudantes/ 1000 habitantes	Ensino Superior	3 (2009)	4,4	5

O crescimento ao longo dos próximos anos, em termos do número de alunos, resultará, principalmente, do aumento da eficiência interna do sistema. Anualmente, mais alunos transitam para a classe seguinte devido à redução das taxas de reprovação e de desistência. O Cenário 1 prevê uma manutenção das taxas de transição entre os diferentes níveis de ensino (com a excepção do ESG2), enquanto o Cenário 2 prevê um aumento das taxas de transição entre a 7ª e a 8ª classe, bem como entre a 10ª e a 11ª classe (veja o Quadro 12).

O aumento do número de professores é influenciado pelo aumento do número de alunos, bem como pelas melhorias nos rácios de alunos por professor.

8.3.2 Custos unitários das acções prioritárias do sector

No Quadro 14 pode-se verificar as metas e os custos unitários das acções prioritárias do sector. Está previsto uma racionalização dos professores, em termos de categoria por nível de ensino.

Em relação ao programa *Livro Escolar* está prevista uma redução do número de títulos para o EP2, para acomodar o livro de ensino bilingue, no EP1. Mesmo assim, pode-se verificar que o custo do livro por aluno no EP2 é muito mais elevado do que no EP1.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

CUSTOS

Quadro 14: Determinantes dos custos das intervenções principais do sector

Programas principais		Metas			Custos unitários (em MT)		
		Cen1	Cen2		Cen1	Cen2	
		2010	2016	2016	2010	2016	2016
Professores							
EP1	N5	8%	0%				
	N4	61%	70%				
	N3	31%	30%				
EP2	N5	3%	0%				
	N4	33%	40%				
	N3	64%	60%				
ESG1	N3	72%	60%	53%			
	N2	14%	30%	37%			
	N1	14%	10%	10%			
ESG2	N3	25%	15%	0%			
	N2	26%	35%	45%			
	N1	49%	50%	55%			
Livros e equipamento					Por aluno		
EP1	Nº de títulos	33	36		93	72	
EP2	Nº de títulos	32	28		271	192	
ESG1	Outros				12	17	14
ESG2	Outros				12	17	14
ETP	Outros				18	41	27
Financiamento das escolas (ADE)					Por aluno		
EP					106	129	150
ESG					73	75	90
ETP					405	450	600
Bolsas					Por bolsa		
ESG1			10%	20%	662	662	
ESG2			10%	20%	860	860	
ETP			10%	20%	1.290	1.290	
Lanche escolar					Por lanche		
EP1		4%	5%	10%	12		
Construção (acelerada)					Por sala de aula		
EP		880	1.400	3.000	601.977	662.859	662.859
ESG		157	200	400	850.200	901.104	901.104
ETP		50	50	50	1.046.400	852.801	852.801

Está previsto um aumento no financiamento directo às escolas, através do programa *Apoio Directo às Escolas*. O aumento para o Ensino Primário deverá incluir uma componente de apoio às crianças mais vulneráveis. No caso do Ensino Secundário e técnico-profissional, este valor compensa o baixo investimento nos livros e materiais didácticos.

Está igualmente previsto um aumento da meta de construção de salas de aulas, relativamente aos números actuais. A redução do custo unitário no ensino técnico está ligada ao enfoque na construção de centros comunitários, de forma descentralizada.

Relativamente ao Cenário 1, o Cenário 2 considera um aumento de fundos para financiamento directo às escolas e para bolsas de estudo, para as escolas secundárias e técnico-profissionais, bem como um aumento da cobertura do programa lanche-escolar para o Ensino Primário e do número de salas de aulas a construir.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

CUSTOS



8.4 Despesa prevista por programa sectorial e tipo de despesa

O Quadro 15, apresenta o orçamento por níveis de ensino e para as principais intervenções do sector. Como se pode observar, o Ensino Primário permanece prioritário em termos de alocação de recursos, apesar de uma ligeira descida face aos outros níveis de ensino, em particular o ensino técnico-profissional.

Quadro 15: Custos previstos por nível de ensino e para as principais intervenções⁷¹ do sector (valores em milhões de MT, 2010)

Despesa por nível de ensino	2010 ¹		2016				Δ Cen 1 -> 2
	Valor	Em %	Cen 1	Em %	Cen 2	Em %	
Ensino (Pré-) Primário	12.944	56,7%	18.394	52,8%	20.498	49,1%	11,4%
Alfabetização e Educação de Adultos	321	1,4%	393	1,1%	519	1,2%	32,1%
Ensino Secundário	4.064	17,8%	7.223	20,7%	9.127	21,9%	26,4%
Ensino Técnico-Profissional	786	3,4%	2.031	5,8%	3.158	7,6%	55,5%
Ensino Superior	3.112	13,6%	4.999	14,3%	6.274	15,0%	25,5%
Desenvolvimento administrativo e institucional	1.611	7,1%	1.796	5,2%	2.169	5,2%	20,7%
Totais	22.839	100,0%	34.836	100%	41.745	100,0%	19,8%
Tipo de despesa							
Salários e remunerações	16.232	71,1%	24.999	71,8%	27.990	67,1%	12,0%
Construção, reabilitação e equipamento	1.791	7,8%	1.746	5,0%	3.168	7,6%	81,5%
Ensino à Distância ²	51	0,2%	222	0,6%	225	0,5%	1,3%
Prevenção HIV e SIDA/ protecção social ³	793	3,5%	1.309	3,8%	2.181	5,2%	66,6%
ADE, Financiamento institucional, livros e materiais didácticos ⁴	3.856	16,9%	6.412	18,4%	8.023	19,2%	25,1%
Formação de Professores (inicial)	54	0,2%	69	0,2%	69	0,2%	0,0%
Desenvolvimento de recursos humanos e Institucional ⁵	62	0,3%	79	0,2%	89	0,2%	12,7%
Totais	22.839	100,0%	34.836	100,0%	41.745	100,0%	19,8%

71 Os valores observados e projectados são indicativos. Alguma cautela é necessária na interpretação da informação por programa, uma vez que o sistema financeiro (e-Sistafe) ainda não prevê uma orçamentação por programa para o orçamento de funcionamento (mais de 50% do orçamento) do sector.

Pode-se ainda verificar no Quadro 16 e no Quadro 17, que o custo por aluno aumenta em todos os níveis de ensino, com maior destaque para o ETP, enquanto o custo por aluno, no ensino à distância, diminui devido a economias de escala.

Quadro 16: Custo por aluno por nível de ensino (em Meticals)

Custo por aluno		2010	2016		Diferenças	
			Cen1	Cen2	2010/ Cen1	Cen1/ Cen2
Ensino Primário	Pré-primário		121	225		86%
	EP1	1.969	2.484	2.796	26%	13%
	EP2	3.840	4.064	4.400	6%	8%
	FP	14.793	21.509	21.509	45%	0%
Ensino Secundário	ESG1	4.097	5.715	6.735	39%	18%
	ESG2	7.507	8.726	9.448	16%	8%
	Ensino à Distância ⁶	16.427	6.834	6.880	-58%	1%
Ensino Técnico-Profissional		17.218	40.553	40.902	136%	1%
Ensino Superior ⁷		42.846	51.161	57.362	19%	12%
AEA		542	494	494	-9%	0%

Quadro 17: Rácio do custo por aluno por níveis de ensino, por referência a custo por aluno no EP1 (Ep1 = 1)

		DPI	AEA	EP1	EP2	ESG1	ESG2	ETP	FP	ES
2010			0,3	1,0	2,0	2,1	3,8	8,7	7,5	21,8
2016	Cenário 1	0,0	0,2	1,0	1,6	2,3	3,5	16,3	8,7	20,6
	Cenário 2	0,1	0,2	1,0	1,6	2,4	3,4	14,6	7,7	20,5

Notas quadro 15 e 16:

- 1 Fonte: Modelo de Simulação (estimativas, incluindo os projectos fora do orçamento). O OE e o REO ainda não fornecem a informação necessário para uma avaliação do orçamento por programa.
- 2 Não inclui os salários de tutores que estão incluídos na despesa de salários e remunerações.
- 3 Inclui o programa lanche escolar para o Ensino Primário.
- 4 Inclui bens e serviços alocados directamente às escolas e às instituições de ensino técnico-profissional e superior pelas províncias, distritos e o nível central.
- 5 Isto inclui o funcionamento da administração do sector, incluindo as actividades de desenvolvimento institucional (como sendo as capacitações do pessoal, das supervisões, das exames, etc.).
- 6 Neste momento está em elaboração uma estratégia para a expansão do ensino à distância no ESG1. Está previsto que o custo unitário para o ensino à distância para ESG1 reduza para 60%-70% do custo actual.
- 7 O custo unitário é inferior ao custo unitário ideal como reflectido no PEES 2011-2020, o que poderá ser compensado com financiamento adicional para este subsector pelo sector privado.

VAMOS APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

CUSTOS

Quadro 18: Efectivos (alunos e professores), 2004, 2010 e projecções para 2016 (por cenário)⁷²

Efectivos		2004	2010	2016		Crescimento médio anual		
				Cen 1	Cen 2	2004/2010	2010/2016 Cen1	2010/2016 Cen2
Alunos (ensinos público, privado, comunitário, turnos diurno e nocturno)								
Ensino pré-primário	Público – MINED		0		43.630			
	Público – MMAS	3.750	4.250	4.786	4.786	2%	2%	2%
	Outros	94.100	110.600	148.213	148.213	2%	6%	6%
	Totais	97.850	114.850	152.999	196.629	2%	6%	11%
Ensino primário	EP1	3.106.556	4.454.358	4.991.330	4.991.330	5%	2%	2%
	EP2	501.447	897.704	1.386.528	1.386.528	9%	9%	9%
Ensino secundário geral	ESG1	287.016	728.497	958.283	1.047.487	14%	6%	8%
	ESG2	45.685	179.608	290.239	342.660	22%	10%	14%
Ensino técnico-profissional	Escolas Profissionais	978	4.748	32.058	54.086	25%	47%	63%
	Escolas Básicas	26.631	27.893	0	0	1%	-100%	-100%
	Institutos Médios	2.459	13.038	18.390	23.098	27%	7%	12%
Ensino superior	Público	15.113	72.636	80.841	93.510	25%	2%	5%
	Privado	7.143	28.726	38.496	38.496	22%	6%	6%
	Total	22.256	101.362	119.337	132.006	24%	3%	5%
AEA	1º ano	277.204	237.340	318.058	420.462	-2%	6%	12%
	2º ano	268.814	247.345	331.467	438.188	-1%	6%	12%
	3º ano	128.916	108.230	145.040	191.736	-2%	6%	12%
	Não-formal		0	6.000	10.000			
Professores (público, diurno)								
Ensino primário	EP1	46.708	66.160	84.489	84.489	5%	5%	5%
	EP2	10.331	21.590	34.239	34.239	11%	10%	10%
Ensino secundário geral	ESG1	4.359	10.454	16.053	20.684	13%	9%	15%
	ESG2	759	2.890	4.527	6.654	21%	9%	18%
Ensino técnico-profissional	Escolas Profissionais	574	575	2.475	3.861	26%	34%	46%
	Escolas Básicas		941	0	0	7%	-100%	-100%
	Institutos Médios	128	416	625	684	18%	8%	10%
AEA	Total	21.191	21.135	26.486	35.013	0%	5%	11%

⁷² Fonte: Modelo de custeamento do sector da educação, versão Junho de 2012.

9. Pressupostos, oportunidades e riscos

Existem pressupostos, oportunidades e riscos, ao nível do sector, que poderão interferir para que se tenha um maior ou menor desempenho em termos da implementação deste PEE.

9.1 Pressupostos

Os pressupostos que se consideram válidos para os anos de execução deste PEE são:

- Um ambiente estável e de paz em todo o país, em termos políticos e de gestão do Aparelho do Estado, que permitem o desenvolvimento do Sistema de Educação;
- O compromisso contínuo do governo com a reforma do sector público, permitindo: i) a descentralização, ii) o combate à corrupção e iii) a profissionalização do sector público;
- O crescimento económico e o do PIB a manter-se em níveis altos;
- O aumento das receitas internas do Governo, em consequência do crescimento económico e de uma maior eficiência na cobrança de impostos;
- O financiamento externo nos níveis dos anos anteriores, canalizado na base dos princípios da agenda da “eficácia da ajuda externa”;
- O compromisso nacional e internacional para com a educação, como área-chave de combate à pobreza e factor determinante para o desenvolvimento do país;
- Apoio coerente e complementar de todos os intervenientes na procura e oferta de educação: o governo, através do MINED, as autoridades locais, as famílias e as comunidades, os parceiros de cooperação nacional e internacional.

9.2 Oportunidades

A análise do desempenho do sector, nos últimos anos, indica a existência de pontos fortes, que criam diferentes oportunidades para os próximos anos, a saber:

- O compromisso de unir os esforços do governo, da sociedade civil, dos parceiros internacionais, para desenvolver e melhorar o desempenho do sector;
- O aumento da capacidade institucional nos últimos anos: os funcionários são melhor qualificados, existem melhores condições de trabalho, a maior parte das reformas propostas já estão na fase de consolidação. A descentralização da gestão facilita um maior acompanhamento a partir da base;

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

CUSTOS

PRESSUPOSTOS

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

CUSTOS

PRESSUPOSTOS

- O aumento do acesso às novas tecnologias abre grandes oportunidades para melhorar a comunicação e a gestão do sistema educativo, bem como, facilitar a sua expansão e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem;
- O reconhecimento internacional dos progressos realizados ao longo dos últimos anos e a concordância com as propostas para o futuro, resultou num aumento de financiamento externo para os próximos anos, no contexto da Parceria Global para a Educação (PGE - anteriormente a “Iniciativa Acelerada para a Educação para Todos (FTI/EFA)).

9.3 Riscos

O PEE é ambicioso, mas realista, tomando em conta a capacidade de implementação do sector. Isto implica a definição de algumas áreas como prioritárias, em detrimento de outras, que serão abordadas de forma menos urgente e menos abrangente. Existem alguns factores que poderão influenciar negativamente a implementação deste Plano, os quais devem ser monitorados ao longo dos anos, considerando:

- **A pressão política e social para expandir o sistema acima da sua capacidade institucional e técnica.** A escolarização primária de mais alunos, anualmente, e com menor idade, aumenta, também, a procura do ensino pós-primário. A experiência dos últimos anos mostra que nem sempre é fácil resistir à pressão social, resultando, muitas vezes, em decisões *ad-hoc*, em termos de abertura de escolas secundárias e técnico-profissionais, sem as condições mínimas para se garantir o seu funcionamento com qualidade;



- **A burocratização do sector público.** Houve grandes progressos na área de gestão financeira e de aquisições, numa perspectiva de boa governação e combate à corrupção. Ao mesmo tempo, as reformas nesta área têm contribuído para o aumento da rigidez na aplicação dos procedimentos e, conseqüentemente, em atrasos no tratamento dos diferentes processos, contribuindo para riscos significativos na execução das actividades previstas;
- **O impacto da pandemia HIV e SIDA.** Apesar dos avanços nesta área, principalmente em termos de acesso aos anti-retrovirais, ainda se observam altas taxas de prevalência (veja 5.2.4, pág. 43), o que é uma das maiores ameaças para a implementação e o sucesso deste Plano. Os professores infectados, os órfãos e os jovens constituem um grande desafio para o sector;
- **A falta de previsibilidade sobre os recursos humanos e financeiros disponíveis para o sector.** O custo deste Plano é feito com base em alguns pressupostos, como a disponibilização de fundos (quer internos, quer externos), bem como de recursos humanos, e prevê uma maior eficiência na sua utilização. Ao longo da implementação do PEE, será importante um processo contínuo de revisão dos pressupostos, para assegurar planos e orçamentos anuais equilibrados em termos dos objectivos principais a atingir e dos recursos disponíveis. No contexto da crise económica mundial surge a falta de clareza sobre as previsões de recursos de financiamento a médio-prazo;
- **A capacidade de retenção do pessoal qualificado,** num contexto nacional em que a procura de pessoal com determinadas qualificações ainda está acima da sua oferta, e considerando a ainda limitada capacidade de retenção de técnicos e especialistas do sector público, o risco de mobilidade do pessoal para fora do sector é alto. Isto implica, entre outros, a necessidade do sector continuar a formar e capacitar acima das suas necessidades imediatas, seja professores ou gestores.

VAMOS
APRENDER

PREFÁCIO

RESUMO

CONTEXTO

VISÃO E MISSÃO

PEEC 06-11

PRIORIDADES

ESTRUTURA

PROGRAMAS

INSTITUCIONAL

CUSTOS

PRESSUPOSTOS



Documentação

Geral

Pobreza e bem-estar em Moçambique: terceira avaliação nacional, MPD/DNEAP, Setembro de 2010.

Inquérito sobre Orçamento Familiar, IOF, 2008/09, INE.

Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICs), 2008, Instituto Nacional de Estatística com o apoio do UNICEF.

Pobreza Infantil e disparidades em Moçambique 2010, UNICEF, Maputo, 2011.

Análises sectoriais

Uma análise sobre a evolução do sector da Educação 2004-2010, MINED/DIPLAC, Julho de 2010.

Relatório de Avaliação do Plano Estratégico para a Educação e Cultura 2006-2010/11, CESO, Julho 2011 (volumes I, IIa, b, c, III, IV e V).

Alguns indicadores sobre educação: Ensino primário, Ensino Secundário Geral: evolução 2004-2010, DIPLAC, Agosto de 2010.

Documento de Fundo para solicitar financiamento do Fundo Catalítico, MINED/DIPLAC, Setembro de 2010.

Relatório da Análise da Situação da Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) em Moçambique, MEC, 2009.

SACMEQ III project results, Pupil achievement levels in reading and mathematics, working document 1, SAQMEC, 2010.

Primary Education Reform in Mozambique, Feedback from the Ground, Synthesis report, May 2011, World Bank.

Data Quality Assessment Framework (DQAF) Report, Analysis of qualitative aspects of the education statistical system in Mozambique, UNESCO, 2009.

Levantamento de Livro Escolar de distribuição gratuita, MS Moçambique, 2010.

Opportunities to learn & early grade reading in Cabo Delgado, relatório draft, Equip 2 e Aga Khan Foundation, 2011.

Education Information and Education Policy and Planning in Mozambique, Luis Crouch e.a., for USAID, May 2011.

Appraisal of Mozambique's Education Sector Strategic Plan III (2012-2016), 2nd draft, Tuomas Takala, Zuber Ahmed, September e November, 2011.

“The Promise of Preschool in Africa: A Randomized Impact Evaluation of Early Childhood Development in Rural Mozambique”, WB, February 2012

Políticas e estratégias nacionais

Agenda 2025 – Visão e Estratégias da Nação, (2003), Maputo, Moçambique.

Plano Quinquenal do Governo, 2010-2014, Abril de 2010.

Plano de Acção de Combate à Pobreza Absoluta 2006-2009, Maputo, Moçambique (2006).

Plano de Acção para a Redução da Pobreza, 2011-2014, Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 3 de Maio de 2011.

Políticas / estratégias (sub) sectoriais

Lei No 6/92, Sistema Nacional de Educação, Boletim da República nº 19 (série I), 6 de Maio, 1992.

Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006-2010/11, MEC, 2006.

Estatuto Orgânico do Ministério da Educação, Boletim da República nº 15 (série I), 14 de Abril, 2011.

Estratégia do Ensino Secundário Geral 2009-2015, MEC, 2009.

Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique, 2010-2015, MINED, Fevereiro de 2011.

Plano Estratégico para o Ensino Superior 2011-2020, MINED, Abril de 2012.

Estratégia para o Desenvolvimento da Criança na Idade Pré-escolar, primeira versão, MINED, Setembro 2011.

Estratégia de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Relatório de Diagnóstico, MundiServiços, 2010.

Plano do sector da educação para prontidão e resposta às emergências (EPRP), 2007-2011, MEC/DIPLAC com o apoio do UNICEF.

Estratégia de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças na Comunidade Escolar, MINED/DIPE, 2010.

Estratégia de Género do sector da educação, 2011-2015, da equidade para a igualdade, draft, MINED/DIPE, 2011.

Plano Tecnológico da Educação – As Tecnologias de Informação e Comunicação a potenciar o ensino em Moçambique, MINED, 2011 (com apoio de Leadership Business Consulting).

Resposta do sector ao HIV e SIDA em Moçambique, Proposta para o Financiamento pela DANIDA através do Fundo Comum – FASE, MEC, Dezembro, 2009.

Programa de Ensino Secundário à Distância, Avaliação e Estratégia, Leadership Business Consulting, 2011.

Parcerias

Termos de Referência sobre o diálogo entre o Ministério e os parceiros de cooperação, numa abordagem sectorial, MINED/PCs, Dezembro de 2006.

Memorando de Entendimento do Fundo de Apoio ao Sector de Educação, MINED/PCs, Maio de 2006.

Outros documentos de referência

Education and Economic Development in Africa, Kwabena Gyimah-Brempong, Department of Economics, University of South Florida, August 17, 2010.

Education Quality and Economic Growth, Erik A. Hanushek, Ludger Wössman, The World Bank, 2007.

Increasing educational attainment and its effect on child mortality in 175 countries between 1970 and 2009, a systematic analysis, Dr Emmanuela Gakidou, et al, The Lancet, Volume 376, Issue 9745, Pages 957-975, 18 September 2010.

Investment in Education: Private and Public Returns, Jim Saxon, Joint Economic Committee, United States Congress, 2000.

Anexo

Matriz Estratégica

Programa		Ensino (Pré) Primário						
Objectivo Geral		Assegurar que todas as crianças tenham oportunidade de concluir uma educação básica de 7 classes com qualidade						
Indicador de Impacto 1		Taxa Bruta de Conclusão Ensino Primário		Base (2011)		Meta (2016)		
		Total (HM)		49% (2010)		54% (2015)		
		Reparigas (M)		45% (2010)		51% (2015)		
Objectivos Estratégicos	Indicador de Resultado	Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Ação prioritária
Enfoque especial: Primeira infância	1.d Número de crianças matriculadas no Ensino Pré-escolar	HM		0	21.000	49.000	84.000	1. Promover a expansão do acesso a oportunidades educativas na idade pré-escolar
Assegurar que todas as crianças ingressem no ensino na idade certa (6 ou 7 anos) e completem a sétima classe	1.a Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe	HM	73%	74%	77%	80%	83%	2. Monitorar a implementação da estratégia para o desenvolvimento da criança na idade pré-escolar
		M	71%	73%	76%	79%	82%	3. Promover o ingresso na escola na idade certa (6 ou 7 anos) 4. Melhorar a implementação do programa de construção acelerada 5. Garantir que as escolas sejam seguras e saudáveis
Melhorar o desempenho escolar dos alunos, sobretudo no que tange às competências de leitura, escrita, cálculo numérico e habilidades para a vida	1.b Percentagem de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário		Conceito do sistema de avaliação de competências básicas elaborado e aprovado, instrumentos pré-testados	Banco de itens elaborado, teste dos instrumentos e itens	Recolha de dados, área de competência: leitura	Relatório preliminar até 30/4; Relatório final até 31/10 (linha de base)	Letra e matemática: por definir	6. Elaborar estratégias para reduzir disparidades regionais, de idade e de género. 7. Harmonizar os programas de protecção social 8. Expandir o atendimento a crianças com NEE
			Recolha de dados, área de competência: leitura e matemática (por confirmar)	Recolha de dados, área de competência: leitura e matemática (por confirmar)	9. Continuar a produção e distribuição do livro escolar gratuito, incluindo os do EB 10. Elaborar e implementar o plano de acção de Leitura, Escrita e Cálculo 11. Assegurar a expansão do Ensino Bilingue garantindo a sua qualidade 12. Reformar a formação e capacitação de professores primários (FP) 13. Melhorar o currículo do Ensino Primário 14. Melhorar a monitoria e o acompanhamento do desempenho escolar dos alunos e dos professores			
Melhorar a eficiência e eficácia do uso dos recursos disponibilizados ao Ensino Primário.	1.c Rácio alunos/professor (EP1)	63	62	61	60	59	58	15. Melhorar a gestão escolar 16. Racionalizar o uso dos recursos humanos (professores e gestores) no Ensino Primário 17. Continuar as reformas na área de aquisições 18. Aumentar a transparência na gestão da escola

Programa		Alfabetização e Educação de Adultos	
Objectivo Geral	Reduzir o analfabetismo, dando particular atenção às mulheres		
Indicador de Impacto 2	Taxa de analfabetismo	Base (2011)	Meta (2016)
	Total (HM)	48% (2008)	30%
	Mulheres (M)	63% (2008)	45%

Objectivos Estratégicos	Indicador de Resultado	Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Acção prioritária
Garantir o acesso e retenção dos Alfabeticandos nos programas de Alfabetização e Educação de Adultos	2.a N° de jovens e adultos que participam nos diferentes programas de alfabetização	HM	1 milhão	1 milhão	1 milhão	1 milhão	1 milhão	<ol style="list-style-type: none"> Mobilizar e sensibilizar todos os actores sobre a importância de ter uma população alfabetizada Incentivar o aumento de oferta de vários (tipos de) programas na área de alfabetização e educação não formal 3. Criar ambientes de leitura e uso de informação ao nível das comunidades para assegurar o não retorno ao analfabetismo
		M	70%	70%	70%	70%	70%	
Melhorar a qualidade e relevância dos programas de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação Não Formal	2.b N° de programas de alfabetização na base de padrões estabelecidos		Não harmonizados	Padrões desenvolvidos	30% de programas de outros provedores harmonizados	40% de programas de outros provedores harmonizados	50% de programas de outros provedores harmonizados	<ol style="list-style-type: none"> 4. Elaborar padrões de competências para garantir a qualidade e relevância dos programas 5. Rever e harmonizar os programas actuais oferecidos pelo Ministério da Educação na área de Alfabetização e Pós-alfabetização 6. Conceber e implementar, em parceria com outros intervenientes, acções no âmbito de Habilidades para a Vida 7. Rever e implementar o currículo de formação de educadores e alfabetizadores, considerando temas transversais
			Não harmonizados					
Reforçar a capacidade institucional e organizativa	2.c % de consolidação dos dados de Educação Não Formal em relação com os diferentes programas	0%	0%	30%	50%	75%	100%	<ol style="list-style-type: none"> 8. Reforçar a capacidade institucional e organizativa 9. Desenvolver políticas e mecanismos de articulação entre as instituições do Governo e seus Parceiros 10. Assegurar a diversificação do financiamento

Programa		Ensino Secundário Geral									
Objectivo Geral	Expandir, de forma controlada, equitativa e sustentável, o Ensino Secundário Geral, garantindo a sua qualidade e relevância										
Indicador de Impacto 3	Taxa Bruta de Escolarização no ESG1										
	Total (HM)										
	Reparigas (M)										
		Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Acção prioritária			
Objectivos Estratégicos	Indicador de Resultado	Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	<ol style="list-style-type: none"> 1. Observar as metas acordadas sobre os ingressos 2. Continuar a construção e apetrechamento das escolas secundárias, priorizando a zona rural 3. Expandir o ensino à distância, de forma sustentável 4. Promover a participação do sector privado e comunitário na provisão 5. Actualizar e implementar um sistema de bolsas/isenção de propinas 6. Promover, regular e fiscalizar o autodidatismo 7. Adoptar um currículo mais relevante e sustentável incluindo dos temas transversais 8. Aumentar o tempo lectivo de 33 para 40 semanas 9. Estabelecer um sistema de formação e de desenvolvimento profissional contínuo de professores incluindo temas transversais 10. Garantir o acesso ao livro escolar, materiais didácticos e a outros materiais com conteúdos de temas transversais 11. Definir e implementar os padrões e indicadores de qualidade no ensino-aprendizagem 12. Criar um sistema de formação e capacitação dos gestores no domínio da planificação, gestão e administração escolar 13. Desenvolver um sistema de financiamento sustentável para o ESG, com a participação das famílias e do sector privado 14. Consolidar a reforma dos exames 15. Adequar e aplicar os instrumentos normativos do ESG 16. Promover o conceito de escolas seguras e saudáveis 			
	8ª classe	M	43%	45%							
										11ª classe	HM
Melhorar a qualidade e relevância do Ensino Secundário Geral através do desenvolvimento e implementação de um currículo profissionalizante	3.b	Taxa de aproveitamento (ano n-1)	HM	51%	47%	49%	51%	53%	55%		
										10ª classe	M
	12ª classe	HM	48%	51%	53%	55%	57%	59%			
										M	46%
Melhorar a gestão escolar	3.c	Nº de directores formados	0	0	140	140	115	115	115		

Programa		Ensino Técnico-Profissional											
Objectivo Geral	Melhorar o acesso, a relevância e a qualidade do ETP para o desenvolvimento do País												
Indicador de Impacto 4	% de graduados absorvidos no mercado de trabalho de acordo com a sua formação					Base (2007)					Meta (2016)		
	Graduados do novo sistema de qualificação					27%					60%		
	Graduados de sistema antigo												
Objectivos Estratégicos	Indicador de Resultado	Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Acção prioritária					
Aumentar o acesso e a retenção no ETP, prestando particular atenção às disparidades geográficas e de género	4.a	Número de jovens e adultos no sistema	7.662					10.000	1. Reabilitar (ou construir) e apetrechar 29 instituições existentes do nível médio				
		Escolas profissionais						6.000	2. Construir / criar Escolas Profissionais, principalmente nas zonas rurais				
		Escolas Básicas	22.364					25.000	3. Criar 40 CCDCs				
		Institutos Médios	13.913						4. Expandir a oferta dos cursos de curta duração, em estreita ligação e articulação com a DINAEA e o INEFP				
		Cursos não formais de curta duração	1.000 (previsão 2011)	1.200	2.600	3.300	4.100	5.000	5. Racionalizar a oferta de cursos				
Garantir que os graduados do ETP tenham uma formação de qualidade e relevante para o mercado de trabalho formal e informal	4.b	Taxa de aproveitamento por cada nível e sistema de ensino	75,7%	77%	79%	81%	83%	85%	9. Implementar a estratégia de recrutamento, formação e capacitação dos professores para o ETP				
									10. Introduzir currículos baseados em padrões de competências (sistema modular – nível médio – todas as instituições)				
			63,3%	65%	67%	69%	70%		11. Garantir recursos financeiros, humanos e materiais para garantir a qualidade				
									12. Planificar e introduzir cursos de curta duração				
									13. Expandir a reforma de exames para as instituições que implementam o antigo curriculum				
			73,2%	75%	77%	79%	85%	88%	14. Consolidar e expandir o Quadro Nacional de Qualificações Profissionais e do sistema de acreditação e certificação				
									15. Assegurar a criação nas escolas de unidades de orientação profissional vocacional e de organização de estágios				
	4.c	Número de escolas que implementam instrumentos de gestão de qualidade	5	14	19	22	25	27	16. Criar um órgão que se responsabilize pela política, regulação e garantia da qualidade da Educação Profissional				
										17. Atribuir maior autonomia às instituições de nível médio			
										18. Melhorar a gestão das escolas seguras e saudáveis			
									19. Garantir uma melhor ligação com o sector produtivo, através da sua participação na gestão escolar				
									20. Garantir o financiamento do ETP				
								21. Reforçar a produção escolar em todas as instituições					

Programa		Ensino Superior												
Objectivo Geral		Promover a participação e o acesso a um ensino superior que responde às necessidades para o desenvolvimento socioeconómico do país, garantindo a sua eficácia, equilíbrio e sustentabilidade												
Indicador de Impacto 5		Nº de estudantes no Ensino Superior por 1.000 habitantes												
		Total												
		Base (2009)												
		Meta (2016)												
		3												
		5												
Objectivos Estratégicos	Indicador de Resultado	Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Acção prioritária						
Consolidar o subsistema existente na perspectiva de melhorar a sua eficiência interna	5.a	Proporção de graduados sobre inscritos	HM				15% (2020)	1. Mobilizar as IESs para a introdução do ensino a distância (EAD)	2. Alinhar a expansão do ES com os programas de desenvolvimento do país	3. Ampliar o volume de bolsas de estudo	4. Assegurar condições mínimas para o funcionamento com qualidade das instituições, assegurando uma melhor eficiência interna			
	5.b	Nº de docentes da IES por grau académico	M			25%		5. Melhorar a oferta de serviços pedagógicos	6. Promover o uso de metodologias de aprendizagem baseadas em competências e exigências, centradas no estudante, incluindo incentivos para o desenvolvimento de projectos de inovação pedagógica	7. Implementar o SNATCA e QUANQES	8. Responsabilizar as IESs pela especialização técnica e científica do seu corpo docente mediante o desenvolvimento e implementação de um plano de formação, exequível e monitorizado			
Reforçar a capacidade de governação, financiamento, administração e monitoria do subsistema a todos os níveis	5.c	% de IES conformada com as disposições do Decreto 48/2010	8.5%			12%		9. Assegurar que as IESs cumpram um padrão mínimo nas condições de trabalho para os seus docentes	10. Promover uma cultura de pesquisa	11. Melhorar a governação	12. Assegurar a fiscalização e regulação das IESs	13. Implementar o regulamento de criação e funcionamento das IESs e o regulamento de Inspeção	14. Implementar o SIES	15. Garantir o financiamento das IESs
			n.a.				Todas	16. Fortalecer o IBE e garantir o funcionamento do CNAQ						

Programa		Desenvolvimento Administrativo e Institucional									
Objectivo Geral	Fortalecer a gestão e governação da administração do sistema educativo aos vários níveis, particularmente nos distritos, com vista a melhorar a qualidade de prestação dos serviços, em todo o país										
Indicador de Impacto 6	Índice de satisfação da população com a qualidade dos serviços educativos										
					Base (2011)	Meta (2016)					
					Por estabelecer (2012)	Satisfatório					
Objectivos Estratégicos	Indicador de Resultado		Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Ação prioritária		
Estimular o desenvolvimento e a gestão dos recursos humanos	6.a	Nº de pessoal contratado		9.700	8.500	8.500	9.000	9.500	10.000	1 Implementar as rotinas de gestão de recursos humanos	
		Docentes	HM		8.500	8.500	9.000	9.500	10.000	2 Restruir e desenvolver instrumentos para um sistema integrado de gestão de recursos humanos	
Assegurar a observância de padrões e indicadores de qualidade da educação	6.b	Número de escolas monitoradas que atingem os padrões mínimos		68,5%	50%	40%	50%	50%	50%	3 Elaborar e implementar um sistema de avaliação dos recursos humanos na base de competências e desempenho	
			Docentes								4 Incrementar as medidas de apoio social
			Não-docentes	0	0	500	500	500	500	500	5 Formar e capacitar o capital humano do sector
											6 Melhorar as condições no lugar de trabalho
											7 Introduzir medidas de motivação, premiação para melhor retenção
											8 Conceptualizar e institucionalizar o Sistema Nacional de Avaliação da Qualidade de Educação em Moçambique
											9 Desenvolver padrões e indicadores de qualidade
Harmonizar e reforçar os processos e instrumentos de POEMA do sistema	6.c	Execução orçamental (funcionamento e investimento)	i. Total	n.a						10 Desenvolver/consolidar sistemas de acreditação, qualificação e certificação	
											11 Reforçar o controlo interno até ao nível dos distritos
											12 Elaborar instrumentos de acompanhamento do desempenho do aluno
											13 Consolidar a reforma de exames
											14 Integrar os assuntos transversais nos diferentes programas do sector
											15 Melhorar a qualidade da informação recolhida ao nível do sector
											16 Estimular um melhor uso da informação no ciclo de POEMA
											17 Encorajar uma cultura de pesquisa
											18 Elaborar e aplicar critérios de equidade e transparência na alocação dos fundos do sector
											19 Alinhar os processos de POEMA ao nível de sector com os processos nacionais e territoriais
							20 Melhorar a comunicação e divulgação da informação				

